AVENTURA

2ª EDIÇÃO

VOZES

A ameaça de invasão do Uruguai 1971

CORRUPÇÃO

O Relatório Saraiva 1976

TERRORISMO

O atentado do Riocentro 1981

À sombra da impunidade

Coronel Dickson M. Grael

Coronel Dickson M. Grael

A SOMBRA DA IMPUNIDADE

AVENTURA
A Ameaça de Invasão do Uruguai 1971
CORRUPÇÃO
O Relatório Saraiva 1976
IMPUNIDADE
O Atentado do Riocentro 1981

Vozes, 1985

Aos compatriotas civis e militares que tanto se sacrificaram para que o Brasil venha a ter governos austeros, eficientes e democráticos.

Aos que, anonimamente, deram a sua contribuição, tornando possível em certo espaço de tempo a elaboração deste livro.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

A AMEAÇA DE INVASÃO DO URUGUAI
Considerações iniciais
Antecedentes
Panorama geral
Os acontecimentos vistos de Uruguaiana
Esclarecimentos complementares
Considerações finais

O RELATÓTIO SARAIVA
Considerações iniciais
O relato de Saraiva a Dickson
O depoimento de Saraiva
Comentários sobre o depoimento de Saraiva
Depoimento de Dickson
Depoimento dos Generais Frota e Etchegoyen
Depoimento de Vilar de Queiroz e Andrade Pinto
Segundo depoimento de Saraiva
Observações gerais sobre o caso
Considerações finais

O ATENTADO DO RIOCENTRO
Antecedentes
O fato novo
O Inquérito Policial-Militar
A diretoria do Riocentro, as autoridades municipais e estaduais do Rio de Janeiro
A Secretaria de Segurança Pública e a Polícia Militar
As primeiras contribuições de Dickson
O IPM na auditoria — Outras contribuições do Coronel Dickson Grael
A Ordem dos Advogados do Brasil se pronuncia
Descontentamento de militares
O IPM no Superior Tribunal Militar
Manifestações no Congresso Nacional
Outras impressões sobre o atentado
Novas revelações
Considerações finais

CONCLUSÃO

INTRODUÇÃO

1964 foi a esperança que virou desilusão. O que seria um movimento destinado a combater a subversão e a corrupção converteu-se no império de ambas, com a agravante da supressão das liberdades públicas e privadas. Civis e militares que então contribuíram para o seu êxito são hoje os maiores frustrados. O regime criado pela situação que deflagraram acabou se transformando em uma oligarquia arbitrária e prepotente que, hipocritamente, vem acobertando violências, enquanto uma malta de ladrões comete toda sorte de falcatruas, enriquecendo seus patrimônios e suas contas bancárias no exterior, insensíveis à miséria do povo por eles saqueado e espoliado. Restaurada no País a liberdade de imprensa, uma série impressionante de insólitos acontecimentos começaram a ser trazidos ao conhecimento público: os escândalos da Capemi-Tucuruí, da Mandioca, da Petrobrás-Interbrás na Nigéria, da Vale do Rio Doce, dos grupos Lume, Áurea, Delfin e Coroa-Brastel, do Banco Econômico, as mortes suspeitas de presos políticos, as torturas a acusados de terrorismo, a "queima de arquivos", como no caso Baumgarten, sequestros, ameaças de morte, atentados a bombas etc.

Tais ocorrências devem ser apenas a parte emersa do iceberg de irregularidades que assolam a Nação, podendo ainda parecer até supérfluo trazer à baila fatos adicionais. Não obstante, os três episódios tratados neste livro revestem-se de particular importância, quer pelas suas decorrentes repercussões nacional e internacional, quer pela intimidade e até mesmo envolvimento de responsabilidade das mais altas autoridades dos Governos Médici, Geisel e Figueiredo.

A verdade, mais cedo ou mais tarde, sempre vem à tona; melhor pois que o seja por quem direta ou indiretamente tenha participado dos fatos. Que também o seja por quem, como cidadão e militar, não se conformando que se comprometa a tradição e a honorabilidade das Forças Armadas Brasileiras, após profunda meditação, julgou ser um dever maior para com a Pátria trazer a público a sua verdade sobre os rumorosos fatos em consideração, de vez que ela, a verdade, continua parcialmente encoberta por processos fraudulentos, omissos ou inconclusos. Mantém-se assim a impunidade e mascaram-se as responsabilidades maiores diante do julgamento da Nação.

Na busca incessante do esclarecimento, não foi fácil ao autor trilhar entre os fatos realmente incontestáveis, os comprováveis e os de veracidade discutível, sob as inexoráveis servidões da ética e do dever de militar e de cidadão. Pretende-se portanto, na difícil conjuntura hoje vivida pelo Brasil, que este livro sirva como contribuição para a reabertura de debates e da apuração, de fato, de certos acontecimentos de natureza

política e militar, para que as Forças Armadas sejam realmente desengajadas das responsabilidades extraconstitucionais que passaram a exercer após o movimento de 1964.

A ameaça de invasão do Uruguai

Aventura no Governo Médici

1971

"A verdade de nada se envergonha, a não ser de estar escondida".

LOPE DE VEGA

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A primeira menção sobre a existência de um plano de intervenção das Forças Armadas Brasileiras no Uruguai, no ano de 1971, é encontrada no livro O Expansionismo Brasileiro (Ed. Global, 1981). Nele, Paulo Schilling — o autor — refere-se a uma certa "Operação Trinta Horas", a qual teria sido concebida pelo Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) e pelo Itamaraty, visando impedir que as facções militares de esquerda chegassem ao Poder no país vizinho. No seu todo, o aludido livro pode ser considerado faccioso porque parte da premissa de que o Brasil tem pretensões expansionistas e imperialistas na América do Sul, o que representa uma inverdade, quando não uma fantasia tendenciosa do autor, por certo vítima de seus ressentimentos pessoais. Não obstante, razões de ordem política têm determinado, em passado recente, gestões da diplomacia brasileira no nosso subcontinente em nome da chamada "segurança nacional" e de alguns princípios ideológicos. No governo Médici, onde a repressão interna contra as esquerdas atingiu o seu apogeu e onde prevalecia, acima de tudo, o conceito de "Segurança e Desenvolvimento", com maior ênfase para a primeira, havia também uma forte preocupação com a existência de movimentos de guerrilha de ideologia marxista ou paramarxista, nos países limítrofes com o Brasil. É dentro dessa linha de pensamento que deve ser conduzido o raciocínio para que se busque analisar imparcialmente uma série de acontecimentos ocorridos nos últimos meses do ano de 1971, os quais caracterizaram uma esdrúxula situação: a ameaça militar contra o Uruguai. Se essa ameaça visava apenas exercer pressão sobre a política na Nação Oriental ou se chegaria a evoluir para uma invasão de fato do território uruguaio é uma dúvida mais aparente do que real, de vez que os dados de avaliação disponíveis indicam que a decisão de invadir era a alternativa mais provável. A prevalecer a primeira hipótese, ainda assim ela se nos afigura infeliz, já que contrária à índole do nosso povo e à nossa política externa de não intervenção. Quanto à segunda, então configurar-se-ia uma situação de extrema gravidade, posto que levaria a nação brasileira a uma aventura injustificável e de consequências imprevisíveis. Porém antes de relatar os fatos tal como os vivenciei, acrescidos das investigações a que posteriormente procedi, cabe aqui uma rápida apreciação histórica sobre a formação da nação uruguaia, e a atuação política e militar do Brasil no cone sul do continente.

ANTECEDENTES

Descoberto em 1516 pelo espanhol Juan Díaz de Solís, nasce o

Uruguai em 1626 de um primeiro núcleo de colonização espanhola, Soriano, ao qual se seguiu em 1680 a Colônia do Sacramento, implantada pela coroa portuguesa na margem oriental do grande estuário, frente a Buenos Aires. Com a intenção de assegurar a posse das duas margens do Prata, fundam os espanhóis Montevidéu (1726). Tem início assim uma sequência de enfrentamentos entre portugueses e espanhóis, inicialmente pela posse da Colônia e depois pela pradaria da Banda Oriental. Em 1811, D. Diogo de Sousa comanda a primeira intervenção no Uruguai.

Em 1816, o General Carlos Frederico Lecor, comandando um forte exército português, invade solo uruguaio transformando-o em capitania sujeita ao Império. Com a independência do Brasil, os uruguaios, aproveitando-se da divisão entre as tropas luso-brasileiras, passam a lutar pela anulação da incorporação ao Império. Buenos Aires gestiona junto ao Brasil para retirar suas tropas da Banda Oriental. Em 1825, as Províncias Unidas Argentinas apoiam a causa uruguaia, o que leva o Império a considerar o ato como uma declaração de guerra. Em 1827, em consequência da batalha do Passo do Rosário (Ituzaingo), brasileiros e argentinos chegam a um impasse político-militar, e no ano seguinte, com a mediação da Inglaterra, firmam o tratado do Rio de Janeiro, renunciando ambos às suas pretensões em relação ao Uruguai. Em 1851, o Conde de Caxias invade o Uruguai e, com o apoio da esquadra brasileira, atinge Montevidéu. Esta terceira intervenção visava recolocar no poder o partido colorado uruguaio de Fructuoso Rivera e abrir caminho para o apoio às forças de Urquiza para a derrubada de Rosas na Argentina. A última intervenção teve lugar em 1865 por um acordo secreto entre o Almirante Tamandaré e Venâncio Flores visando derrubar Aguirre que havia assumido o poder no Uruguai. Esse acordo permitiu ainda a ocupação de Salto pela esquadra imperial em ação conjunta com forças terrestres brasileiras e uruguaias, ao que se seguiram a ocupação de Paissandu e a queda de Aguirre. A partir daí, não mais ocorreria nenhuma situação de natureza militar que significasse interferência ou pressão contra a nação uruguaia... até 1971.

PANORAMA GERAL

A partir da Segunda Guerra Mundial, a economia uruguaia, antes tão sólida, iniciou seu processo de desintegração. E, à medida que se deteriorava, crescia a crise social, surgiam os descontentamentos populares, as reivindicações salariais, as greves e os movimentos ideológicos contra o regime vigente. Em 1969, com Jorge Pacheco Areco no poder, aumenta a agitação e é decretado o estado de sítio. Durante os dois anos seguintes a perturbação da ordem interna chega a limites quase intoleráveis. Os Tupamaros, organização ativista de esquerda, sequestram dois funcionários da Embaixada dos Estados Unidos — Dan Mitrione e

Claude Fly e o Cônsul brasileiro, Aloísio Dias Gomide. O primeiro é executado e os outros dois libertados após uma série de negociações. Já em 1971 é também sequestrado o embaixador inglês, o qual é posto em liberdade após sete meses de cárcere privado. As eleições de 28 de novembro desse mesmo ano aproximam-se num clima de forte expectativa. O governo do Brasil acompanhava apreensivo a possibilidade de que a "Frente Ampla", coligação de facções esquerdistas, assumisse o poder. As autoridades, principalmente as militares, atentavam para a postura dos numerosos brasileiros exilados no país vizinho e para os grandes comícios e concentrações esquerdistas que se realizavam junto à nossa fronteira. Nessa época era Presidente da Argentina o General Alejandro Lanusse, o qual se propunha a levar a cabo eleições livres no seu país, mesmo diante da possibilidade de uma vitória peronista. Como, àquela época, os movimentos terroristas na Argentina eram ainda incipientes, entende-se por que o governo de Buenos Aires não se sentia tão preocupado com o que ocorria no Uruguai quanto às autoridades militares brasileiras, já às voltas com intensos movimentos subversivos, principalmente caracterizados por diversas formas de ações urbanas como atentados a bomba, assaltos a bancos e sequestras. Por outro lado, e aqui se trata de mera especulação, talvez interessasse politicamente aos argentinos que, caso a situação no Uruguai se deteriorasse, coubesse aos brasileiros — e não a eles — um eventual papel intervencionista. E foi dentro desse quadro explosivo e confuso no Cone Sul que certos fatos começaram a se desenvolver na área do III Exército, onde eu então servia, na qualidade de oficial do Estado-Maior do Quartel-General da 2ª Divisão de Cavalaria e depois como Comandante do 22ª Grupo de Artilharia de Campanha, ambos sediados em Uruguaiana.

OS ACONTECIMENTOS VISTOS DE URUGUAIANA

Em dezembro de 1969, por ordem do Ministro do Exército, fui transferido do Comando do 1º Grupo de Artilharia Aeroterrestre da Brigada de Paraquedistas para a fronteira. No mês seguinte assumi minhas funções na 2ª Divisão de Cavalaria. No início de 1971 fui designado para efetuar um primeiro estudo das diretrizes a serem seguidas por aquela Divisão, visando sua participação em um plano de intervenção militar no Uruguai. Tal fato deveria ocorrer caso a chamada Frente Ampla viesse a vencer as eleições a terem lugar, ainda naquele ano, no país vizinho. A 2ª Divisão de Cavalaria, comandada pelo General de Brigada João Jacobus Pellegrini, era subordinada diretamente ao General de Exército Breno Borges Fortes, Comandante do III Exército, com sede em Porto Alegre. Ao receber do meu superior o documento com as citadas diretrizes eu era o número dois na hierarquia do nosso Quartel-General, já que exercia a chefia da 2ª Seção, embora também respondendo pela chefia do Estado-

Maior divisionário. Após analisar longamente o documento, julguei de meu dever apresentar ao General Pellegrini minhas impressões sobre o que considerava os aspectos inconvenientes da missão.

Alinhei como pontos essenciais a repercussão negativa do empreendimento, não só na opinião pública nacional, mas principalmente no exterior, e chamei a atenção para as possíveis reações que poderiam advir de parte do governo argentino. Ressaltei ainda as inconveniências militares em geral e, em particular, aquelas inerentes à nossa Divisão, em sua provável zona de operação. Lembrei o fato histórico, a meu ver, de certo modo pertinente, da invasão do Rio Grande do Sul na Guerra do Paraguai, pelas tropas do Coronel Estigarribia e as dificuldades peculiares a um deslocamento de forças pelas margens de um grande rio — no caso o Uruguai. Em consequência: o General Pellegrini houve por bem afastar-me do planejamento, o qual prosseguiu no âmbito do Estado-Maior. Pouco tempo depois, acompanhei o Adido Militar dos Estados Unidos, General Arthur Moura, em uma visita às guarnições da nossa Divisão. Juntamente com o Coronel Newton Alvarez Rodriguez, representante do Estado-Maior do Exército, descemos o rio Uruguai de onde o militar americano pôde ter uma nítida visão (e fotografar) de um acampamento de militantes de esquerda, integrantes da Frente Ampla, que promoviam uma convenção. É evidente que essa visita do General Moura fazia parte do acompanhamento exercido pelo Governo dos Estados Unidos em relação à conturbada situação no Uruguai e aos preparativos militares brasileiros dela decorrentes.

Em outubro de 1971 eu já me encontrava no comando do 22º Grupo de Artilharia de Campanha e, conquanto elementos da minha unidade integrassem escalões que se aprestavam para a intervenção que se preparava, eu continuava sem nenhuma participação no planejamento da "operação". Porém recebia regularmente toda a documentação desse planejamento tanto a nível superior quanto a nível divisionário. Cabe aqui um curto interregno: no primeiro semestre daquele ano (1971) efetuei várias viagens em caráter particular a Buenos Aires e ao Uruguai, tendo tido a oportunidade de rever amigos militares daqueles países e pude constatar um clima de apreensão sobre os rumores em torno de uma possível intervenção brasileira. Com a ultimação do planejamento da "operação", veio a reorganização do III Exército, sendo a 2ª Divisão de Cavalaria transformada na 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, subordinada à 3ª Divisão de Exército, com sede em Santa Maria.

Nos dias que precederam a eleição no Uruguai, três fatos deixaram-me bastante surpreso. O primeiro foi uma inesperada visita de três oficiais superiores da FAB que tinham vindo do Rio de Janeiro e pernoitaram no meu quartel. Cedo, na manhã seguinte, puseram-me a par da sua missão: vinham de parte do Gabinete do Ministro e do Comandante da 3ª Zona Aérea colher informações a respeito de um possível plano de operações

visando intervenção militar no Uruguai.

Como conhecia bem dois daqueles oficiais, não vi razões para negar-lhes o que solicitavam. Mostrei-lhes a documentação do planejamento da "operação" bem como a coluna de viaturas, dentro do meu quartel, já preparada para deslocamento operacional. Após prestar-lhes mais alguns esclarecimentos sobre o assunto, sugeri que procurassem o meu general-comandante para maiores explicações. Eles se esquivaram alegando que desejavam decolar o mais rápido possível a fim de voltar ao Rio com a informação sobre o que tinham visto.

A maior surpresa desse contato foi a revelação dos três pilotos de que, até então, nenhuma comunicação oficial sobre a "operação" havia chegado ao conhecimento do Ministro da Aeronáutica. Apenas rumores e informações extraoficiais... Por que a Força Aérea era mantida "no escuro" se, a seguirem-se as normas ditadas pela doutrina militar, sua participação era essencial para a cobertura das tropas de terra e o êxito da "operação"?

O segundo contato foi com o Almirante José da Silva Sá Earp, comandante do 5° Distrito Naval sediado em Florianópolis. Convidado pelo Comandante Ivar Oleris Pereira, Capitão dos Portos do rio Uruguai, fui à sua residência para uma conversa informal com o Almirante que lá se encontrava em caráter particular. Pediu-me S. Exa. que confirmasse o relato que o Comandante Ivar já lhe havia feito sobre a "operação". Atendi sua solicitação, relatando o que já tinha dito aos oficiais da Aeronáutica, informando-lhe ainda sobre a visita de inspeção que o General Breno realizara dias antes na região de Uruguaiana, quando assistiu aos exercícios das unidades que integrariam a "operação" e expressou sua satisfação sobre o estado de preparação das mesmas. E, pela conversa com o Almirante, deduzi que também a Marinha não se encontrava, pelo menos oficialmente, a par dos planos do III Exército.

O terceiro fato aconteceu há menos de uma semana da data das eleições no Uruguai (e do dia da possível intervenção) e se referia à última visita do General Breno e do seu Estado-Maior às nossas guarnições. Nessa ocasião houve uma importante reunião com oficiais ligados ao planejamento da "operação". Apesar de ter sido realizada no meu quartel, não fui convidado a participar. Contudo, após a partida da comitiva do Comandante do III Exército, o Tenente-Coronel Fernando Vargas Souto, assistente do General Breno, permaneceu em minha unidade e procurou-me alegando ter um assunto da maior importância para tratar comigo. Disse-me então ter sido encarregado pelo Comandante do III Exército de transmitir-me, "oficiosamente", certas determinações. Consistiam elas no seguinte: conquanto tivesse até então sido mantido à parte dos estudos de planejamento, deveria, a partir daquele momento, inteirar-me de todos os planos, inclusive dos reconhecimentos já efetuados na "futura zona de ação", já que me estava destinada uma importante função nas operações a cargo da nossa Divisão. Informou-me ainda que a minha escolha para tal

função ocorrera após o General Breno ter tido conhecimento do conceito que eu desfrutava entre os oficiais superiores da Divisão. Prosseguindo, falou-me o Tenente-Coronel Vargas Souto que, no momento exato, seria feita a minha designação oficial para a função que me caberia. Concluiu dizendo que não tinha ordens para me revelar, na ocasião, a exata natureza dessa função e pediu-me absoluto sigilo sobre nossa conversa. Em março de 1977 ocorreu um episódio que esclareceria a natureza da função que me estava destinada.

Em um almoço a que compareci, presentes os Generais Fernando Belfort Bethlem e Antônio Carlos de Andrada Serpa, fui procurado pelo já Coronel Fernando Vargas Souto, então chefe de gabinete do Comandante da 3l Região Militar. Contou-me ele que havia jantado na noite anterior com seu ex-chefe, o General Breno, a quem informara que se encontraria comigo no dia seguinte. Foi quando S. Exa. incumbiu-o de me revelar qual a função que me teria sido atribuída em novembro de 71: eu iria comandar a Brigada de Cavalaria Mecanizada, caso se concretizasse a invasão. Por certo, uma determinação ao mesmo tempo honrosa e peculiar, face a minha posição lealmente expressada desfavorável à "operação". A uma indagação minha, respondeu o Coronel Vargas Souto que eu estava autorizado pelo General Breno a divulgar essa informação quando julgasse conveniente. A partir da "oficiosa" missão de me preparar para integrar a "operação", consciente do pouco tempo disponível, passei a dedicar-me inteiramente ao estudo dos documentos a ela pertinentes que, ao que tudo indicava, poderia ser executada nos próximos dias.

A essa altura, minha opinião pessoal sobre os princípios éticos da "operação" passavam a um plano secundário. Eu era um oficial superior do Exército com uma missão determinada pelo meu Comandante e meu maior dever era preparar-me para executá-la com o máximo de eficiência de que fosse capaz. A esta altura os reconhecimentos imprescindíveis à "operação" já tinham sido realizados e as unidades estavam em suas posições de partida para deslocamento em direção à fronteira. Restava apenas aguardar o desenrolar dos acontecimentos no Uruguai (resultado das eleições) para se passar à execução do plano, caso viesse a ordem superior nesse sentido. Vieram as eleições e, já no primeiro dia das apurações, configurada a derrota da Frente Ampla, a "operação" foi automaticamente desativada.

ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES

Na ocasião em que se desenrolavam os acontecimentos relacionados com a ameaça de invasão do Uruguai, era nosso Adido da Aeronáutica naquele país o Coronel Leuzinger Marques Lima. Em consonância com sua marcante personalidade, contribuiu Leuzinger com importantes e corajosas informações para o conhecimento dos fatos. Tendo presenciado "in loco" os

eventos que ocorriam então no Uruguai, pôde testemunhar as angústias sofridas pelo pessoal do corpo diplomático frente aos atentados e sequestros promovidos pelos Tupamaros. Através dele (e de outros militares), as autoridades brasileiras vinham tentando, veladamente, influir nos aconteci mentos. Assim é que, quando Leuzinger, em viagem ao Brasil, apresentou ao Brigadeiro Carlos Afonso Delamora, Chefe do SISA (Serviço de Informação e Segurança na Aeronáutica), uma análise da situação no Uruguai, este o encaminhou à Agência Central do SNI. Dos entendimentos lá mantidos resultou a aprovação da ideia de Leuzinger, de que se deveria ajudar as organizações anticomunistas que se antepunham aos Tupamaros. Havia quatro grupos envolvidos nesse mister: a TFP (Tradição, Família e Propriedade), a "Juventud Uruguaya en Pied", setores da Polícia e das Forças Armadas Uruguaias. Regressando ao Uruguai, Leuzinger levou consigo explosivos, que foram prontamente utilizados pela Polícia para destruir células do Partido Comunista que se exibia ostensivamente, já que tinha existência legal naquele país. Ainda segundo Leuzinger, o Brigadeiro Paulo Costa, que comandava a Força Aerotática, sediada em Cumbica, foi na época procurado por um oficial do III Exército, o qual solicitava apoio de helicópteros para uma eventual invasão do Uruguai. O Brigadeiro dirigiu-se ao Comandante do III COMAR, que encaminhou a informação ao Ministro da Aeronáutica, Marechal do Ar Márcio de Souza Mello, que em seguida pediu uma audiência ao Presidente Medici.

De acordo com Leuzinger, o seguinte diálogo teria se passado entre o Ministro e o Chefe da Nação:

Márcio — "Presidente, se de fato vai haver alguma ação contra o Uruguai, é preciso rápidas providências, já que a FAB não dispõe, no momento, de mais de seis horas de tiro". (O que, em linguagem militar, significa que a Força Aérea ainda não estava preparada para enfrentar uma situação como aquela).

Médici — "Marechal, isso é coisa do Breno. Quando formos inaugurar a Base de Santa Maria, eu me entendo com ele".

(O Presidente parecia não estar dando importância ao fato ou então tentava despistar seu próprio Ministro, o qual não seria para ele "persona grata").

Disse ainda Leuzinger ter sido posteriormente informado que, enquanto as unidades do III Exército se aprontavam para eventualmente entrar em ação, os argentinos mantinham em estado de alerta permanente dois aviões Camberras. Assinale-se que, naquela época, não seria fácil à Força Aérea Brasileira interceptar aparelhos desse tipo, viessem eles a realizar incursões de bombardeio contra território brasileiro. Esse fato dá a exata medida dos riscos a que se expunham as nossas forças se a Argentina, tirando partido de um ato agressivo do Brasil contra o Uruguai, resolvesse participar das hostilidades em favor da República Oriental. O

Brigadeiro Carlos Afonso Delamora, chefe do Serviço de Informações e Segurança da Aeronáutica em 1971, em contatos diretos comigo (em 25-7 e 12-10 de 1984), repassou-me algumas informações que confirmam aquelas fornecidas pelo Coronel Leuzinger.

Disse-me ele que, na época da "operação", acompanhou o Ministro Márcio de Souza Mello em audiência com o Presidente Médici a fim de buscar do Chefe da Nação confirmação sobre a "operação" contra o Uruguai, da qual o Ministro só tomara conhecimento através dos órgãos de informação da Aeronáutica. O Marechal do Ar mostrava-se descontente já que, oficialmente, não tinha sido posto a par dos acontecimentos e que uma operação daquela natureza exigia que se elaborassem, em tempo útil, planos adequados, e que fossem tomadas as medidas necessárias para que a Força Aérea pudesse cumprir a missão que lhe caberia, no caso de a invasão se concretizar. No encontro, o Ministro deixou bem claro ao Presidente o seu descontentamento por não ter sido ainda comunicado a respeito dos fatos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível que os responsáveis diretos pela "operação" não venham, no futuro, a admitir publicamente a intenção de intervir militarmente no Uruguai, caso a Frente Ampla vencesse as eleições de novembro de 1971, naquele país vizinho. A versão oficial poderá ser a de que, no máximo, o que se pretendia era exercer pressão para evitar que os esquerdistas tomassem o poder.

Os fatos que eu testemunhei e as declarações que ainda há pouco tempo me foram corajosamente repetidas por oficiais superiores neles envolvidos deverão, oficialmente, rebater a hipótese de tais tentativas. Em benefício do direito de especular, admitindo-se a hipótese de que houvesse ocorrido a vitória eleitoral da Frente Ampla, e fosse dada a ordem de invadir, quais seriam as consequências? Bem, se existisse algum acordo secreto com o governo argentino e ele fosse mantido, então do ponto de vista militar não seria de se esperar maiores complicações. No entanto, ainda assim teria sido um fragoroso desastre político. Como ficaria a imagem do Brasil diante das outras nações e, em particular, de nossos irmãos latino-americanos? E que dizer do ressentimento do povo uruguaio? E das vidas que teriam sido sacrificadas? Mas, e se não houvesse concordância prévia de parte dos argentinos, ou mesmo em existindo, se eles por razões de política interna tivessem que mudar de posição e decidissem reagir contra nós? Então nos depararíamos com uma situação extremamente delicada e sujeita a desdobramentos por demais perigosos, já que teríamos pela frente forças armadas muito superiores às uruguaias e, principalmente, porque, àquela época, era pelo menos discutível a nossa capacidade de enfrentar com êxito o poderio aéreo argentino. Na melhor

das hipóteses, os norte-americanos poderiam intervir a tempo de evitar um mal maior, ou então ficaríamos na contingência de optar por uma retirada humilhante, ou ainda de ter de aceitar um conflito mais extenso, com os desastrosos efeitos para todos os envolvidos. Aventuras dessa natureza não costumam acabar bem. A própria Nação Argentina (a que eu e minha família somos ligados por laços muito fraternos), em que pesem as fundamentais diferenças, iria verificar isso, onze anos depois, na guerra das Malvinas. Fatos como esse somente poderiam ocorrer sob um governo autoritário, desrespeitando o Congresso Nacional e a própria constituição vigente. É pois por essa razão, já passados treze anos, que eu decidi não me furtar ao dever de assim contribuir para que acontecimentos, como o aqui relatado, não mais se repitam no nosso País.

O relatório Saraiva

Corrupção no Governo Geisel

1976

"Se a verdade escandaliza, façamos escândalo".

SÃO FRANCISCO DE ASSIS

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As primeiras denúncias a respeito daquilo que viria a ser mais tarde conhecido por toda a Nação como o "Relatório Saraiva" surgiram através de declarações proferidas pelo advogado Francisco Pinto, em 3 de outubro de 1978. Nelas, ele acusava o Sr. Delfim Netto de, quando Embaixador do Brasil em Paris, haver recebido elevadas propinas em transações efetuadas entre o governo brasileiro e fornecedores franceses. Dias após, discursando na Câmara Federal, o Deputado José Roberto Faria Lima exigia esclarecimentos sobre o assunto, ao mesmo tempo que revelava ter o advogado Francisco Pinto feito as acusações com base em um relatório enviado pelo Coronel Raimundo Saraiva Martins, ex-Adido Militar na França, à 2ª secção do Estado-Maior do Exército (abril de 1976). A partir daí, suceder-se-ia uma série de acontecimentos ligados à questão: aberturas de processos de calúnia, cancelamentos dos mesmos processos, pronunciamentos de ex-chefes militares, prisões de oficiais superiores, depoimentos em comissão parlamentar de inquérito e outras denúncias (algumas bem escabrosas), envolvendo já não apenas Delfim Netto, mas também dois de seus antigos assessores, José Maria Vilar de Queiroz e Carlos Alberto Andrade Pinto. Não obstante, principalmente pela insistência do Ministério do Exército em recusar à Comissão Parlamentar de Inquérito acesso aos documentos enviados pelo ex-adido, o caso não foi considerado de todo esclarecido. Revela-se assim, mais uma vez, a face arbitrária do autoritarismo, negando à Nação o direito de tomar conhecimento de fatos relacionados com a corrupção a nível oficial. Tendo sido eu uma das primeiras pessoas a quem o Coronel Raimundo Saraiva Martins deu conhecimento do assunto, após seu regresso de Paris, decidi, por questão de foro íntimo, ir a fundo na matéria, buscando informações adicionais sobre o possível envolvimento dessas personalidades em irregularidades que, não só pela sua natureza mas também pelas repercussões internacionais que delas eventualmente resultem, podem vir a enxovalhar a própria dignidade do governo brasileiro. As revelações que se seguem, algumas inéditas, são o resultado de quatro anos de investigações. Mas, certamente, isso não é tudo. A busca de novos dados deve e irá prosseguir até que toda a verdade venha a ser conhecida, a fim de que se registre, com total fidelidade, a história do "Caso Delfim-Saraiva".

O RELATO DE SARAIVA A DICKSON

No início do ano de 1978, servíamos, eu, Coronel Dickson Melges Grael, e o Coronel Raimundo Saraiva Martins, no Departamento de

Engenharia e Comunicações do Exército, em Brasília. Na ocasião eu era o coronel mais antigo e Saraiva, recém-chegado de Paris, onde estivera na qualidade de Adido do Exército. Na oportunidade, um grupo de oficiais da Marinha, Aeronáutica e Exército, por mim coordenados e ao qual Saraiva se integrara, acompanhava com atenção o desenvolvimento do processo político-institucional. E como já se delineava para a próxima eleição presidencial mais uma candidatura militar, buscávamos influir junto aos nossos chefes no sentido de que tal não viesse a ocorrer. No entanto, se não lográssemos êxito, tentaríamos, dentro da ideia de que às Forças Armadas caberia refletir o pensamento da Nação como um todo, o lançamento de outra candidatura, também de um Chefe Militar, pelo partido de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Na execução posterior dessa ideia, criou-se um salutar clima de entendimento entre uma parcela ponderável da oficialidade e expressivas lideranças da oposição política.

Talvez o fato de estarmos (eu e Saraiva) engajados no mesmo processo, dentro de uma mesma linha de pensamento, motivou o ex-Adido a procurar-me espontaneamente, no dia 13 de fevereiro de 1978, ao cair da tarde, em meu gabinete, na Coordenadoria de Assessoria daquele Departamento, para relatar-me os fatos que se seguem e que são hoje conhecidos como o "Relatório Saraiva", mas que, na verdade, compreendem um radiograma enviado por ele ao Estado-Maior do Exército em abril de 1976, bem como um documento com informações pormenorizadas (segundo o próprio Saraiva), igualmente encaminhado ao Estado-Maior do Exército. Cabe inicialmente chamar a atenção para dois pontos: 1) no radiograma estava relatado tudo o que era relevante sobre o assunto em pauta; 2) na ocasião, declarou-me Saraiva não ter guardado nenhuma cópia da informação enviada de Paris, mas que ele sabia da existência de cópias do documento no EME e no SNI. Admitia ainda a existência de outra documentação versando sobre o assunto, no Itamaraty, a qual seria possivelmente um relatório enviado por diplomatas envolvidos no caso.

Segue-se o relato que então me foi feito pelo Saraiva, por mim anotado com seu devido assentimento:

No início do ano de 1976 foi ele procurado por dois diplomatas, dos mais antigos da Embaixada do Brasil na França, Guy Vasconcellos e Fernando Fontoura, os quais lhe revelaram suspeitar do procedimento de dois assessores da confiança pessoal do Embaixador Antônio Delfim Netto e cujas atividades pareciam estranhas à rotina de trabalho da Embaixada. Um deles era o Sr. Vilar de Queiroz. (O outro seria depois identificado na pessoa de Carlos Alberto Andrade Pinto.) Passaram então os dois diplomatas a fazer acompanhamentos e averiguações que os levaram a pensar que os referidos "assessores" poderiam estar usufruindo de vantagens pessoais em transações realizadas entre entidades francesas e o

governo brasileiro, sob a forma de comissões. Foi quando um fato aguçou-lhes ainda mais a curiosidade — O Sr. Jacques de Broissia, parente por casamento do Presidente Giscard d'Estaing, Diretor-Administrativo e de Assuntos Internacionais do Banque de Crédit Commercial de France, previsto para ser indicado para a Ordem do Rio Branco, não mais o seria, e tivera, por determinação do Sr. Delfim Netto, seu nome riscado da lista de convidados especiais (VIPs) às solenidades da Embaixada.

Resolveram então os dois diplomatas procurar o Sr. de Broissia, com quem se encontraram em um bar de Paris. Nessa ocasião, o banqueiro denunciou a existência de irregularidades nos negócios de fornecedores franceses ao Brasil, efetuados através de grupos de bancos financiadores, dos quais o seu era o representante. Prometeu na oportunidade o Sr. de Broissia que daria pormenores sobre os fatos em local mais seguro e na presença de um dos adidos militares da nossa Embaixada. Foi o que motivou os diplomatas a procurarem o Coronel Saraiva, o qual acedeu em encontrar-se com o banqueiro francês. Reuniram-se então os dois diplomatas, o Sr. de Broissia e o Coronel Saraiva, durante um. jantar na residência de um dos primeiros.

Foi quando o banqueiro afirmou já terem sido transferidas várias comissões para o "grupo Delfim", sem que, no entanto, tivesse havido contato direto com o próprio Embaixador. Especificou, citando o caso de seis milhões de dólares pagos, como comissão referente ao financiamento de fornecimentos para a Usina de Água Vermelha em São Paulo, e que foram depositados em conta numerada de um banco suíço, em que figuravam os nomes de Antônio Delfim Netto, Vilar de Queiroz e de um outro (Carlos Alberto Andrade Pinto). Disse ainda que, se o Presidente de seu banco o autorizasse, ele daria todos os pormenores da referida transação. Foi além o Sr. de Broissia em suas revelações naquela noite: Informou que seu banco não mais iria pagar comissões na forma exigida pelos brasileiros, mas sim em cheque, no balcão, como normalmente faziam com recebedores de comissões de "certos países".

Prosseguindo, revelou que a presidência do banco rejeitara uma recente proposta do "grupo Delfim" para obtenção de um financiamento para as obras de Tucuruí, primeiro porque a importância era muito elevada, implicando numa comissão de sessenta milhões de dólares e também porque, estando a França em período pré-eleitoral e sendo ele, de Broissia, aparentado do Presidente Giscard d'Estaing, não desejava correr o risco de um escândalo que poderia comprometer a reeleição do próprio Presidente. Revelou ainda ter sido procurado em seu gabinete no Banque de Crédit Commercial por uma senhora que se dizia das relações de Delfim Netto e de Vilar de Queiroz, a qual insistira para que se efetivasse o financiamento para Tucuruí. Declarou então o Sr. de Broissia ter ordenado que a referida senhora se retirasse de sua sala, já que não reconhecia nela nenhuma qualificação para discutir tal assunto, por não ser sequer

funcionária da Embaixada do Brasil. Dias depois, procurado pelo Sr. Vilar de Queiroz e por outra pessoa (Carlos Alberto Andrade Pinto), a ambos reiterou que seu banco não participaria do negócio de Tucuruí. Foi quando, segundo ele, os brasileiros reclamaram dos "maus tratos" que teriam sido dispensados à tal senhora que estivera em seu gabinete.

Ainda durante o referido jantar, informou de Broissia que o Ministro Raymond Barre (mais tarde Primeiro-Ministro da França) conhecia bem outras transações com o governo brasileiro, nas quais eram exigidas comissões por parte do "grupo Delfim" e que, se o desejassem, ele os levaria à sua presença, desde que isso ocorresse o mais breve possível, já que as eleições se aproximavam e, depois de um determinado momento, por razões políticas, não mais o Sr. Barre poderia se envolver. Guy Vasconcellos e Fernando Fontoura, contudo, preferiram não prosseguir no levantamento dos fatos. Continuando sua narração, disse-me Saraiva que telefonou ao seu colega, Coronel Leo Etchegoyen, então Adido Militar na Suíça a fim de consultá-lo sobre a questão das contas numeradas naquele País. E que, posteriormente, Etchegoyen, após contato com banqueiros suíços, informou-lhe que os bancos daquele país poderiam fornecer ao governo brasileiro informações sobre o assunto, desde que estas fossem solicitadas pelos canais diplomáticos competentes. Foram estes os fatos a mim narrados em 13 de fevereiro de 1978, pelo Coronel Saraiva.

Anos depois, em 1982, no Hotel Nacional em Brasília, na presença de outros oficiais superiores de nossas Forças Armadas, li para ele o relato aqui transcrito. Saraiva considerou que ele traduzia fielmente aquilo que anteriormente havia me comunicado. Conquanto o Coronel Saraiva, por razões particulares, só recentemente concordasse em revelar esses fatos a um grupo de deputados federais, estou absolutamente seguro que ele desejou desde o início que toda a verdade viesse à tona. Ainda mais porque já havia narrado, confidencialmente, esses acontecimentos a outras pessoas, entre as quais os Generais Euler Bentes Monteiro, Hugo de Abreu e Arthur Candal da Fonseca. De minha parte, abordei também o assunto, reservadamente, com o General Euler e com alguns eminentes brasileiros que, na ocasião, o acompanhavam em sua campanha presidencial. Recordo-me que entre eles estavam Teotônio Villela, Saturnino Braga, Rafael de Almeida Magalhães e Severo Gomes.

Foi quando ficou acertado que esses fatos, pela sua gravidade, somente deveriam ser, por mim, levados ao conhecimento público, em uma oportunidade especial como, por exemplo, durante uma Comissão Parlamentar de Inquérito que, pela sua natureza, justificasse meu depoimento. E essa oportunidade viria, anos depois, precisamente em setembro de 1983. Mais tarde, já estando eu na reserva, um oficial-general, que havia ocupado cargo importante junto ao General Sylvio Frota, disse-me, quando comentávamos sobre as revelações de Saraiva: "Por que você não se aproxima do Frota? Ele era o Ministro na época". Eu

respondi: "Bem, se um dia houver uma Comissão Parlamentar de Inquérito e acredito que esse dia virá, não há dúvida que seria de fato bom falar a respeito com o General Frota". Foram realizadas as devidas consultas e o ex-Ministro concordou em me receber mas sugeriu que antes eu falasse sobre o assunto, mais detalhadamente, com o General Adyr Fiúza de Castro. E foi o que fiz, nos dias 5 e 29 de abril de 1979. Segue-se o relato que S. Exa. fez a mim em sua residência, nessas datas.

Começou ele declarando que o General Frota o incumbira de me dizer que não deixaria de confirmar, perante uma CPI, ou outra Comissão de alto nível, tudo o que sabia sobre o assunto e relataria sobre o que continha o radiograma que recebera, via Estado-Maior do Exército, da parte do então Adido em Paris. Mostrou-me em seguida o General Fiúza uma cópia "xerox" da decodificação do radiograma reservado, de nº 264, datado de 9 de abril de 1976 e enviado pelo ADIEX em Paris para o EME. Foi quando constatei que o radiograma continha tudo o que havia de relevante no relato a mim feito por Saraiva em fevereiro de 1978. Disse-me ainda S. Exa. que certamente o ex-Adido enviara, como referido no próprio radiograma, outros documentos sobre os insólitos acontecimentos de que tomara conhecimento, mas que, se de fato o fez, estes não chegaram às mãos do General Frota. Informou-me também o General Fiúza de Castro que o então Ministro Sylvio Frota ordenara ao General de Brigada Antônio da Silva Campos, na época Chefe do CIE (Centro de Informações do Exército), que entregasse cópia do radiograma ao General João Baptista Figueiredo que era, na ocasião, o Chefe do Serviço Nacional de Informações. Dias após, o General Campos solicitou ao General Sebastião Ramos de Castro (Chefe da Agência Central do SNI) informações sobre as providências que estariam sendo tomadas a respeito do caso. E teria dele ouvido que o General Figueiredo lhe dissera que ainda não levara o assunto ao Presidente Geisel, mas que "estava tudo numa boa".

No dia 29 de abril de 1979, fui recebido em sua residência pelo General Frota, o qual confirmou o que já havia sido dito pelo General Fiúza de Castro, enfatizando que a informação — documento a que o Coronel Saraiva se referiu no radiograma — não havia chegado às suas mãos. Quanto à possibilidade de vir a depor em uma CPI sobre o caso em questão, disse não acreditar que a Oposição conseguisse promovê-la ou que o Governo permitisse sua instalação, mas que, se tal ocorresse, não se furtaria em cumprir com seu dever. Na ocasião o ex-Ministro expressou sua opinião segundo a qual o Coronel Saraiva agira acertadamente ao comunicar os eventos de Paris e que decerto caberia agora às altas autoridades da Nação se pronunciarem sobre o assunto. Confirmou ter enviado cópia do radiograma ao SNI e assinalou que, caso chegasse a depor numa CPI, esperava que não ocorressem "agressões" ao Exército. Finalmente considerou importante que as acusações contra o ex-Embaixador Delfim Netto e seus assessores fossem devidamente

elucidadas.

O DEPOIMENTO DE SARAIVA

Trechos mais importantes do primeiro depoimento do Coronel Raimundo Saraiva Martins na CPI da Dívida Externa brasileira, do Acordo Brasil-FMI e dos debates que se seguiram a sua exposição. Brasília, 15-9-1983

(Transcrição não revisada do texto datilografado das anotações taquigrafadas da CPI.)

Sr. Presidente (Deputado Alencar Furtado) — Esta Comissão tem a honra de receber hoje o Coronel Raimundo Saraiva Martins, figura de relevo e prestígio nacional e hoje de grande nomeada, tendo em vista sua participação em determinados episódios que interessaram e interessam à Nação brasileira.

S. Sa. é detentor de um curriculum vitae farto de valor e altamente qualificado.

(Seguem-se dados sobre o "curriculum" do Coronel Saraiva).

Esta a figura que aqui hoje comparece para depor, nesta Comissão, sobre assuntos que interessam a nossa investigação. Esta Comissão, Sr. Depoente, louva-se e orienta-se pelo Código do Processo Penal. Por isso, peço aos presentes que se levantem para assistir ao compromisso do depoente, de dizer a verdade sob as penas da lei.

O Depoente (Raimundo Saraiva Martins) — Faço, sob palavra de honra e sob as penas da lei, a promessa de dizer a verdade do que souber e do que me for perguntado.

O Presidente — Concedo a palavra ao depoente.

O Depoente — Exmos. Srs. Deputados, demais presentes. Em 1974 fui designado pelo governo brasileiro para desempenhar a função de Adido Militar do Exército na França. Assumi essa função em abril e passei a mesma para o meu substituto em maio de 1976. Para exercer essa função, havia necessidade de uma preparação prévia, inclusive o aperfeiçoamento da língua francesa. Para isso, eu que servia na Região Amazônica, me desloquei para Brasília e aqui fui submetido a uma fase de treinamento e de informações, inclusive na Escola Nacional de Informações. Os manuais que recebi, pelos quais deveria pautar minha atuação, são confidenciais. Os assuntos de que eu deveria tratar na França seriam aqueles essencialmente ligados ao Exército francês, e deviam ser tratados em caráter sigiloso. Dependendo da sua importância, eles seriam reservados, confidenciais, secretos, ultrassecretos. Quanto à documentação que o adido elaborava, ele devia fazê-lo baseado em informações ostensivas. Uma vez de posse das informações necessárias, elaborava um documento que poderia se chamar informe ou informação, e, ainda, relatório de informação com caráter sigiloso conforme disse, reservado, confidencial,

secreto ou ultrasecreto e o remetia para a autoridade militar competente aqui no Brasil. É vedado, pelos regulamentos militares, a quem elabora documento de caráter sigiloso, ficar com vias desse documento. E também é vedado, e fica sujeito às penas da lei, a pessoa que elabora documentos sigilosos depois dar-lhes difusão. A sua difusão não compete a quem elaborou — cada um faz a sua parte. Então, toda a documentação que eu elaborei na França, na função de Adido Militar, tinha caráter sigiloso e foi remetida nessas condições para o Ministério do Exército a quem eu estava vinculado.

O Presidente — Antes de conceder a palavra aos Srs. Deputados, quero fazer chegar ao depoente o convencimento desta Presidência sobre o assunto. O RDE é um regulamento disciplinador de uma corporação. A legislação penal brasileira são normas disciplinadoras da Nação brasileira. Quanto ao caráter de sigilo de qualquer documento, seja entendido por reservado ou ultrassecreto, existe hoje, pela legislação brasileira, pela jurisprudência dos tribunais, o seguinte entendimento: este caráter pode ser descaracterizado pelo Juiz Instrutor da matéria a ser por ele analisada. E esta CPI excede até de valia e de valor o julgamento comum dos Juízes de Instrução porque está representando a Câmara dos Deputados e o interesse nacional a ser investigado. Com essas considerações, ilustre depoente, quero dizer que, na qualidade de Presidente desta CPI, ou seja, como o Juiz da Instrução dessa investigação, essa matéria, para nós, perde o sigilo a que V. Sa. se referiu, estando portanto descaracterizada dessa natureza, até porque, por outros informes que possuímos, V. Sa. teria recebido parte das informações à vista de três ou quatro outras pessoas. Com essas considerações, concedo a palavra ao Relator da matéria para iniciar a inquirição.

O Relator (Deputado Sebastião Nery) — Sr. Coronel, entre os relatórios, informes e informações que encaminhava para o Exército, V. Sa. enviou algum a respeito da concessão de financiamentos de bancos franceses para a Hidrelétrica de Tucuruí?

O Depoente — Há sete anos que eu tenho sido abordado pela imprensa que, por sinal, tem sido compreensiva e muito correta no seu procedimento, sobre esse assunto. Então, depois de ouvir falar por sete anos no tal "Relatório Saraiva" — documento batizado possivelmente por essa imprensa — eu admito a existência de um documento que mencione transações comerciais, mas o seu conteúdo e a sua existência atual não são da minha atribuição revelar. Quando elaborei esse documento, conforme já disse, desempenhava a função de Adido Militar e, nestas condições, estava sujeito aos regulamentos militares. E hoje, estando na reserva, estando em paz de espírito e perfeitamente realizado, não irei, desta tribuna, atirar pedras no meu Exército e dizer coisas que não compete a mim dizer.

O Relator — Coronel, em geral eram enviadas cópias desses

relatórios para vários destinatários e órgãos diversos? O Depoente — Os documentos elaborados pelo Adido Militar poderiam ser informes, informações ou relatórios de informação. Esses documentos eram remetidos, em uma única via, para o Ministério do Exército, ou melhor, ao órgão ao qual eu estava vinculado, que era o Estado-Maior do Exército.

O Relator — Coronel, no caso exato do "Relatório Saraiva", V. Sa. se lembra se ficou alguma cópia na Embaixada? O Depoente — É como eu já disse: admito a existência do documento. Mas eu adianto somente isso, não me compete explanar sobre esse assunto, quando existe autoridade competente para isso.

O Relator — Coronel, quanto à questão do sigilo, o meu entendimento é o do Presidente desta CPI, o Deputado Alencar Furtado. Mas de qualquer forma, compreendo a posição do Sr. Coronel ao achar que compete aos seus superiores, no Exército, a divulgação do "Relatório Saraiva" e não a V. Sa. Compreendo apenas, embora, em termos legais, não aceite. Mas queria fazer algumas perguntas não a respeito exatamente do conteúdo do relatório. Por exemplo, o jornal O Estado de S. Paulo, em brilhante matéria de ontem, dizia que V. Sa. participou de uma reunião social. E uma reunião social em que há quatro, cinco ou seis pessoas, evidentemente não é uma reunião sigilosa. Não se trata, então, do sigilo do relatório em si. V. Sa. participou de um jantar com os funcionários da Embaixada, Guy Vasconcellos e Fernando Fontoura e com o Diretor do Banque de Crédit Commercial de France, o Sr. Jacques de Broissia?

O Depoente — Sem atentar para o juramento que eu fiz, não participei.

O Relator — V. Sa. ouviu alguma vez referências a problemas de comissões recebidas por brasileiros no caso desse financiamento para Tucuruí e também a respeito de outros financiamentos, como, por exemplo, para a Hidrelétrica de Água Vermelha? V. Sa. alguma vez ouviu algum tipo de comentário em torno desses assuntos? O Depoente — Dentro da Embaixada brasileira eu nunca ouvi esses comentários. Agora, uma vez numa reunião, eu ouvi um cidadão falando num tal de "dix pour cent". Eu não sei a que ele se referia.

O Relator — Coronel, ao ouvir falar no "Mister dez por cento", V. Sa. teve alguma ideia, na hora, de quem poderia ser? O Depoente — Eu não liguei essa expressão a nenhuma pessoa.

O Relator — Sr. Coronel, apenas mais algumas perguntas. Quando era Adido Militar na Embaixada, por acaso V. Sa. conheceu uma senhora que fazia parte do secretariado da Embaixada, chamada Mariza Tupinambá? O Depoente — Os gabinetes dos Adidos Militares ficavam um pouco separados do resto da Embaixada mas, por vezes, eu encontrava essa senhora. Não tinha muito contato com ela, tanto assim que uma vez, quando uma autoridade francesa queria falar com o Adido do Exército, não pôde, porque ela disse que eu já tinha ido embora, tinha vindo para o

Brasil. Quer dizer, o relacionamento era tão pequeno que ela achava que eu havia partido e eu estava na França.

O Relator — Coronel, V. Sa. imagina que uma funcionária com experiência internacional, que saiu de uma Embaixada em Londres e foi trabalhar numa Embaixada em Paris, seria tão ingênua assim, a ponto de não saber se o Adido Militar do Brasil estava presente ou ausente? Ou por acaso não teria ela dado essa resposta intencionalmente, para evitar exatamente o contato da pessoa que procurava V. Sa.? O Depoente — Não vejo ligação para que ela desse essa informação negativa. Não vejo motivo.

O Relator — Coronel, a última pergunta... Os jornais noticiaram que a empresa Colmeia, onde V. Sa. trabalha hoje, estaria sofrendo pressões desde que saiu nos jornais a notícia de que V. Sa. iria depor nesta CPI. É verdade? O Depoente — Eu não creio. O que aconteceu com a financeira foi boato criminoso, e o Sistema Financeiro Habitacional, dando prova da sua solidez, superou a dificuldade e hoje está funcionando com todo o seu vigor.

O Relator — Mas V. Sa., como dirigente desta financeira, tem ideia se esse boato criminoso surgiu por acaso ou se foi uma forma de fazer pressão psicológica, financeira, comercial ou política em cima de V. Sa. ou então em cima da própria Colmeia? O Depoente — Não creio que isto tenha acontecido, que esta fosse a intenção.

O Deputado Jorge Arbage — Data vênia do respeito que tenho pela inteligência do eminente Relator, aqui estamos para saber exatamente as causas do endividamento externo e as consequências do acordo com o FMI, porque é um assunto que interessa, como disse V. Exa., a toda a Nação, mas na verdade o que se procurou inquirir foram fatos que não têm nenhuma correlação com esses pressupostos que deram origem à constituição da CPI. De outro lado, o eminente depoente está absolutamente correto quando não procura, mesmo na reserva, vulnerar os regulamentos a que ainda está sujeito, sob pena de sofrer as consequências disciplinares. Não podemos, portanto, insistir em que ele revele fatos de sua administração, os quais, pelo que vejo, nobre Presidente, não têm vínculo com os problemas relacionados com a dívida externa e muito menos com os assuntos ligados ao FMI.

O Presidente — Para contraditar, tem a palavra o Deputado João Cunha.

O Deputado João Cunha — Sr. Presidente, quero contraditar a questão de ordem suscitada pelo Deputado Jorge Arbage, que é Vice-Líder do Governo. Se nesta República se puxar um fio de linha da calça de um dos seus dirigentes, fica todo mundo de cueca. Se formos buscar as ligações que existem com o chamado endividamento externo, vamos verificar que a atitude de cada um dos partícipes do esquema de usurpação do povo nesses anos tem muito a ver com a dívida externa. Quem não tem a ver com a dívida externa, Coronel Saraiva, é o povo brasileiro. Quando

se acusa o Sr. Delfim Netto e funcionários não ligados à Embaixada de terem recebido 6 milhões de dólares de comissionamento em função de um financiamento a juros (que não sei se interessava ao Brasil), tenho a impressão de que isto se insere na dívida que totaliza hoje mais de 100 bilhões de dólares. Nesse sentido, as questões que foram apresentadas pelo nobre Relator são de todo pertinentes, porque envolvem um conjunto de atividades em torno da fabulosa dívida externa brasileira. E aí eu digo ao militar reformado, Coronel Saraiva; aqui se trata do interesse da Pátria e não do interesse do seu governo; aqui se trata, Sr. Presidente, do interesse da Nação e compete a esta Casa tratar dos interesses da Nação. Em nome dos partidos, em nome daqueles que corromperam as instituições, que transformaram o nome do Brasil em piada lá fora, nenhum militar tem obrigação ou está adstrito a nenhum código e a nenhum ordenamento de disciplina. V. Sa., Coronel Saraiva, tem responsabilidades, deveres e juramentos para com a Pátria, não para com este ou aquele momento. E que podendo ser, como sei que foi, testemunha ocular e ouviu relatórios, como sei que ouviu, da parte daqueles que estiveram envolvidos no "Caso Saraiva", que já deu até processo contra Deputados Federais, que já permitiu, em outra oportunidade, que um Presidente da República quase determinasse a prisão de um atual Ministro e que envolve figuras do atual Governo, V. Sa. não tem direto de, ligando-se a um compromisso de instituição, se esquecer da instituição maior, que é sua Pátria. Esta Nação aguarda no dia de hoje que um Coronel do Exército Brasileiro tenha condições de se elevar acima dos seus interesses e os da Colmeia e também de obrigações relacionadas com a disciplina e a obediência. Ninguém é obrigado a ouvir disciplina e códigos, quando se trata de lesar o patrimônio de uma Nação. Ninguém é obrigado a acobertar crimes contra a Nação... V. Sa. deveria hoje, neste instante, pedir a Deus a força e a proteção para poder dizer o que sabe, para que possamos limpar a Nação das vergonhas a que tem sido submetida.

O Presidente — Esta Presidência detém em seu poder documentos que podem ser considerados até sigilosos, mas para ela, Presidência, não há sigilo nesta investigação. Dão conta esses documentos que em algumas das operações realizadas quando o depoente era Adido Militar da Embaixada do Brasil em Paris teria havido sérias irregularidades, sobretudo no que diz respeito a comissões "por f o r a " em contratos de empréstimos ou em operações comerciais. Causas de endividamento, porque, além do montante da operação em si, há que se acrescentar os dólares pagos "por f o r a " como comissão. E a denúncia que tenho e quero trazer, provocada pela questão de ordem de V. Exa., louvada em vários documentos, é de que o então Embaixador do Brasil na França, juntamente com dois dos seus assessores, teria, numa das operações, a de Água Vermelha, recebido uma comissão de seis milhões de dólares em 1976 e que seus auxiliares teriam solicitado uma outra comissão para o

empréstimo de Tucuruí, num valor bem mais alto. E que o banqueiro que fora abordado recusou aceitar a proposta que lhe foi formulada, levando esse fato ao conhecimento do governo francês e, ainda pelos documentos que temos em mãos, também deu conhecimento a dois diplomatas a serviço da Embaixada brasileira. Em consequência, este banqueiro, ex-cunhado do então Presidente da França, teria dito que estava disposto a prestar os esclarecimentos devidos, com sua responsabilidade, na presença do Adido Militar do Brasil na Embaixada de Paris. Então, Sr. Deputado, face a um desses casos a que me referi, por provocação da matéria por V. Exa., entende a Presidência que a matéria objeto desta investigação é pertinente aos objetivos da CPI.

O Deputado Eduardo Suplicy — Coronel Raimundo Saraiva Martins, em primeiro lugar gostaria de dizer que acredito que o seu depoimento hoje terá uma importância fundamental para a história do Brasil. Temos consciência da extraordinária coragem de V. Sa. ao realizar o trabalho que fez para o Estado-Maior do Exército. Compreendemos sua responsabilidade e seu dever, como membro das Forças Armadas do Brasil, e sua posição diante de fatos tão graves quanto os que V. Sa. pôde testemunhar. E como foi difícil para V. Sa. ter que relatar esses fatos depois de ver que o próprio Ministro do Exército teve dificuldade em levar adiante a investigação completa de tudo que ocorria. E até hoje, sete anos após, ainda não se pode dizer completa a abertura democrática, porque esses fatos ainda não foram inteiramente desvendados para a opinião pública. Tenho um relato da Sra. Mariza Tupinambá de Oliveira a respeito de sua estada na Embaixada em Paris. Lereí uma parte desse relato e perguntarei a V. Sa. se tem conhecimento dos fatos aqui contidos.

(Segue-se a leitura do relato).

O Depoente — Repito o que já disse. Meus contatos com a Sra. Mariza Tupinambá eram pouquíssimos e há até aquele episódio em que ela informou que eu nem estava mais na Embaixada. Esse era o contato que eu tinha com a Sra. Mariza Tupinambá.

O Deputado Eduardo Suplicy — Preciso insistir, Coronel Raimundo Saraiva Martins, porque considero a apuração desses fatos de extraordinária importância para nossa história. Isto porque, se houve algum deslize da parte do então Embaixador Antônio Delfim Netto, acredito que seja do maior interesse do Ministro que fique inteiramente esclarecido. Se foram os Srs. Andrade Pinto e Vilar de Queiroz, usando de sua amizade ou da sua influência, que porventura solicitaram essas comissões, então que o Ministro Delfim Netto esclareça isto. Mas parece não haver dúvida que houve esse fato, talvez por sua intermediação ou por pessoas muito próximas. Eu gostaria de insistir na questão e mesmo com respeito à relação de aproximação que V. Sa. teve com a Sra. Mariza Tupinambá de Oliveira, no sentido de que ela possa tê-lo auxiliado no levantamento dessas informações. Em alguma ocasião foi necessário que V.

Sa. se correspondesse com a Sra. Mariza Tupinambá de Oliveira, relatando impressões ou acusando recebimento de cartas que ela lhe enviara? É correta esta informação?

O Depoente — Confirmo o que disse anteriormente e acrescento o seguinte: ao Adido Militar é vedado fazer averiguações ou utilizar pessoas para fazer averiguações. Era terminantemente e ainda é proibido esse procedimento, coisa que não fiz.

O Deputado Eduardo Suplicy — De qualquer maneira, Coronel Raimundo Saraiva Martins, não é vedado a V. Sa., como cidadão, e mesmo como militar, corresponder-se com uma pessoa que trabalhou próximo ao lugar onde V. Sa. trabalhava. Tenho em mãos cópia de uma carta, datada de 2 de agosto de 1977, que passo a ler: "Mariza, recebi sua última carta. A anterior também foi recebida. A primeira não respondi, aguardando sua vinda ao Brasil, com possível passagem por Brasília. Quanto à última, estou respondendo, após acentuado retardo, pelo qual peço desculpas. Aqui, vamos bem. A situação geral nos parece muito incerta. Nem se deve falar por carta. Os observadores julgam desta forma, mas os dirigentes não julgam assim: o culpado pela situação é o petróleo, dentro da crise internacional. A diferença é que não conseguimos sair da crise, quando as outras nações estão controlando muito bem a situação. Parece que nos falta capacidade para enfrentar e resolver os grandes problemas nacionais. As empresas, qualquer que seja seu porte, estão passando por uma fase muito difícil, inclusive as estatais. As soluções paliativas têm surtido efeitos medíocres. São Paulo é uma região muito sensível. Dificilmente aquele senhor será investido no cargo que ambiciona. Entretanto, poderá ser novamente Ministro da Fazenda, se o futuro dirigente nacional for o que estão pensando, digo apresentando, e que desempenha alto cargo no Palácio do Planalto. Não falei com o político a que você fez referência na última carta. Fiquei sem jeito de procurá-lo. Talvez fosse o caso de você informá-lo da minha direção atual e, neste caso, partiria dele ou seu preposto a iniciativa da ligação. No final de 1976, um alto funcionário do Itamaraty disse-me que em agosto de 1977 seria substituído. Parece-me que os acontecimentos nacionais forçaram uma profunda mudança. É possível que ele pense que vai ser convocado pelo futuro dirigente e, neste caso, sairia de Paris para... O mundo é cheio de surpresas. Aqui vou ficar, aguardando notícias. Abraços. Saraiva Martins".

E prossegue o Sr. Deputado — Compreendo que o Coronel Raimundo Saraiva Martins possa ter sofrido pressões extraordinárias, caso viesse aqui a revelar quaisquer fatos que pudessem abalar a natureza do próprio regime que temos vivido no Brasil nos últimos vinte anos, ou, de alguma maneira, à credibilidade dos Ministros responsáveis pela política econômica desde 1976, ou mesmo de antes, desde 1964. Então, as revelações desses fatos podem ter enorme repercussão, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo, poderão afetar as relações do Brasil com os

bancos internacionais e com o Fundo Monetário Internacional. Compreendo as extraordinárias pressões que caem sobre um homem que tentou fazer revelações ao País, cumprindo o seu dever, julgando que agia em benefício de todos os brasileiros. Compreendo que possa haver pressões inclusive sobre sua família. Mas, como falei ontem ao Presidente da Câmara dos Deputados, pode o Coronel Raimundo Saraiva Martins estar seguro de que todo o Congresso Nacional estará pronto a defender sua segurança pessoal e a de sua família, na medida em que contribua para que a verdade seja revelada à Nação. Pergunto sobre a autenticidade desta carta.

O Depoente — Confirmo o que disse anteriormente. É uma carta que nada diz. Observe que ela não revela nada, não cita nomes nem cita casos. Quanto à questão de pressões, não sofri pressão de ninguém, de nenhum órgão.

O Deputado Eduardo Suplicy — Apenas poderia V. Sa. confirmar a autenticidade da carta e da sua assinatura? Compreendo que a carta não revela detalhes de negócios, mas é uma carta sua à Sra. Mariza Tupinambá de Oliveira.

O Depoente — É uma carta, resposta de uma que recebi.

O Deputado Eduardo Suplicy — Há duas cartas. Apenas, Coronel Raimundo Saraiva Martins, a carta, de qualquer maneira, comprova uma relação próxima de V. Sa. com a Sra. Mariza Tupinambá de Oliveira. Gostaria de voltar à questão levantada pelo Relator, Deputado Sebastião Nery, porque acredito ser importante um esclarecimento completo do que foi publicado ontem em O Estado de São Paulo. O mesmo revelou dados sobre a operação de financiamento da Hidrelétrica de Água Vermelha, junto ao "Banque de Crédit Commercial de France", pelo qual, dois funcionários, Andrade Pinto e Vilar de Queiroz, assessores do então Embaixador Antônio Delfim Netto, receberam comissão de intermediação no valor de seis milhões de dólares, os quais teriam sido depositados em conta numerada, em banco da Suíça. V. Sa. tem conhecimento deste fato?

O Depoente — Não tenho conhecimento desse fato. Conforme já disse, a documentação do Adido é sigilosa e sua difusão não é da minha alçada.

O Presidente — O depoente tem insistido em que não é da sua alçada a difusão dos documentos. Eu me adianto a V. Exa., para perguntar o seguinte: quem é o responsável por este documento e por sua divulgação, ilustre depoente?

O Depoente — Os documentos elaborados pelo Adido, informes, informações e relatórios de informações são de responsabilidade de quem elabora; as providências não são de quem os elabora.

O Presidente — Peço a V. Sa. que informe à Casa, uma vez que declinou da sua responsabilidade de divulgar o documento: a quem cabe a responsabilidade da divulgação? O Depoente — O responsável é quem

recebeu os documentos de informações enviados pelo Adido, isto é, o Estado-Maior do Exército.

O Deputado Eduardo Suplicy — Foi o General Fritz Manso, Chefe do Estado-Maior do Exército, quem recebeu esse relatório?

O Depoente — Os documentos elaborados pelo Adido não são enviados a pessoas, e sim a órgãos. Portanto, todos os documentos elaborados pelo Adido eram remetidos ao Estado-Maior do Exército, pela mala diplomática do Itamaraty.

O Deputado Eduardo Suplicy — Finalmente, Coronel, gostaria de perguntar ainda: quando lhe telefonei, há pouco mais de um mês, sobre a proposição que havia feito na CPI, de sua convocação, V. Sa. me relatou que, se de fato viesse aqui expor todo o conteúdo dos documentos que foram enviados ao Estado-Maior do Exército, quase certamente seria preso. V. Sa. também me disse que aquilo que soube, naquela época, ainda era muito pouco conhecido no Brasil e que se julgava no dever de informar o Governo sobre tais fatos. Quero perguntar a V. Sa. se sente-se seguro de que poderá sair desta reunião da CPI sem qualquer ameaça à sua segurança pessoal ou da família de V. Sa.

O Depoente — Sinto-me seguro, sim. Não vejo motivo para me sentir inseguro ou ameaçado pelo que quer que seja.

O Deputado Eduardo Suplicy — Agradeço as informações, Sr. Presidente.

O Deputado José Fogaça — Coronel Saraiva Martins, a primeira pergunta que tenho a lhe fazer é a seguinte: qual a data em que V. Sa. serviu como Adido Militar junto à Embaixada Brasileira na França? O Depoente — Foi de abril de 1974 a maio de 1976.

O Deputado José Fogaça — Neste período V. Sa. conheceu dois cidadãos, Guy Vasconcellos e Fernando Fontoura, diplomatas que prestavam serviço naquela Embaixada? O Depoente — Na Embaixada do Brasil na França conheci diversos diplomatas, em diversas graduações, e entre eles estavam esses dois.

O Deputado José Fogaça — V. Sa. conheceu também, durante o período em que lá esteve, o Ministro Vilar de Queiroz? O Depoente — Inicialmente conheci o Ministro Vilar de Queiroz como Cônsul-Geral em Paris; depois ele tornou-se Conselheiro da Embaixada do Brasil na França.

O Deputado José Fogaça — Pergunto se alguma vez V. Sa. foi procurado pelos Srs. Guy Vasconcellos e Fernando Fontoura a respeito de informações sobre o Banque Commercial de France.

O Depoente — Com os diplomatas eu conversava muito e trocava muitas ideias. Não me lembro desse episódio.

O Deputado José Fogaça — Quero lamentar a falta de memória de V. Sa., que prejudica bastante os objetivos desta Comissão. V. Sa. tem tão pouca memória que declarou que tinha relações superficiais com a Sra. Mariza Tupinambá e, no entanto, escreveu-lhe uma longa carta, mostrando

bastante intimidade. Da mesma forma, V. Sa. declara que teve conversas também superficiais com os Srs. Guy Vasconcellos e Fernando Fontoura. Gostaria de perguntar também a V. Sa. se houve uma reunião entre V. Sa. e esses dois cidadãos, juntamente com o banqueiro Jacques de Broissia? O Depoente — Havia muitas reuniões de caráter social e se conversava, trocavam-se ideias. Quanto à Sra. Mariza Tupinambá, eu não vejo intimidade nenhuma e sim uma resposta a uma carta ou a duas cartas recebidas por mim.

O Deputado José Fogaça — É verdade que V. Sa. escreveu uma carta sem citar nomes, mas emitiu uma série de conceitos de ordem política e econômica e de ordem pessoal. Pela própria linguagem em que está vazada esta carta não poderia ser para uma pessoa com quem V. Sa. tivesse apenas um relacionamento superficial, mas bastante aproximado. A pergunta que insisto em fazer a V. Sa. é se os diplomatas Guy Vasconcellos e Fernando Fontoura lhe trouxeram alguma informação a respeito de transações com o Banque de Crédit Commercial de France, envolvendo também o Sr. Jacques de Boissia. Esta é a pergunta específica.

O Depoente — Dentro da Embaixada do Brasil na França o círculo de militares era relativamente grande, porque lá estavam três adidos com os seus secretários. Então, formavam um círculo em que se trocavam ideias. Os diplomatas, por sua vez, formavam outro círculo dos quais os militares se aproximavam para trocar ideias. Não se passava dessa troca de ideias.

O Deputado José Fogaça — Mesmo tratando-se de troca de ideias, V. Sa. recebeu desses cidadãos alguma informação específica a respeito de irregularidades envolvendo o financiamento da Hidrelétrica de Água Vermelha? Insisto nesta pergunta.

O Depoente — Admito que os meus cinquenta e oito anos estão prejudicando, mas não me lembro.

O Deputado José Fogaça — Volto a lamentar a prejudicial falta de memória de V. Sa., o que evidentemente dificulta bastante o trabalho desta comissão. Mas prossigamos: V. Sa. tem conhecimento das razões que levaram à remoção do Sr. Ministro Vilar de Queiroz da Embaixada de Paris para servir em Ottawa, no Canadá, exatamente depois da visita do então Chefe do Estado-Maior, General Fritz de Azevedo Manso, a Paris? O General Fritz de Azevedo Manso teria ido a Paris para tratar da exportação de armamentos, mas exatamente após a sua visita, o mesmo General, que teria recebido o relatório assinado por V. Sa., tratou de determinar a transferência do Sr. Vilar de Queiroz para Ottawa. V. Sa. tem conhecimento dessa remoção em relação com a visita do General Fritz Manso?

O Depoente — Tomei conhecimento da movimentação do Ministro Vilar de Queiroz aqui em Brasília, através da imprensa. Quanto à visita do General Fritz Manso à França, a convite do Chefe do Estado-Maior do

Exército Francês, eu estava me desligando da minha missão na França quando ele chegou. E desconheço esse episódio da interferência ou determinação do General Fritz na movimentação do Ministro Vilar de Queiroz.

O Deputado José Fogaça — V. Sa. tem informação a respeito de outro escândalo de ordem pessoal ou de irregularidade financeira que tenha envolvido o Ministro Vilar de Queiroz? O Depoente — Não conheço nenhum desses escândalos. Desconheço.

O Deputado José Fogaça — A denúncia é de que o Sr. Vilar de Queiroz teria sido um intermediário nessa transação junto ao Crédit Commercial de France. Então, é nesse sentido que dirijo a pergunta a V. Sa.: Confirma essa denúncia ou reafirma desconhecer ou não lembrar-se do fato?

O Depoente — Não afirmo. Desconheço o assunto. Como disse anteriormente, havia apenas um relacionamento entre militares e diplomatas. Cada um cuidava das suas atividades e, até entre militares, cada um dos adidos cuidava das suas atividades no setor de sua atribuição.

O Deputado José Machado — Sr. Presidente, eu queria que V. Exa. me informasse se o depoente, no início da sua exposição, ou quando interpelado por outros colegas, declarou que não poderia abordar especificamente o relatório que lhe é atribuído, por razão de Segurança Nacional, por sigilo ou por alguma outra forma que pudesse impedi-lo de ir mais a fundo nas questões que lhe estão sendo formuladas.

O Presidente — Preliminarmente, o depoente prestou o compromisso legal de dizer a verdade sob as penas da lei. Em seguida, abordado pelos primeiros inquiridores, respondeu que, no que diz respeito ao chamado "Relatório Saraiva", entende haver impedimento, por uma questão de regulamento do Exército, para divulgar aquele relatório. Esta Presidência esclareceu ao depoente e à Casa que os depoimentos aqui proferidos terão que ser revestidos com o cunho da maior veracidade, sob as penas da lei. Haverá acareações aqui, haverá depoimentos que possam sofrer colisões em termos de sua veracidade. E estamos empenhados na investigação das causas da dívida brasileira. Não nos interessa a nível pessoal essa investigação, mas interessa a nível parlamentar e nacional.Quero, respondendo a V. Exa., dizer que haverá outros lances ainda complementares deste que estamos vivendo nesta reunião.

O Deputado José Machado — Sr. Presidente, com a questão que vou propor, tenho a impressão de que poderíamos antecipar estes lances. No nosso entendimento, como o seu próprio nome indica, uma Comissão Parlamentar de Inquérito é para apurar um fato determinado, considerado, até prova em contrário, como irregular, pois do contrário não teria guarida a sua criação. A falta de conhecimento de dados é que leva à instalação de uma CPI. Ora, o Coronel Saraiva não depôs, sob o argumento de que se trata de um regulamento do Exército. Em última análise, um sigilo,

matéria de segurança nacional, o que para mim é profundamente estranho, uma vez que os Poderes da República são, em primeiro lugar, legislativo, Executivo e Judiciário. Não é possível negar, sob o fundamento de sigilo, informações claras, diretas e objetivas ao Congresso Nacional, através de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, qualquer que seja o depoente, ainda que Ministro do Exército. Nestas condições, Sr. Presidente, tratando-se de assunto, digamos assim, de segurança nacional, e este é o melhor caminho para se esconder a verdade, pediria a V. Exa. que, ouvida a Comissão Parlamentar de Inquérito, transformasse esta reunião em secreta, para que o depoente prestasse por inteiro o seu depoimento.

O Deputado Jacques D'Ornellas — Sr. Presidente, em abono do que acaba de ser dito pelo nobre Deputado José Machado, gostaria de lembrar que V. Exa. submeteu o depoente ao compromisso legal, no início dos nossos trabalhos. O Regimento Interno da Câmara prevê a aplicação subsidiária, e V. Exa. também a isto se referiu, do Código de Processo Penal, que,
no seu art. 206, diz o seguinte: "A testemunha não poderá eximir-se da obrigação de depor, poderá, entretanto, recusar-se a fazê-lo, o ascendente ou descendente ou afim em linha reta, o cônjuge, ainda que desquitado, o irmão, a irmã, o pai, a mãe e o filho adotivo do acusado, salvo quando não é possível por outro modo obter-se ou integrar-se a prova do fato e de suas circunstâncias". O que me parece não seja o caso. As Comissões Parlamentares de Inquérito são reguladas por lei federal que é a Lei nº 1.579, que em seu art. 4° diz o seguinte: "Art. 4*, inciso — Constitui crime: Inciso II — Fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito". Portanto, não apenas o perjuro, mas também a sonegação de informações constitui crime tipificado no Código Penal. Razão pela qual acho que é de se considerar a sugestão que acaba de ser feita pelo nobre Deputado José Machado, para que o depoente possa, enfim, libertar-se de alguns preconceitos que revelou aqui e prestar o depoimento, sob pena de, não o fazendo, estar sonegando informações e obstruindo os trabalhos da CPI.

O Presidente — Vou responder à questão de ordem levantada. Os documentos que esta Presidência tem recebido não têm sido por vias oblíquas. Ela os tem recebido porque primeiro os tem requisitado oficialmente. Ademais, é bom que se esclareça que esta CPI é um inquérito, é uma investigação. E o inquérito se louva não necessariamente em provas acabadas, mas em indícios, veementes ou não, que possam instruí-lo. Então, a nossa tarefa está sendo conduzida com absoluta regularidade. Daí, acolhendo a sugestão de V. Exa., nobre Deputado, que já f o i encampada p o r dois Deputados integrantes permanentes desta CPI, eu a submeto à votação dos seus membros efetivos para o seu acolhimento ou não. Encontra-se em votação a proposta de ser

considerada ou não secreta a reunião. Em votação (pausa). Aprovada. Peço aos presentes a gentileza de se retirarem deste recinto para que possamos continuar os nossos trabalhos, já sob a capa do sigilo necessário. (Reunião passa a ser secreta).

Nota do Editor: Como se poderá perfeitamente deduzir das observações e comentários feitos pelos membros da CPI quando a ela compareceu para depor, seis dias depois, o Coronel Dickson Melges Grael, nada ou quase nada acrescentou o Coronel Saraiva na reunião secreta, em relação ao seu depoimento anterior.

COMENTÁRIOS SOBRE O DEPOIMENTO DE SARAIVA

Nessa oportunidade, Saraiva surpreendeu... negativamente. Omitiu-se e tergiversou. Alguns pontos de seu depoimento chegam a ser quase inacreditáveis, para um homem do seu brio e inteligência. Vejamos: Quando ele diz: " N ã o vou atirar pedras no Exército", escapa-lhe inteiramente o espírito e a precisão dos fatos. Isto porque, em nenhum momento, o assunto relacionado ao radiograma e à informação enviados p o r Saraiva comprometeu, direta ou indiretamente, o Exército. Os réus, a se dar crédito ao que o próprio Saraiva revelou pelos referidos meios e a mim relatou pormenorizadamente, em mais de uma ocasião, como também contou aos Generais Euler, Hugo de Abreu e Candal Fonseca, os réus, repetimos, se existem, são os senhores Vilar de Queiroz, Carlos Alberto Andrade Pinto e Antônio Delfim Netto. Saraiva não nega a existência dos documentos mas de certa f o r m a se omite, ora passando a responsabilidade da revelação de seu conteúdo a seus superiores hierárquicos, ora apelando para o enfraquecimento da memória, "traído pelos meus 58 anos". Como viria a comprovar um ano mais tarde, prestando depoimento a um grupo de parlamentares que compunham a C P I da Dívida Externa (e que apresentaremos adiante), Saraiva não é nem senil, nem covarde. Sucede que, razões que ele então considerava suficientemente fortes — e que viria depois a confessar — induziram-no a essa atitude retraída e temerosa, tão contrária ao seu caráter e, de certo, aos ditames da sua consciência. De qualquer forma, deve-se lamentar que, sob o peso de desconhecidas servidões, tenha contribuído para reduzir o ímpeto das investigações da CPI, o que somente favoreceu àqueles que, presumivelmente, teriam se locupletado com alguns milhões de dólares em contas secretas na Suíça.

DEPOIMENTO DE DICKSON

Trechos mais importantes do depoimento do Coronel Dickson Melges Grael na CPI da Dívida Externa brasileira, do Acordo Brasil-FMI e dos debates que se seguiram a sua exposição.

Brasília, 21-9-1983

(Transcrição não revisada do texto datilografado das anotações taquigrafadas da CPI.)

O Presidente (Deputado Alencar Furtado) — Srs. Deputados, esta CPI tem a honra de receber hoje, para depor, na qualidade de convidado, o Coronel Dickson Melges Grael. Figura de prestígio na área militar, pelo desempenho honrado e patriótico nos misteres a seu cargo, prestará compromisso legal de dizer a verdade sobre os assuntos que estão sendo investigados nesta CPI. S. Sa. é portador de um brilhante currículo (seguem-se detalhes). — Enfim, trata-se de uma figura de relevo na vida pública deste país. Convido o ilustre depoente a prestar o compromisso regimental.

O Depoente (Coronel Dickson Grael) — Exmo. Sr. Presidente, faço, sob palavra de honra e sob as penas da lei, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O Depoente — Sr. Presidente, Srs. Deputados, parece-me que, salvo melhor juízo, o que justifica minha presença aqui, se refere ao chamado "Relatório Saraiva" que, no correr da minha exposição, verão que melhor fora chamá-lo de Informação Saraiva. Conheço e vou revelar fatos que me foram ditos e apresentados por pessoas da maior responsabilidade pelas funções que exerceram, pelo nome que têm e pelos postos que ocuparam. Quanto ao meu propósito por ter aceito, sem constrangimento, até muito a gosto, esta oportunidade de tentar ser útil, está ele contido numa frase de John Pimm: "Prefiro sofrer por dizer a verdade a deixá-la padecer com o meu silêncio".

Em seguida o Coronel Dickson Grael passa a expor todos os fatos já mencionados no início deste capítulo.

"No início do ano de 1978..." E concluiu: "Relatei tudo o que me pareceu pertinente e ético. Não me ative a outras informações de caráter pessoal que julgo desairosas e que não contribuiriam para o esclarecimento da verdade que aqui se busca alcançar. Era tudo o que tinha a dizer nesta oportunidade... " (palmas).

O Deputado Hélio Duque — Sr. Presidente, esta CPI ouviu, na quarta-feira da semana passada, o depoimento do brasileiro Raimundo Saraiva Martins e hoje temos o do Coronel Grael. Minha intervenção visa pedir a reconvocação do Coronel Saraiva Martins. Caso S. Sa. discorde dos termos do depoimento que acabamos de ouvir, eu pediria então um depoimento simultâneo do Coronel Dickson e do Coronel Saraiva.

Consideramos isso fundamental. Há um choque flagrante entre o que foi dito hoje e o depoimento do Coronel Saraiva, que, por questões de desmemoriamento momentâneo, não trouxe a carga de informações extremamente importantes que esperávamos ouvir.

O Presidente — Sua solicitação será atendida porque é uma imposição da própria investigação.

O Deputado João Cunha — Sr. Presidente, em face desses depoimentos, reitero minha solicitação, já apresentada à Mesa da Comissão, para a convocação, a depor, de outras personalidades, entre elas o General Sylvio Frota, ex-Ministro do Exército.

O Presidente — O requerimento de V. Exa. foi acolhido e deferido pela CPI.

O Deputado Jorge Arbage — Sr. Presidente, Srs. Deputados. A nossa preocupação nestes trabalhos tem sido sempre a de evitar que ocorra qualquer desvirtuamento da finalidade da CPI... Diria em princípio que os depoimentos daqueles que estão se reportando a informações prestadas pelo então Adido Militar na França, Coronel Saraiva, na verdade nada têm a ver com os três pressupostos que fundamentam a criação da CPI. Quais são eles? A dívida externa, a ação das multinacionais e o acordo com o FMI.

O Deputado José Fogaça — O nobre Deputado Jorge Arbage afirma que esta Comissão está tangenciando e se desviando de seus verdadeiros propósitos. Muito pelo contrário, nós estamos aqui, e este é o propósito desta Comissão, para investigar as causas da dívida externa brasileira. E, pelo depoimento do Coronel Dickson, nós estamos a verificar que entre as determinantes dessa dívida incluem-se gastos e atos fraudulentos que contrariam frontalmente os interesses nacionais e configuram crimes de responsabilidade. Estamos a constatar que a conduta de certas autoridades brasileiras, na assinatura de contratos com bancos e fornecedores internacionais ao nosso país, esteve marcada por atitudes criminosas e irresponsáveis as quais estão estreitamente vinculadas às causas da dívida externa brasileira. Isto, para mim, ficou bem claro na exposição do ilustre Coronel Dickson Grael.

O Deputado João Cunha — Sr. Presidente, quanto à manifestação contradita do Deputado Jorge Arbage, no que respeita a fuga desta Comissão das suas finalidades, tenho a impressão que esses fatos se relacionam intimamente com o problema da dívida externa e o FMI. A atitude do Sr. Delfim Netto, a quem se indigita não só a manifestação do General Adyr Fiúza de Castro, posta à imprensa ontem, como por vários outros momentos da vida nacional e também pelas informações do Coronel Dickson Grael. Na verdade, o Sr. Delfim, ao longo desses anos do Regime, tem sido o gestor de negócios a nível internacional. A dívida externa está ligada intimamente com o tipo de trapaças, negociatas, negócios escusos, jogadas e tráfico de influência que este senhor possa ter feito na captação

de dólares, a preços caríssimos, a juros extorsivos, para o desenvolvimento de interesses internos que, me parecem, em grande parte não coincidentes com os reais interesses nacionais. A Lei n. 1.079 de 10 de abril de 1960 estabelece as responsabilidades dos Ministros de Estado. Entre os crimes considerados de responsabilidade está o previsto no seu art. 4": "É crime praticar atos contra a probidade na administração..." Por outro lado, a apuração da verdade não pode ser respeitada nos limites cínicos, hipócritas, daqueles que pretendem fazer do Regime a forma de capa para manutenção da impunidade neste país. O Coronel Saraiva faltou com seu dever, desrespeitando esta Casa, ofendendo o Congresso Nacional e tem de vir diante de um colega seu que teve a coragem, nos mesmos parâmetros, de denunciar a vergonha que foi imposta à Nação pela atitude da Embaixada do Brasil, à época, segundo o próprio Saraiva, a "Embaixada dix pour cent".

O Relator (Deputado Sebastião Nery) — Coronel, até que ponto o Estatuto dos Militares, que está aí na sua mão, importa ao Coronel Saraiva o dever, que ele alegou aqui, de não prestar um completo depoimento justificando um dever de juramento para com o Estatuto dos Militares? O Coronel Saraiva disse duas vezes aqui: "Eu fiz a minha parte, se os outros tivessem feito a deles, a dívida externa do Brasil não estaria hoje em 100 bilhões de dólares... "

O Depoente — Não me cabe julgar o Coronel Saraiva... Será que no íntimo de sua formação, de seu discernimento, ele não estará contente que os fatos tenham vindo a público por meu intermédio e não pelo dele próprio?... É talvez uma questão de personalidade. Não me considero melhor que o Coronel Saraiva e também não diria que há itens conflitantes no Estatuto dos Militares mas, tanto no que se refere às seções Do Valor Militar como Da Ética Militar, é de se reconhecer a predileção de Saraiva por uns preceitos, enquanto que, de minha parte, por outros. Vejamos: para o Coronel Saraiva: "São manifestações essenciais do valor militar o patriotismo traduzido pela vontade inabalável de cumprir o dever militar..." e "o espírito de corpo, orgulho do militar pela organização em que serve... Acatar as autoridades, abster-se de tratar, fora do âmbito restrito, matéria sigilosa de qualquer natureza", enquanto que, para mim: "E pelo solene juramento de fidelidade à Pátria... o civismo, o culto às tradições" e "Cumprir seus deveres de cidadão... " e "Amar a verdade e a responsabilidade como fundamentos da dignidade pessoal".

O Deputado José Fogaça — Entre os relatos que V. Sa. colheu do Coronel Saraiva, do General Piuza e do General Frota, há coerência? Ou seja, todas as informações fechavam ou ocorreram contradições?

O Depoente — Sr. Presidente, é uma pergunta interessante e importante. Vejamos: No que diz respeito ao primeiro documento, possivelmente uma informação telegráfica ou radiograma, como queiram chamá-lo, não houve. Quanto ao segundo, um relatório que se seguiria, há

de fato uma certa contradição. Quando disse ao Saraiva que o General Frota alegara não ter recebido um segundo documento, o Coronel estranhou, confirmando ter enviado a informação e ainda ter certeza de que esse documento havia chegado ao seu destino — o EME. Não obstante, tal documento não chegou às mãos do General Frota — assim revelou S. Exa... e eu não tenho por que não acreditar em ambos. Então há realmente um hiato, uma contradição, sobre a qual não tenho condições de esclarecer.

O Deputado José Fogaça — Teria havido interceptação desse documento?

O Depoente — Não sei. Acho que só as autoridades envolvidas poderiam responder. Se perguntarem ao General Frota, não tenho dúvidas que ele confirmará o que me disse: "Não recebi o relatório". O documento enviado por um Adido do Exército é encaminhado ao Chefe do Estado-Maior do Exército, sendo que, antes disso, transita, em termos técnicos, pela Segunda Seção do EME, que o "decodifica". Então é passado ao Chefe e deste, usualmente, ao Ministro. Obviamente, entram normalmente no circuito o chefe do Centro de Informações do Exército e o chefe do Gabinete do Ministro. Não sei o que teria ocorrido. De qualquer maneira é algo que deve ser esclarecido.

O Deputado José Fogaça — V. Sa. tem alguma dúvida a respeito da competência profissional do Coronel Saraiva?

O Depoente — O Coronel Saraiva é um excelente profissional. Se não respondeu adequadamente às perguntas de V. Exas., há de haver outras razões. Jamais por falta de competência, desconhecimento do fato ou inadvertência. Absolutamente. Ele se comportou bem: colheu os dados que interessavam e não perdeu tempo em enviar a informação à autoridade competente.

O Deputado José Fogaça — Considero-me plenamente satisfeito com todas as respostas dadas pelo Coronel Dickson Grael e entendo que seu depoimento nesta Casa, pelo impacto e pela contundência, representa um fato dignificante, porque transforma o Congresso no foro legítimo para o levantamento da verdade e para a afirmação da verdade. Os indícios e evidências de que houve irregularidade são de tal ordem que acredito que o Sr. Delfim Netto, se tiver um mínimo de hombridade — e esta palavra vem de "hombre", do espanhol que V. Sa. conhece bem porque viveu na fronteira do Rio Grande do Sul — S. Exa. o Ministro demite-se do cargo e responde, fora dele, perante a Nação às acusações contra ele.

O Deputado Aníbal Teixeira — O Sr. Jacques de Broissia, como banqueiro, é um homem de empresa privada, com todo o desempenho usual da empresa privada: pagamentos de comissões e outras coisas comuns no mundo dos negócios, não no mundo das coisas públicas. Pelo menos não deveriam ser. Ele admitiu ter feito outros negócios com o Brasil, inclusive o dos seis milhões de dólares que teriam sido remetidos

para uma conta na Suíça. Quais as razões que esse banqueiro alegou para não fazer então a operação de Tucuruí (a que implicaria numa comissão de sessenta milhões de dólares)?

O Depoente — Não tive contatos em profundidade com coisas substanciais, além dessas que citei. Mas tive algumas conversas complementares com o Coronel Saraiva que podem ser pertinentes à pergunta de V. Exa. Lembro-me muito bem o que o Saraiva comentou comigo: O Sr. Jacques de Broissia teria alegado que a importância em consideração era muito alta e por isso a presidência do Banco se opusera àquela operação. Teria dito também que, por estar a França em período pré-eleitoral e por ele ser cunhado do Presidente Giscard d'Estaing, se estourasse algum escândalo, isso poderia prejudicar a campanha de reeleição do Presidente francês. Não sei se haveria outras razões.

O Deputado Eduardo Suplicy — O Ministro Delfim Netto não pode ficar uma hora sequer na sua cadeira sem esclarecer completamente esses fatos e não por uma nota da SEPLAN à imprensa, nada dizendo, como fez no próprio dia do depoimento do Coronel Saraiva... Gostaria de ouvir pessoalmente do Ministro Delfim que S. Exa. está considerando normal, há muito tempo, que para cada operação de negócios haja alguma comissão paga, por exemplo, àqueles que fazem uma espécie de relações públicas entre os bancos que realizam os negócios e a própria autoridade... Parece que o Presidente foi convencido pelo então Embaixador, hoje seu Ministro, de que este é o procedimento normal, assim como foi normal, durante a campanha eleitoral da ARENA, da qual ele foi o coordenador em São Paulo, passar a bandeja entre homens de negócios que se relacionam com o governo e obter contribuições, em coquetéis por ele promovidos. Isso me foi dito pelos que contribuíram para a tal campanha. Claro que, depois, os negócios com o governo são mais fáceis... E eu pergunto a V. Sa.: por que será que o Presidente João Figueiredo, que soube disso muito bem, à época dos acontecimentos, ainda não se incomodou em esclarecê-los à opinião pública e até mesmo em inocentar aquele que é, hoje, o seu principal Ministro do Planejamento e da Economia?

O Depoente — Sr. Presidente, Sr. Deputado, realmente é uma pergunta muito difícil de ser respondida, sobretudo para quem dispõe apenas dos relatos que me foram passados. Mas eu quero e posso dizer a V. Exa. que o segundo documento existe e é uma informação. Por isso declarei de início: é informação o nome que Saraiva deu ao documento. Ele existe mesmo. No mais, realmente, não sei como responder e não vejo por que devesse elucubrar a respeito.

O Deputado Sebastião Curió — O Coronel Dickson disse que não presenciou os fatos e que apenas recebeu um relato do Coronel Saraiva e é fato comprovado que Saraiva é um homem de informação, formado pela Escola Nacional de Informações. Eu perguntaria a V. Sa.: Não acha que um homem tão capacitado, tão experimentado no ramo de informações teria

tirado uma cópia desse documento? Também gostaria que V. Sa. esclarecesse se esse documento, que o General Frota não viu nem recebeu, seria um informe ou uma informação. O que disse o Coronel Saraiva a V. Sa.?

O Depoente — Vou responder. Primeiro: Se eu teria perguntado ao Saraiva se ele tinha uma cópia? Perguntei, sim. A resposta dele: "Não". Por que eu iria insistir? É uma resposta que tenho de aceitar. Segundo: Existe o segundo documento? Quem me disse que existe foi o Saraiva, porque ele o enviou.

Já referi várias vezes aqui e vou fazê-lo de novo. O documento se chama informação, nome que foi usado pelo próprio Saraiva. No radiograma constava a espinha dorsal daquilo que ele revelou como sendo a informação. Também constava do radiograma: "Segue documento circunstanciado, informação com pormenores".

O Deputado José Machado — Gostaria muito de ser honrado em participar dos Anais como interpelante desse digno representante das Forças Armadas que é o Coronel Dickson Melges Grael, sobretudo depois que o Deputado Curió deu uma declaração, que temos de testemunhar como verdadeira, de que ele não é homem que fica em cima do muro e de que não atira nenhum aríete de capuz. Ele o faz de cabeça descoberta, ou melhor, de fronte erguida. Que amanhã não se venha apontar esse honrado representante das nossas gloriosas Forças Armadas como alguém que está a serviço de quem quer que seja. Por isso, apelo aos companheiros desta Comissão no sentido de que deixem de lado qualquer sentimento de ódio político-partidário e aproveitem essa manifestação de solidariedade do Deputado Curió ao seu companheiro de Exército a quem reiteradas vezes elogiou como homem de bem, sério, verdadeiro e digno. Isso é muito importante, Sr. Presidente, porque amanhã, infelizmente, poderemos ser surpreendidos com uma série de achincalhes atribuídos a esta Casa, como se daqui tivesse partido alguma agressão às Forças Armadas. O que há é uma manifestação de solidariedade e aplauso a elas, através do depoimento extraordinário, corajoso e patriótico do Coronel Dickson Grael e, sobretudo, a solidariedade que o Deputado Curió deu, não digo ao depoimento, mas à grandeza e postura cívica e moral desse ilustre militar.

O Presidente — A Presidência tem de cumprir o regulamento e precisa encerrar os trabalhos. Sr. Depoente, V. Sa. está a receber desta CPI, dos deputados aqui presentes, uma exaltação cívica pelo seu comportamento neste dia, nesta Casa. A CPI recolhe como valiosíssimo seu depoimento, pelos inúmeros subsídios a ela trazidos, depondo sobre fatos que interessam ao Congresso Nacional e à Nação brasileira. Quero agradecer-lhe a inestimável colaboração e também realçar a lealdade que V. S. empresta à sua corporação e às virtudes cívicas que ornam a sua personalidade. Estão encerrados os trabalhos.

DEPOIMENTO DOS GENERAIS FROTA E ETCHEGOYEN

No dia 26 de outubro de 1983 compareceu à CPI da Dívida Externa Brasileira e do Acordo Brasil-FMI o ex-Ministro do Exército, General Sylvio Frota. Conquanto seu depoimento tenha sido secreto, extravasaram informações suficientes para que se precisem os pontos essenciais de suas declarações:

1 Que no mês de abril de 1976 tomou conhecimento da existência de um dossiê enviado pelo então Adido do Exército em Paris, Coronel Raimundo Saraiva Martins, do EME.

2 Que esse dossiê, de sete páginas, era composto de dois "telex", um informe e uma informação.

3 Que constavam desses documentos acusações relatadas por um banqueiro francês ao Coronel Saraiva, segundo as quais o Embaixador Antônio Delfim Netto e dois de seus assessores receberam comissões nas negociações para a construção da Usina de Água Vermelha por firmas francesas.

4 Que o Ministério do Exército, não tendo competência para proceder a investigações sobre a matéria, enviou os documentos ao SNI para as providências cabíveis.

5 Que tais documentos, devidamente protocolados, foram encaminhados à Agência Central daquele órgão pelo chefe do CIE, na época, General Antônio da Silva Campos.

6 Que não obtivera posteriormente qualquer esclarecimento do SNI sobre o assunto em questão.

7 Que, em nenhum momento, debateu o caso com o ex-Presidente Ernesto Geisel.

Em dezembro de 1983, o General Leo Etchegoyen prestou seu depoimento na CPI. Nele, o ex-Adido em Berna confirmou haver sido notificado pelo Coronel Saraiva sobre as acusações feitas por de Broissia contra Delfim Netto e assessores. Disse ainda que, em encontros sociais naquela cidade, comentava-se que um grande número de brasileiros possuíam contas sigilosas em diversos bancos suíços. E que um deles — O Crédit Suisse — tinha chegado ao requinte de decorar uma sala com motivos folclóricos da Bahia para agradar seus clientes brasileiros. E revelou também ter sido informado sobre a possibilidade da quebra do sigilo bancário na Suíça, em casos especiais, quando autoridades de um país estivessem indiciadas em processos e mediante solicitação oficial da parte do Governo interessado.

DEPOIMENTO DE VILAR DE QUEIROZ E ANDRADE PINTO

No dia 22 de novembro de 1983, o Sr. José Maria Vilar de Queiroz depôs na CPI da Dívida Externa Brasileira. Partindo da premissa que a melhor defesa é o ataque, investiu grosseiramente contra todos que, de uma ou de outra forma, trouxeram à baila o envolvimento do "grupo Delfim" nos casos de Água Vermelha e Tucuruí. Insultou seus colegas de Itamaraty, Guy Vasconcellos e Fernando Fontoura, acusando o primeiro de "inexpressivo e despersonalizado" e o segundo de "mau caráter". Lançou pesados impropérios contra o Coronel Saraiva, a quem chamou de covarde e pigmeu moral. Mostrou o quanto é desinformado, qualificando o jornalista Evandro Paranaguá como meu genro (eu não tenho filhas) e atacou a honorabilidade do Sr. Jacques de Broissia. E, de passagem, ignorando o respeito devido à CPI, chamou uma senhora de "mundana". E, obviamente, classificou a si próprio e aos senhores Delfim Netto e Carlos Alberto Andrade Pinto de dignos e honrados patriotas. Não surpreendeu. Ninguém esperaria que, em chegando à CPI, se declarasse culpa-do ou acusasse seus supostos companheiros de negócios. No entanto, até os indivíduos mais astutos e maquiavélicos incorrem em erros, omissões e contradições, acabando por deixar "brechas" que permitem devassar as suas consciências(?). E foi o que sucedeu com o desbocado ex-assessor de Delfim Netto.

Comecemos por uma falha de memória do depoente: Em outubro de 1978, ao ser entrevistado pelo repórter Roberto Lopes (Veja, 18-10-1978), sobre os rumores que já na época circulavam em torno do "Relatório Saraiva", disse Queiroz "lembrar-se vagamente" do banqueiro de Broissia.

Contudo, depondo, quatro anos depois, na CPI, declarou textualmente:

"O personagem Jacques de Broissia merece um comentário especial. Sôfrego e trêfego, com a ascensão de Giscard d'Estaing à Presidência, procurou expandir seus interesses na função de Diretor do Crédit Commercial de France, se prevalecendo da alegação de ser cunhado do Presidente. Não há termo mais adequado do que picareta para descrevê-lo". Por certo um julgamento irresponsável em relação a alguém de quem a gente "se lembra apenas vagamente", ou seja, a quem pouco se conhece. A menos, é claro, que o conhecimento entre ambos não tivesse sido assim tão "vago"! Mais adiante, usando uma expressão já antes empregada por seu mentor e ex-chefe, sobre o assunto, disse Vilar que a questão não passava de "uma conversa de lavadeiras". Bem, em sua diatribe contra Saraiva, de Broissia, Guy Vasconcellos e Fernando Fontoura, Queiroz trouxe a questão para esse nível, só que, em o fazendo, tornou-se ele próprio uma das "lavadeiras". Analisemos outros tópicos do depoimento de Vilar de Queiroz:

1. Acentua o depoente que as negociações para financiamento da Usina de Água Vermelha realizaram-se entre as Centrais Elétricas de São Paulo e o Banco de Crédito Comercial da França em 1972-73, enquanto

Delfim Netto foi Embaixador em Paris entre 1975 e 1979. E especifica: "Em 11-11-72 a CESP comunicou ao Ministério da Fazenda as negociações, pleiteando aval do tesouro e ao Ministério do Planejamento solicitando prioridade para o Projeto. Acatada a prioridade (pelo Ministro Reis Veloso) e autorizada a operação (pelo Presidente Medici), o Ministério da Fazenda deu o aval. Sucede que o Ministro da Fazenda de então era o Sr. Delfim Netto e o seu chefe de assessoria internacional era, nada mais nada menos, o próprio Vilar de Queiroz. Uma estranha (e feliz) coincidência! Anos após, segundo o Sr. de Broissia, os fornecedores e financiadores franceses pagariam a comissão de seis milhões de dólares, saldando a "dívida contraída". De fato, uma possibilidade que não pode ser descartada. Não seria a primeira ocorrência desta natureza constatada na história da corrupção internacional. Muito pelo contrário.

2. Quanto às negociações relativas a Tucuruí, diz Queiroz: "Foi tudo negociado e decidido no Brasil, com etapas em Paris, mas a cargo da Eletrobrás e do Ministério das Minas e Energia e, mais uma vez, o pessoal da Embaixada nada teve a ver com a negociação". Aqui parece que falou a verdade, pois realmente assim diz o Sr. de Boissia — o "grupo" ficou mesmo de fora das negociações, em virtude das altas comissões exigidas.

3. Há um outro aspecto bastante curioso no depoimento de Queiroz: Declarou ele que, em 1979, foi com Delfim Netto ao encontro do Chefe da Agência Central do SNI, General Newton Cruz, o qual teria esclarecido que o Serviço procedeu às investigações e concluiu que "as acusações do informe de Saraiva eram infundadas". Será que tais investigações receberam a mesma atenção que se concederia mais tarde aos casos Baumgarten e Proconsult, ao escândalo da Capemi-Tucuruí (que envolve parentes do General) ou o mesmo zelo com que se trataria o atentado do Riocentro? Parece que o ex-Chefe da Agência Central do SNI tomou partido no caso em pauta, pois, já no Comando Militar do Planalto, declararia, com sua proverbial "sutileza", que "as apurações sobre o Relatório Saraiva visaram desmoralizar o Exército". Daí resultou o protesto do Capitão Sérgio Etchegoyen que se ergueu em defesa de seu pai, o General Leo Etchegoyen, o qual insistia na apuração das denúncias contidas no referido relatório.

Em nenhum momento durante o seu depoimento, onde procurou "não deixar pedra sobre pedra", o Sr. Vilar de Queiroz fez referência ao fato mencionado até em jornais de uma certa senhora muito sua amiga ter procurado o Sr. de Broissia visando persuadir o banqueiro francês a levar adiante as negociações referentes a Tucuruí. Por quê?

No dia seguinte (23-11-83) o Sr. Carlos Alberto Andrade Pinto, em seu pouco expressivo depoimento, limitou-se a negar qualquer ação ou vínculo, direto ou indireto, com os supostos (segundo ele) informes contidos no relatório do Coronel Saraiva. Também não surpreendeu!

SEGUNDO DEPOIMENTO DE SARAIVA

Finalmente, no dia 4 de setembro de 1984, o Coronel Raimundo Saraiva Martins decidiu voltar a prestar depoimento, em caráter reservado, aos membros da CPI da Dívida Externa e, desta vez, contou tudo o que se recusara a dizer um ano antes. E justificou-se, declarando que, naquela ocasião, sendo diretor da firma Colmeia, receou que, caso fizesse certas revelações, poderia prejudicar a empresa. Mas, com a liquidação da Colmeia, em maio de 1984, por determinação do Banco Central, já não tinha razões para silenciar.

Vejamos os pontos essenciais deste depoimento:

Saraiva — Tudo começou quando dois diplomatas de nossa Embaixada em Paris procuraram os Adidos Militares para revelar os seguintes fatos: O Diretor do Crédit Commercial de France passou a ser "persona non grata" à Embaixada do Brasil em Paris. Este fato causou surpresa, pois esse senhor tinha acesso aos gabinetes do Embaixador e do Ministro-Conselheiro. E, simultaneamente, foi excluído da relação de indicados para receber o Mérito Rio Branco e incluído na lista negra da Embaixada. Dois diplomatas, julgando essas atitudes fora do comum, descobriram meios de chegar até à presença desse diretor do BCCF. Abordando-o, estranharam a mudança de tratamento da Embaixada para com ele. O que teria acontecido? — indagaram. A resposta do banqueiro foi no sentido de que teriam acontecido "alguns fatos". Mas o diretor do BCCF somente faria o relato desses fatos na presença do Adido Militar. Esses dois diplomatas passaram algum tempo tentando obter a concordância de um dos Adidos Militares, mas nenhum deles demonstrou, de início, desejo em se encontrar com o diretor do BCCF. Finalmente, aceitei encontrar-me com ele. Foram marcados dia e hora do evento, na residência do diplomata Fernando Fontoura. Esses diplomatas chegaram até ao banqueiro por intermédio da Mariza Tupinambá. Foi a única participação dela em toda essa história.

Eduardo Matarazzo Suplicy — Um dos diplomatas era o Sr. Fernando Fontoura?

Saraiva — Era o Sr. Fernando Fontoura e o outro era o Sr. Vasconcellos. Quanto ao relato do Diretor do Banco, Jacques de Broissia, foi marcado o dia e a hora do evento na residência do diplomata Fernando Fontoura, como já disse. Disse ele: "Os... (Omitido por respeito aos países amigos) recebem comissões, passam recibo e vão embora. A Embaixada do Brasil é diferente, quer receber comissão sem se comprometer". Ele ia dizendo assim e depois tínhamos que voltar a formular perguntas para ele responder.

Coronel — "Quem deu essa importância para ser depositada?"

Diretor — "Os fornecedores dos equipamentos para a hidrelétrica de Água Vermelha".

Coronel — "De onde foi retirado esse dinheiro?"

Diretor — "Do próprio financiamento da hidrelétrica".

Coronel — "Esses 6 milhões de dólares o que representavam do financiamento?"

Diretor — "Seis por cento".

Coronel — "Onde estão as provas desses depósitos?"

Diretor — "Estão no cofre do presidente do banco CCF. Poderei mostrá-las se o presidente do banco autorizar".

Coronel — "Por que o presidente do banco poderá negar a exibição dessas provas?"

Diretor — "Nesses documentos estão nomes dos fornecedores, que são nossos clientes".

Coronel — "Quem são os beneficiários desses depósitos em conta azul?"

Diretor — "É o grupo do embaixador. A pessoa principal nessa exigência é o senhor Vilar de Queiroz".

Coronel — "Então o Embaixador está resguardado?"

Diretor — "Não. O Embaixador está envolvido".

Coronel — "Como?"

Diretor — "Ele pede a presença de um funcionário do Banco, às vezes até do Representante do BCCF no Brasil. O Embaixador manda que o emissário do banco procure determinada pessoa em Londres. O emissário encontra-se com a pessoa indicada pelo embaixador: o assunto é a liberação de comissão. Não temos dúvida de que ele está envolvido, porque não é inocente para mandar procurar a pessoa e tratar de comissão".

Disse ainda o Diretor do BCCF que o Ministro do Comércio Exterior, Raymond Barre, estava interessado em uma entrevista com o Adido Militar. Seria um encontro informal, no qual o Ministro relataria todos os outros casos. Havendo o concordo do Adido Militar, o próprio Diretor do BCCF tomaria todas as providências para esse encontro. O Ministro tinha real interesse em falar com o Adido Militar. O Adido ficou de confirmar a entrevista posteriormente, pois, na ocasião, não houve aceitação de todos os presentes, razão pela qual não foi possível efetivar o encontro. Houve certa vacilação e surpresa da parte dos diplomatas presentes. Foi dito ao Diretor do BCCF que ele estava formulando uma queixa, sem exibir provas. O mesmo afirmou: "O Presidente do BCCF dispõe dos comprovantes dos depósitos, em conta azul de Banco Suíço, feitos para o grupo do Embaixador. O nosso Representante no Brasil, baseado em São Paulo, poderá relatar todos os fatos, desde que autoridades brasileiras desejem saber e solicitem autorização à Matriz do BCCF".

Sebastião Nery — Depois desse encontro o senhor não teve outro encontro com o senhor Jacques...?

Saraiva — Tive mais um encontro, que foi no café do restaurante

Fourquet, em que ele chegou e disse: "Coronel, seu Embaixador está cada vez com mais prestígio". Disse: "Por quê?" Respondeu: "Porque até o Presidente da República vem visitar a França, na época em que ele está sendo Embaixador, encarregado dos serviços na França. Se seu Embaixador fosse Embaixador do Governo francês, ele já estaria sendo processado e destituído da função".

Flávio Bierrenbach — Então, os adidos militares foram procurados por dois diplomatas, Fernando Fontoura e Guy Vasconcellos. Todos os adidos militares ou só os dois?

Saraiva — Todos os adidos militares.

Flávio Bierrenbach — V. Sa. se lembra dos outros adidos?

Saraiva — O naval era o Comandante Aché, e o da Aeronáutica era o Francisco Pinho. Todos eram coronéis.

Flávio Bierrenbach — Então, essa conversa ocorreu entre os dois diplomatas e os três adidos militares. Foi simultaneamente?

Saraiva — Não. Separadamente. Eles iam, falavam comigo, falavam com o adido naval, falavam com o da Aeronáutica.

Flávio Bierrenbach — V. Sa. teve oportunidade de checar com os outros adidos o teor da conversa que eles tiveram com V. Sa. Era o mesmo?

Saraiva — Era o mesmo. Eu tive oportunidade de também trocar ideias sobre o assunto com cada um deles.

Flávio Bierrenbach — Então, eles disseram que o Diretor do Banque de Crédit Commercial de France estava fazendo essa denúncia e que gostaria de transmitir a denúncia aos adidos?

Saraiva — Ele disse o seguinte: um diretor do Banco, Jacques de Broissia, tinha entrada franca na Embaixada. Ia ao Gabinete do Embaixador, do Ministro Conselheiro, sem marcar hora, sem avisar, sem nada. De um momento para o outro deixou de ter entrada franca, tinha que marcar audiência, entrou numa lista negra e foi excluído da lista de propostas para a Ordem do Mérito Rio Branco.

Flávio Bierrenbach — E esse diretor do banco gostaria de ser o advogado de acusação?

Saraiva — Esses dois diplomatas, vendo esse procedimento, andavam procurando detectar alguma coisa. Aí, pediram para Mariza Tupinambá sondar esse diretor. Ela falou com o Jacques de Broissia e ele marcou um encontro com os dois diplomatas num café entre a Embaixada e a matriz do banco, na margem do Rio Sena.

Flávio Bierrenbach — A conversa que V. Sa. teve com o Sr. Jacques de Broissia foi uma conversa a sós, ou foi na presença dos diplomatas?

Saraiva — Foi na presença dos dois diplomatas.

Flávio Bierrenbach — V. Sa. se lembra da data disso?

Saraiva — O ano foi de 1976, o mês, de março para abril, de 76.

Flávio Bierrenbach — Onde?

Saraiva — Na residência do Fernando Fontoura.

Eduardo Suplicy — Onde estava também o Guy Vasconcellos?

Saraiva — Onde estava também o Guy Vasconcellos.

Flávio Bierrenbach — V. Sa. encaminhou um telex ao Ministério do Exército?

Saraiva — Correto. Depois que houve essa conversa com o diplomata, estava se aproximando a visita do Presidente da República, e a Embaixada tentando as duas coisas, ao mesmo tempo. Tentando o financiamento integral de Tucuruí e o acordo nuclear com a França, porque Água Vermelha já tinha sido liquidado, pois tinham depositado lá as importâncias, segundo ele, cobradas. Era comentado no meio diplomático o procedimento da Embaixada do Brasil. Inclusive, um Deputado da Assembleia Nacional Francesa, que tinha sido Ministro do Governo De Gaulle, comentava muito esses fatos. Comentava condenando.

Flávio Bierrenbach — V. Sa. mandou um telex à pessoa imediatamente acima de V. Sa., na escala hierárquica?

Saraiva — Eu mandei para o chefe do Estado-Maior do Exército, o órgão ao qual eu era subordinado. E, naturalmente, haveria a triagem e iria para o escalão competente. Então elaborei uma mensagem e codifiquei essa mensagem pelo sistema greatah. É um sistema muito eficiente usado pelo Serviço Nacional de Informação, e mandei pelo telex da Embaixada.

Flávio Bierrenbach — Mandou em código?

Saraiva — Sim, em código.

Flávio Bierrenbach — Quem era o chefe?

Saraiva — Era o General Fritz Azevedo Manso.

Flávio Bierrenbach — V. Sa. não ficou com cópia disso?

Saraiva — Ficou no meu arquivo oficial.

Flávio Bierrenbach — V. Sa. encaminhou esse telex em que data, mais ou menos?

Saraiva — Imediatamente depois dessa entrevista, devido à proximidade da visita do Presidente da República à França.

Sebastião Nery — Não há hipótese de, na Embaixada, ninguém traduzir o telex?

Saraiva — Não, porque o sistema é muito seguro.

Ecluarâo Matarazzo Suplicy — Qual é o nome do código? Como é que se escreve?

Saraiva — Greatah. Escreve-se G, r, e, a, t, a, h.

Flávio Bierrenbach — Essa conversa que V. Sa. teve com o Sr. Jacques de Broissia, no apartamento do Sr. Fernando Fontoura, foi em francês?

Saraiva — Foi.

Flávio Bierrenbach — V. Sa. fala bem o francês?

Saraiva — Entendi perfeitamente.

Flávio Bierrenbach — Não havia nenhuma possibilidade de V. Sa.

interpretar mal?

Saraiva — Não havia, e também os diplomatas estavam presentes e não houve divergência, e eram muito simples as expressões utilizadas.

Flávio Bierrenbach — E o conteúdo desse telex codificado corresponde àquilo que V. Sa. está nos contando?

Saraiva — Corresponde com menos palavras. Era um telex, talvez de uma lauda dessas em que eu contava o fato principal e dizia quais as pessoas envolvidas.

Sebastião Nery — V. Sa. teve informações depois se se consumaram os entendimentos fora da França, para outras negociações?

Saraiva — Depois que mandei a mensagem, dias depois, chegou o Presidente da República. Eu procurei saber da comitiva se o Presidente teria tomado conhecimento daquela mensagem. E me afiançaram que não.

Sebastião Nery — Quem informou a V. Sa.?

Saraiva — Foi o assistente do Presidente. Disse que o Presidente não tomara conhecimento. Aí, relatei para ele o fato. Pode estar acontecendo isso, assim, assim... para o assistente.

Sebastião Nery — Quem era o assistente?

Saraiva — Era o atual Chefe de Gabinete do Ministro do Exército, General Vilberto Lima, nesse tempo Coronel. No dia seguinte, lá no Hotel Creteuil, onde estava a comitiva instalada, o Ministro Shigeaki Ueki me chamou e disse: "Coronel Saraiva, o que o senhor relatou coincide com o que eu venho desconfiando". Eu não perguntei do que ele vinha desconfiando, nem ele disse. Mas só disse que coincidia. Disse mais: "O senhor fique certo de que nenhuma carta de intenções, nenhum documento será assinado na visita do Presidente. Eu vou mandar um emissário aqui para assinar esse documento, mas ele utilizará a Embaixada apenas como ponto de apoio do Território Nacional". Eu disse, mas esse emissário já não é dessa mesma turma, Ministro? Ele disse: "Não, não é. O meu emissário vai ser o Presidente da Eletrobrás, o Antônio Carlos Magalhães". E, realmente, tempos depois, esse emissário chegou a Paris para assinar um documento de que não tomei conhecimento.

Flávio Bierrenbach — O senhor relatou a conversa que teve com o Sr. Jacques e os outros Adidos Militares?

Saraiva — Relatei.

Flávio Bierrenbach — O senhor tem ideia se o Adido Naval, Comandante Aché, e o Adido da Aeronáutica, Coronel Pinho, se eles encaminharam aos seus respectivos Estados Maiores...

Saraiva — Não. Não encaminharam nada porque eles não tinham os elementos necessários. Apenas em relato feito por mim eles ficaram sabendo.

Flávio Bierrenbach — Depois que o senhor enviou o telex, recebeu alguma resposta do Estado-Maior do Exército?

Saraiva — Eu recebi um telex ostensivo perguntando se o Sr.

Jacques de Broissia era cunhado do Presidente da França.

Flávio Bierrenbach — Foi a única resposta que o senhor obteve do Estado-Maior?

Saraiva — Foi essa pergunta. Na própria mensagem que eu mandei, disse que ia mandar um documento mais completo sobre o assunto. Mandei uma informação carimbada, com carimbo "secreto", relatando todo o fato, numa informação de quatro páginas.

Jacques D'Ornellas — Qual foi a data dessa informação?

Saraiva — Acredito que no final de abril.

Jacques D'Ornellas — Antes da viagem do Presidente também? Saraiva — Em abril de 1976. Mas já estava sendo elaborado também quando o Presidente chegou. Foi depois que ele chegou que eu mandei, não foi antes. Nessa informação eu relatei quem eram os assessores do Embaixador: Vilar de Queiroz, Gustavo Silveira, que parece que é o assessor de imprensa hoje da SEPLAN, Carlos Alberto Andrade Pinto, Carlos Alberto de Andrade e Francisco Israel.

Flávio Bierrenbach — O único nome mencionado pelo Sr. Jacques de Broissia foi o Sr. Vilar de Queiroz? Saraiva — Ele citou só o Vilar de Queiroz e o Embaixador, da forma que eu relatei aqui.

Jacques D'Ornellas — Quantas páginas tinha essa informação?

Saraiva — Quatro páginas. Nelas eu dizia que esses assessores afastaram os diplomatas. Os diplomatas desempenhavam as funções administrativas e eles faziam as negociações. E, além de trabalharem de uma maneira, acredito, não normal, porque eles não eram lotados na Embaixada, mas trabalhavam na Embaixada. E tinham na Rue des Champs um escritório montado não sei como, eu nunca fui lá. Sabia só onde ficava, mas nunca fui ao escritório deles. Eles diziam que estavam ali pela amizade do Embaixador e não ganhavam nada do Brasil, não eram remunerados e trabalhavam sem remuneração, mas moravam muito bem lá em Paris e todos eles tinham um Mercedes particular.

Flávio Bierrenbach — O Ministro Sylvio Frota, quando prestou depoimento aqui, a esta Comissão, declarou que, por determinações do Presidente da República, os assuntos dessa natureza deveriam ser encaminhados diretamente ao SNI.

Saraiva — Ele encaminhava.

Flávio Bierrenbach — Ele declarou que foi procurado pelo General Sylvio de Azevedo Manso, no dia 12 de abril, que lhe levou um telex que recebera, de Paris, já decodificado, e que, por determinação do Presidente da República, um assunto dessa natureza deveria ser encaminhado diretamente ao SNI, cujo responsável, na época, era o General Figueiredo. O senhor chegou a receber algum pedido de esclarecimento, algum pedido de informação do SNI?

Saraiva — Nenhum. A minha ligação, sempre, nesse assunto, e nos outros também, foi com o Estado-Maior do Exército.

Flávio Bierrenbach — Na última vez que o senhor prestou depoimento perante a Comissão, na sessão secreta, o senhor recusou-se, com base no Regulamento Disciplinar do Exército, a dar as informações que hoje o senhor está nos dando. Por quê?

Saraiva — Eu me propus a um compromisso. Conforme eu disse naquela ocasião, questão de ética. Agora, o que foi que ocorreu? O Sr. Vilar de Queiroz, que eu considero um cidadão desqualificado, veio aqui e disse o que quis. Tudo o que ele disse ali eu li, reli e está multiplicado sempre por menos um. Quer dizer, tudo, absolutamente tudo, mentiroso. Então, lá, no Exército, eu perguntei a um General: "E agora, como é que faz?" Mandaram-se ao gabinete do Ministro do Exército e disseram: "Olha, pelo estudo feito pela assessoria jurídica, o Vilar de Queiroz não ofendeu o Exército. Ele ofendeu a você. Você, então, agora se defenda ou faça alguma coisa contra o Vilar de Queiroz". Eu disse: "Muito bem, eu não pedi nada ao Exército. Mas o Exército sabe que eu não sou incompetente. Por que eu fui a essa missão no exterior? Foi por incompetência? Então, o Exército não me deu a regalia que eu merecia, pelo menos na defesa, e ao mesmo tempo hoje eu sinto, aonde me dirijo, um braço invisível. Esse braço invisível nasce em algum lugar, mas sempre tenta barrar o meu caminho. Mas isso, como é pessoal, não vem ao caso.

Flávio Bierrenbach — O senhor foi Adido Militar num dos países mais importantes com os quais o Brasil mantém relações. Não seria normal a sua promoção a General de Brigada?

Saraiva — Eu pertenço a uma Arma de promoção difícil, que é a Arma de Engenharia. Eu não posso dizer, com certeza, que foi, mas a minha qualificação e também as informações colhidas entre os Generais e os meus pares eram unânimes para a minha promoção.

Flávio Bierrenbach — O senhor atribui a sua não promoção a esse fato?

Saraiva — Eu não posso atribuir assim, diretamente, porque ninguém me disse. Apenas o Assistente Secretário do Chefe do Presidente da Comissão de Promoções (que era o General Ariel) uma vez me procurou e disse: "Saraiva, você tenha a certeza de que todas as vezes que o General Ariel presidiu a Comissão de Promoções, ele levava o seu dossiê, essa questão do Relatório Saraiva, e fazia sentir à Comissão que tudo que estava ali, se estivesse na sua função, teria feito a mesma coisa. Você fique certo de que um General sempre lhe defendeu".

Eduardo Matarazzo Suplicy — Coronel, quando o Sr. Vilar de Queiroz esteve aqui, fez algumas ponderações questionando a lógica desse Relatório. Segundo ele, a operação Água Vermelha foi em 72, entrando no início de 73. Portanto, três anos antes da gestão de Delfim Netto em Paris. Isso significa que nem o Ministério da Fazenda, nem a Embaixada do Brasil em Paris tiveram qualquer contato com os bancos franceses, nem com firmas fornecedoras da França para o projeto de Água Vermelha.

"Seria estranho" — disse Vilar de Queiroz — "que o lado francês oferecesse benefícios a quem nada tinha com a negociação, escolha de bancos e de fornecedores".

Saraiva — Um caso são esses acordos, contratos, convênios assinados numa mesa-redonda, para determinados financiamentos. Outro caso é arrancar uma comissão, porque tudo indica que a comissão foi arrancada. Esta é a impressão que Jacques de Broissia tinha quando me disse: "É fácil a gente dar comissão para os... (Omitido por respeito a países amigos) Agora, para os brasileiros, eles querem a comissão e depois dizem que nós estamos tentando suborná-los".

Eduardo Suplicy — A objeção que ele apresentou é que o depoimento do Sr. Jacques de Broissia teria ocorrido quando o Embaixador e sua equipe estavam na França e ele argumentou...

Saraiva — Mas ele era Ministro e o Vilar era seu assistente aqui no Brasil. O Vilar era o que o Botafogo é hoje.

Eduardo Suplicy — Quer dizer, no seu entendimento, a operação de Água Vermelha precisava do aval do Ministro da Fazenda e, então, ele teria, portanto, o poder...

Saraiva — Essa faceta do problema não foi abordada em nenhuma ocasião. Ele abordou aí, talvez procurando distanciar a operação da comissão que recebeu.

Flávio Bierrenbach — Vou fazer mais uma pequena interrupção. O caso do Deputado, cujo nome o senhor não se recordou agora, está no Relatório?

Saraiva — Está no Relatório.

Flávio Bierrenbach — Por acaso é Jacques Baumel?

Saraiva — É possível.

Flávio Bierrenbach — Constava o nome do banqueiro Louis Dreifus?

Saraiva — Não. Era só esse e mais o de um diretor de banco, muito amigo do grupo do Embaixador e quem estava fazendo a negociação com esses quatro bancos, fora do território francês, segundo o que estava dito pelo próprio Jacques de Broissia. O representante do banco aqui no Brasil também poderia dar a informação desejada e o outro, na própria Suíça. Eu pedi ao Adido Militar brasileiro na Suíça para verificar se dava para saber quem tinha conta numerada lá. Ele disse: "Saraiva, daqui a uns três dias eu lhe responderei". E três dias depois o Coronel Etchegoyen disse: "Olha, é possível. Estive no Ministério das Relações Exteriores e eles disseram que é só o governo brasileiro pedir que eles mandam a informação".

Eduardo Suplicy — Também sobre o caso da usina de Tucuruí o senhor deve ter lido que o Ministro Vilar de Queiroz apresentou objeções. Talvez o senhor possa fazer considerações sobre as objeções que ele apresentou.

Saraiva — O próprio banqueiro disse que eles queriam 6% e o BCCF não queria dar 6%. Achava muito dinheiro. Foi isso. E quem diariamente

tentava um contato com o banqueiro era Dona Ruth Magalhães, que queria ir lá também pressionar o banqueiro mas ele recusou receber essa senhora. Disse que só recebia gente credenciada na Embaixada e ela não era. Essa senhora era amiga do Vilar de Queiroz. Agora, outro fato também que corrobora o que afirmou o banqueiro, Jacques de Broissia, é o caso do Adido Militar francês do Brasil que nessa ocasião era o Eduardo Tretjak. Esse coronel é da mesma arma que a minha, de engenharia, e ele fez muita amizade comigo devido a uma doença que ele teve, hepatite, e eu fiz muito por ele na questão de assistência médica na residência dele. E acredito que por isso ficou muito grato e quando estava para retornar à França ele perguntou se eu me opunha que ele tivesse uma entrevista com o Jacques de Broissia. Eu disse: "Não, não vou me opor, você vai para a sua terra falar com os seus conterrâneos, eu apenas queria saber o que ele disse para você". Eu desejaria ficar sabendo. Três meses depois, depois que se curou da hepatite, ele voltou para Paris e entrevistou-se com o banqueiro e mandou uma carta por intermédio de um diplomata da embaixada francesa chamado Pierre Latenne. O Pierre Latenne me telefonou e disse que tinha uma carta do Tretjak para ler para mim.

Saturnino Braga — O senhor já estava no Brasil?

Saraiva — Já, isso foi três meses depois. Isso foi no começo do ano 80, que ele mandou a carta. Aí eu fui à tardinha na residência dele, do Pierre Latenne, e ele chegou e disse: "Olhe, a carta está aqui, você lê mas não pode ficar com ela nem tirar cópia, é só para ler. Mas era uma longa carta... " Eu disse: "Está bem". Dizia a carta: "Saraiva, eu estive com o Jacques de Broissia; ele estava muito nervoso dizendo que não relatou os fatos para você, para um escândalo tão grande; que ele relatou com uma finalidade. Eu disse para ele nessa ocasião que você não tinha culpa nenhuma do que estava acontecendo. Saraiva, não espere nada dele, porque eles estão afobados, estão preocupados com os clientes que também participaram dessa coisa e você não conte com eles e nem o governo brasileiro conte também, porque pelo que eu senti eles não vão dar nenhuma colher de chá para ninguém sobre esse caso. Estão muito aborrecidos". Aí o Pierre Latenne disse: "Mas coronel, como é que esse homem é o Ministro do Governo!" E eu levei um susto, um francês dizendo isso. Eles são muito circunspectos. "Não, não é por causa desse negócio de relatório Saraiva não; é por causa daquele caso, daquele flagrante, daquele bacanal homossexual em Paris, que a Gendarmerie prendeu o Embaixador, você não sabe o que aconteceu?" Eu disse: "Não, não sei". Honestamente, se eu tivesse dito que sabia talvez ele contasse mais, mas eu disse que não sabia. Eu não sabia, estava sabendo naquele instante o que tinha acontecido. O Pierre Latenne falou: "É, coronel, na minha função a gente fica sabendo de muita coisa". E encerrou a questão. Eu disse que não sabia e fiquei continuando sem saber.

Eduardo Suplicy — Coronel, quando, em 1983, anunciaram na

imprensa que a CPI convidaria o senhor para depor, houve uma pressão muito grande de diversas formas para que o senhor aqui nada dissesse. Também quando no início do ano o senhor havia novamente se disposto a falar, parece ter havido alguma pressão também nesta direção.

Saraiva — Não houve bem pressão. O que houve foi o seguinte: eu, tendo elaborado um documento para o Exército, conhecendo bem a sistemática do Exército, sabendo como é que ele trata os seus assuntos, e tendo sido convocado, para falar sobre um documento do qual não tinha cópia. Fui ao Estado-Maior do Exército e disse: estou convocado para depor na CPI. Queria saber qual é a orientação do Ministério do Exército. Aí o chefe do Estado-Maior do Exército disse: "Olha, despachei hoje com o Ministro do Exército sobre o assunto. Deixei em cima da mesa dele um dossiê sobre o assunto e ele disse que você pode dizer que existe o documento, mas o conteúdo é do Exército, pertence ao Exército, compete ao Exército difundir". Então a orientação era essa e foi com essa orientação que procedi. Quando convocado novamente recusei por causa do meu cargo na Colmeia.

Eduardo Suplicy — O senhor trabalhava na Colmeia, que era ligada à Haspa?

Saraiva — Eu trabalhava na Colmeia, que é do mesmo grupo, do mesmo dono da Haspa. Não é ligada apenas; é do mesmo grupo. Para comparecer a essa Comissão, teria que sair do grupo, para não prejudicar essa empresa. Aí, fui pedir para que fosse cancelado o depoimento, com receio de qualquer represália ao grupo.

Eduardo Suplicy — E essa função terminou em questão do fechamento da empresa? Foi liquidada?

Saraiva — Não. Ela foi liquidada já por outro motivo. Mas eles estavam em negociação no Banco Central para compra de um banco, para a venda da Haspa a um outro banco. Tinha uma série de negociações. E como isso poderia trazer reflexos, fui e pedi o cancelamento. Pedi a um amigo, dentro do Senado, ele foi e falou com o Deputado Freitas Nobre, que falou com o Deputado Alencar Furtado, para ver, ele foi e cancelou. Foi isso o que ocorreu.

Flávio Bierrenbach — Quem era Dona Ruth Magalhães?

Saraiva — Bem, o Dr. Vilar de Queiroz chegou à França como Cônsul Geral. Depois, foi nomeado Ministro Conselheiro da Embaixada, antes do Delfim Netto chegar como Embaixador. Ele se instalou em dois lugares. Ele alugou um apartamento na Avenida Foch, onde instalou a Sra. Ruth Magalhães, e também instalou-se à margem do Sena, na margem direita do Rio Sena, com a família. A respeito do apartamento dela, diziam os diplomatas: "Aquilo, com menos de cinquenta mil dólares ele não decorou". Era o que eles falavam, na ocasião.

Flávio Bierrenbach — Ela tinha alguma participação no agenciamento dessas comissões?

Saraiva — O Jacques de Broissia disse que ela tentou mais de uma vez — isso faço constar na minha informação — procurar contato com ele para pressionar sobre comissão, e ele nunca a recebeu, porque mandava dizer para ela que não recebia pessoa que não fosse credenciada pela Embaixada.

Flávio Bierrenbach — Ela não foi à Embaixada? Não frequentava a Embaixada?

Saraiva — Nunca a vi na Embaixada. Se foi, não vi. Não conheço essa senhora.

Flávio Bierrenbach — Uma última pergunta. Há uma divergência, uma discrepância entre as suas declarações e as declarações do ex-Ministro Sílvio Frota, no que diz respeito ao percentual da comissão. O senhor disse que foram seis milhões de dólares a 10%.

Saraiva — 6%.

Flávio Bierrenbach — 6%. E ele diz que eram dez milhões de dólares a 6%. Qual é o certo?

Saraiva — Veja bem, nunca falei em dez milhões de dólares.

Flávio Bierrenbach — O senhor não. Ele falou.

Saraiva — Falei cem milhões de dólares de Água Vermelha a 6%. A Água Vermelha não chega a cem milhões. São noventa e tantos milhões. Noventa e oito. Não chega a cem.

Eduardo Suplicy — Qual foi o montante?

Saraiva — Eram sessenta milhões. Seriam sessenta milhões.

Eduardo Suplicy — Foram baixados para dez?

Sebastião Nery — São dois casos diferentes. Água Vermelha, 6%; o financiamento é quase cem milhões. Agora, Tucuruí era ainda 6%, mas representa sessenta milhões de dólares porque o financiamento era muito alto.

Saraiva — Era de um bilhão de dólares e eles acharam caro.

Flávio Bierrenbach — Acho que é só.

Eduardo Suplicy — Será possível, então, providenciarmos a datilografia, para todos assinarem como testemunhas, e ele também. Tem alguma pergunta mais?

Flávio Bierrenbach — Coronel, mais alguma coisa que o senhor gostaria de nos dizer? Mais alguma coisa, a seu juízo, que tenha faltado?

Saraiva — Ligado a esse assunto, não.

Flávio Bierrenbach — Tem algum outro assunto pertinente à nossa Comissão? O senhor sabe, é uma Comissão que cuida da dívida externa. Qualquer outra coisa que o senhor queira dizer, no sentido de contribuir, de colaborar, será bem-vinda.

Saraiva — Houve esse caso do acordo nuclear que eles achavam que a França tinha melhores condições para assinar o acordo nuclear do que a Alemanha.

Flávio Bierrenbach — Técnicas ou financeiras?

Saraiva — Técnicas. Mas os sistemas eram diferentes. Acredito que não houve uma escolha muito bem feita, porque, inclusive, muitos cientistas brasileiros, ao invés de irem para a Alemanha, iam para a França, fazer cursos, ou, então, dar cursos de energia nuclear, como aconteceu mais de uma vez. Não sei até onde vai a razão deles em fazer essa pressão, e o interesse também sobre essa mudança, para o acordo ser com a França. Não sei qual era o interesse, se havia interesse deles. A pressão era muito grande. E estavam aqueles "capitães" da indústria, pessoas entendidas no assunto que eram chamadas a fazer palestras na Embaixada e ali todos iam assistir. E o Vilar de Queiroz, às vezes, me dizia: "O que você acha dessas nossas pretensões? Você não acha que estamos no caminho certo?" Eu disse: "Eu tenho que saber qual a intenção do governo brasileiro, o que é que ele quer. Mas o sistema é interessante". Dias depois, saiu o acordo assinado com a Alemanha, para surpresa de todos, e, inclusive, irritação do Embaixador. Ele ficou bastante irritado.

Flávio Bierrenbach — O Embaixador já era o Delfim?

Saraiva — Já era o Delfim. O Embaixador me chamou e disse: "Você viu que o Batista Nogueira esteve aqui e sabe o que ele me disse?" Eu disse: "Não, senhor, não sei não. Eu nem sabia que ele estava aqui". "Ele disse que a França é muito mais adiantada que a Alemanha. Se ele soubesse que a França era tão adiantada na indústria nuclear, ele jamais teria assinado o acordo com a Alemanha. É um absurdo".

Flávio Bierrenbach — A ligação que existia entre o Ministro Conselheiro, Vilar de Queiroz, e o Embaixador era uma ligação estreita, íntima?

Saraiva — Era íntima. Tão íntima que ele chegava à hora que queria, na Embaixada.

Flávio Bierrenbach — E ele trabalhava diretamente com o Embaixador?

Saraiva — Trabalhava. Era a segunda pessoa da Embaixada.

Flávio Bierrenbach — Por observação pessoal, V. Sa. pode afirmar que eles eram amigos?

Saraiva — Eram. Tratava o Delfim por Delfim.

Flávio Bierrenbach — Chamava-o de você?

Saraiva — Não dava "senhoria" ao Embaixador. Tratava-o com toda a intimidade.

Flávio Bierrenbach — Essas pessoas, cujos nomes V. Sa. deu, que compunham esse escritório fora da Embaixada — Carlos Alberto Andrade Pinto, Carlos Alberto de Andrade, Gustavo Silveira, um médico chamado Israel...

Saraiva — Era economista, Francisco Israel.

Flávio Bierrenbach — Tinha um médico também, chamado Israel?

Saraiva — Não. Esse não era médico. O Francisco Israel não era médico.

Flávio Bierrenbach — Essas pessoas frequentavam a Embaixada?

Saraiva — Bem, o Francisco Israel frequentava. Morava até com o Embaixador. Moravam ele e a senhora, na residência do Embaixador. Era uma espécie de Secretário Particular do Embaixador. Ele dizia que não ganhava nada. Estava ali por amizade com o Embaixador.

Flávio Bierrenbach — Coronel, V. Sa. recebeu algum tipo de pressão para não declarar isso que está declarando aqui?

Saraiva — Não, eu nunca recebi nenhuma pressão. Às vezes, "não convém você dizer". Mas eu sempre me considerei um indivíduo independente. Eu penso muito nas coisas antes de fazer, e depois que resolvo fazer mesmo, assumo a responsabilidade.

Eduardo Suplicy — E os diplomatas Guy Vasconcellos e Fernando Fontoura, V. Sa. soube deles em anos recentes, particularmente, desde que se iniciou o trabalho da CPI?

Saraiva — O Guy Vasconcellos, ele esteve na minha casa este ano, antes de receber essa missão para o exterior. Não sei para onde. Ele terminou a Escola Superior de Guerra e ficou sem função. Achava ele que era por causa desse caso, desse problema todo. Mas disseram para ele que quando o diplomata vai para a Escola Superior de Guerra, ele perde o lugar no Itamaraty, e depois fica difícil em ser encaixado. E ele estava sentindo dificuldade em ser encaixado. Mas depois apareceu um lugar e ele está numa função, no exterior. Não sei o país. O Fontoura deve estar ainda na Venezuela. O único que ficou marcado, talvez por causa da minha situação militar, fui eu. Os outros não tiveram marca nenhuma. Mas eu acredito que eu tive alguma marca. Mas eu, se fosse para a mesma função, na mesma ocasião, faria a mesma coisa, não me amedrontaria.

Sebastião Nery — Eu acho que a marca de V. Sa. é muito diferente da marca do Embaixador.

Saraiva — É, mas eu sou muito penalizado. Eu não desejo, como é assunto muito particular, relatar aos senhores o que neste momento se passa comigo. Mas sinto que estou permanentemente penalizado. E, com esse fechamento da Colmeia, então, agravou. Não que eu fosse penalizado na Colmeia, isso não. É fora da Colmeia.

Eduardo Suplicy — Desde o fechamento da Colmeia V. Sa. está trabalhando em outro lugar?

Saraiva — Não, não estou trabalhando. Eu estou em aviso prévio, na Colmeia, no dia 14 não tenho nada mais com a Colmeia. Meu último dia de trabalho é dia 14. Aí acabou-se tudo. Mas para onde eu me dirijo, dizem: "Olha, a SEPLAN não quer que você venha aqui. A SEPLAN, o Delfim, fica mal".

Eduardo Suplicy — Coronel, depois que houve os trabalhos da CPI, o Deputado Ricardo Fiúza escreveu ao Banque Crédit Commercial de France pedindo uma informação sobre esta questão toda e uma declaração do Diretor do Banco, que enviou uma carta ao Deputado Ricardo Fiúza e

divulgada na imprensa.

Saraiva — As cartas foram remetidas, mas ele não transcreveu a carta que ele recebeu. Seria bom pedir para ele transcrever uma carta — que merecesse fé. O bom seria isto, porque o outro, o Carlos Alberto de Andrade, exibiu a carta que recebeu, mas o Deputado Ricardo Fiúza não a exibiu.

Eduardo Suplicy — Está aí a carta do Sr. Roger Preint (?) ao Deputado Ricardo Fiúza. Talvez o Deputado Flávio Bierrenbach possa ler para que V. Sa. tome conhecimento.

Flávio Bierrenbach — A carta é do dia 29 de fevereiro deste ano, Paris, do Directeur Général do Crédit Commercial de France ao Deputado Ricardo Fiúza. A carta e a tradução estão aqui.

"Sr. Deputado, recebi a sua carta de 20 de fevereiro deste ano, pedindo-me para dar-lhe, na sua qualidade de membro da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Dívida Externa Brasileira, as informações que eu pudesse eventualmente possuir sobre os artigos da imprensa relativos a comentários atribuídos há alguns anos a nosso colaborador, Sr, Jacques de Broissia, a respeito de um certo, entre aspas, Relatório Saraiva.

O Sr. me pergunta antes de tudo se o Crédit Commercial de France tem conhecimento deste assunto. Minha resposta sobre esse particular é inteiramente negativa. O Sr. de Broissia foi envolvido a título pessoal nesse assunto sobre o qual o Crédit Commercial de France não dispõe de nenhuma informação de qualquer natureza. Quanto ao Sr. de Broissia, o qual no momento ocupa uma função em Londres, perguntei-lhe o que pensava dos artigos aparecidos na imprensa há alguns meses; relativo ao assunto. Ele respondeu-me que, na realidade, ocorrialhe de encontrar com frequência brasileiros em 1975-76 e recorda de ter havido nos meios brasileiros em Paris comentários desairosos, que sem dúvida foram captados e reproduzidos no relatório. Mas o Sr. de Broissia afirma que jamais testemunhou pessoalmente qualquer fato que o levasse a acreditar nesses rumores e não sabe como ele poderia ter sido em verdade a origem de uma revelação sobre o assunto. Ele acha que seu nome foi usado, mas sempre achou preferível não alimentar uma polêmica desse tipo e abster-se de qualquer comentário a respeito do qual lhe era impossível saber de que maneira ele poderia ser utilizado ou deformado. Acho útil dar-lhe esses esclarecimentos, que são reservados ao uso da comissão da qual o Sr. é membro e peço-lhe aceitar, Sr. Deputado, os protestos de minha distinta consideração.

Assinado: R. Preint".

Saraiva — Bem, V. Exa. tem a carta que o Carlos Alberto de Andrade Pinto recebeu do mesmo banco e que é completamente diferente desta. E é o Presidente do Banco quem assina. A carta que o Carlos Alberto Andrade Pinto recebeu é uma carta que ele revestiu de todos os requisitos de segurança, e essa aqui não está revestida dos requisitos de segurança para

demonstrar sua veracidade.

Flávio Bierrenbach — V. Sa. supõe que essa carta...

Saraiva — Pode ser forjada. Ele teria que mostrar os requisitos de segurança que ela devia ter. O Carlos Alberto Andrade Pinto exibiu todos os requisitos de segurança da carta que enviou e recebeu. E dessa aqui ele não exibiu nada.

Eduardo Suplicy — Sobre esse assunto a Sra. Mariza Tupinambá de Oliveira foi a Londres em julho e conversou com o Sr. Jacques de Broissia. Estranhou um pouco os termos desta carta e perguntou a ele se estaria disposto a depor. Ele falou que de fato houve essa carta e que parece que o banco sofreu muita pressão, insistência para que fosse escrita uma carta assim. Perguntou se ele, Jacques de Broissia, estaria disposto a depor. Ele falou que sim, caso mude o governo brasileiro.

Flávio Bierrenbach — Há uma coisa que acho estranho: a carta que o Ricardo Fiúza encaminhou a ele foi do dia 20 de fevereiro e esta resposta é de 29. Acho um prazo muito curto, muito exíguo para uma carta sair do Brasil no dia 20 de fevereiro — um negócio dessa gravidade — ser respondida pelo diretor do banco nove dias depois.

Saraiva — Então, Deputado, isso corrobora o que estou dizendo a V. Exa. O Carlos Alberto Andrade Pinto exibiu tudo, mostrou o circuito da carta. Inclusive ela veio do banco registrada para ele, mostrando até os registros. O Ricardo Fiúza devia exibir esse circuito para garantir a credibilidade.

OBSERVAÇÕES GERAIS SOBRE O CASO

Infelizmente, o trabalho da CPI sobre a Dívida Externa e o Acordo Brasil-FMI, no que concerne ao "caso Saraiva", permanece incompleto, não só pela recusa do Ministério do Exército em permitir acesso aos documentos enviados pelo ex-Adido mas também porque não se obtiveram os depoimentos valiosos, como dos dois diplomatas Guy Vasconcellos e Fernando Fontoura, do banqueiro de Broissia, dos Generais Antônio da Silva Campos e Sebastião Ramos de Castro e, principalmente, do próprio Ministro Delfim Netto, que não atendeu a convocação da Comissão Parlamentar de Inquérito. Apresentados os fatos cabem algumas considerações.

A primeira é que, conquanto esse episódio seja conhecido como "Relatório Saraiva", não foi o coronel que lhe deu o nome ou iniciou o processo. Foram os diplomatas Guy Vasconcellos e Fernando Fontoura quem primeiro suspeitaram das atividades de Vilar de Queiroz e Carlos Alberto Andrade Pinto e a quem, pela primeira vez, Jacques de Broissia comunicou a existência de irregularidades em negociações envolvendo os subordinados de Delfim. O ponto de partida, portanto, foi Jacques de Broissia. Que ele relatou as irregularidades, relatou. Saraiva não teria por que imaginar tal história. E fica também difícil conceber que um banqueiro, ainda mais ex-cunhado do Presidente da França, inventasse um fato de tamanha gravidade. E mais, tivesse ele desejado apenas "incomodar" o Embaixador do Brasil, por certo não exigiria a presença de um oficial superior das Forças Armadas brasileiras para testemunhar suas denúncias.

Talvez ao sentir, mais tarde, que os acontecimentos tomavam rumo diferente do que imaginara — e isso teria dito (também segundo Saraiva) ao Coronel Tretjak, ex-Adido Militar francês no Brasil — e diante de possíveis pressões sobre as quais se pode apenas especular, prefiro o Sr. de Broissia manter-se hoje à margem dos acontecimentos. Porém, isso não significa que ele tivesse mentido em 1976. Como também não era de se esperar que o Sr. Preint, atual Diretor-Geral do Crédit Commercial, admitisse, publicamente, a conivência de sua instituição em fraudes e corrupções.

Portanto, a carta que ele teria enviado ao Deputado Ricardo Fiúza — um dos defensores no Congresso Nacional dos mandarins da área econômica — não constitui argumento relevante para invalidar as acusações apresentadas contra Delfim Netto e seus assessores, nem dar o caso por encerrado como deseja o ex-Embaixador. A lógica e o bom senso impõem, pelo menos para mim, uma conclusão: as acusações contra o "Grupo Delfim", neguem como queiram ou possam os acusados, podem ser procedentes. A mudança de atitude do então Embaixador do nosso País na

França em relação ao Sr. de Broissia parece ter caracterizado uma medida de represália pela recusa do Banque de Crédit Commercial em participar dos negócios relacionados com Tucuruí, os quais poderiam ter proporcionado ao "grupo" comissões bem mais vultosas.

E como tem se comportado o Sr. Delfim Netto diante de tudo isso? Era de se esperar que, até mesmo por questão de hombridade e para resguardar a posição que ocupa, tomasse ele a iniciativa de se apresentar para depor na CPI. Mas não é assim que procede. Após iniciar (e não concluir) processos contra o Deputado Francisco Pinto e o General Fiúza de Castro, acomoda-se e esquiva-se dos convites da Comissão Parlamentar, limitando-se, em resposta ao requerimento de informação que lhe enviou o Deputado Eduardo Suplicy, a garantir, em 16 de abril de 1984, que as denúncias levantadas contra ele e seus assessores "não passam de calúnias".

Ora, o Ministro é notoriamente conhecido pelos seus dizeres e desdizeres, como bem lembrou em pronunciamento no Senado, em 17 de maio de 1983, o Sr. Saturnino Braga. Apenas para refrescar a memória: Em fevereiro de 1979, de olho no poder e revitalizado pelos ares franceses, declarava: "A inflação precisa ser combatida. Não há condições de estabilizá-la em 40% ao ano. Não há condições de se pretender que uma economia funcione com uma taxa de 40% de inflação. Se permitirmos que isso continue, não vamos ter agricultura, não vamos ter indústria, não vamos ter Brasil... ". Chegou ao poder e realmente acabou com a inflação estabilizada em 40%. Elevou-a para além de 230% e foi acabando com o Brasil!

Em junho de 1981, na Escola Superior de Guerra, o responsável pela SEPLAN ironizava (a ironia aliás é a sua marca registrada) a respeito da então propalada ida do Brasil ao FMI: "Se fôssemos ao fundo, era o fundo mesmo". E fomos ao Fundo (e ao fundo)!

Em entrevista ao programa Globo Revista, declarava Delfim: "A renegociação da dívida externa é impossível... seria o caos. Se cairmos nesse engodo, realmente vamos cair de joelhos...". Caímos de joelhos! Na terceira semana de dezembro de 1983, dizia: "O novo orçamento levará a uma redução dramática da inflação em 1984" (Veja, 28-12-83). Realmente ocorreu uma redução dramática... no poder aquisitivo da população brasileira!

E por que dar-lhe então credibilidade, quando afirma que as acusações contra ele não passam de calúnias? A história nega-lhe esse direito! E para os que não sabem, o Sr. Delfim Netto é reincidente em matéria de ser denunciado: Em 1967, um grupo de oficiais do Exército tentou obter do General Médici (então Chefe do SNI) alguma ação contra Delfim, baseados em informações que o acusavam de corrupção e faziam revelações sobre seu comportamento moral. Médici alegou que nada poderia ser feito no momento, justificando que haveria em breve, em São

Paulo, uma reunião das autoridades da área econômica com o FMI e que Delfim iria presidi-la. Logo, seu afastamento naquela oportunidade poderia causar má repercussão junto aos meios financeiros internacionais e prejudicar as negociações. Mas assegurou aos oficiais que "os dias de Delfim estavam contados". Meses depois, em fevereiro de 1968, na residência do General Afonso de Albuquerque Lima, presentes vários oficiais superiores, entre eles os Generais Manso Netto, Candal Fonseca e Garrastazu Médici, o então Presidente da Petrobrás "cobrou" do chefe do SNI: "Você não disse que o Delfim não emplacava 68?" Médici se justificou informando que já entregara o dossiê do SNI sobre Delfim ao Presidente Costa e Silva mas este não se decidia a exonerar o Ministro da Fazenda.

E quando chegou à Presidência em 69, estranhamente, Mediei fez de Delfim uma espécie de superministro. O punido acabou sendo o Coronel Amerino Raposo, um dos oficiais que tinham participado ativamente do movimento contra o ex-Ministro da Fazenda: exoneraram-no do SNI.

Dez anos mais tarde a história se repetiria: outro chefe do SNI, que igualmente tomara conhecimento de denúncias contra Delfim pelo "Relatório Saraiva", ao tornar-se Presidente da República, em vez de elucidar o caso, presenteou o denunciado com um Ministério e acabou permitindo que se tornasse um todo-poderoso mandarim de seu Governo. Mas afinal de contas, o que se pode esperar desse ruidoso e não de todo esclarecido caso? Por certo que não a renúncia do Sr. Delfim Netto. Ele não o faria por isso nem por outras denúncias não menos graves (o escândalo da Coroa-Brastel, por exemplo).

Somente por milagre ou por conveniência, para refugiar-se nos bastidores (ou mais longe ainda) antes de uma possível hora de prestação de contas! Sua Exa. mostra-se estranhamente insensível a certas acusações. Tão insensível que se cala quando o Sr. Hélio Fernandes o desafia a processá-lo pelas acusações que lhe faz. Nem mesmo quando esse jornalista escreve que o lugar certo para Delfim é o presídio da Rua Frei Caneca (Tribuna da Imprensa, 23-5-84) ou quando diz que S. Exa. é o maior corrupto que o Brasil já teve (Tribuna da Imprensa, 8-6-84). E por que não o faz? Apenas por insensibilidade ou por desprezo à opinião pública? Será que nada o atinge? Nem mesmo fatos como o daquela senhora que, tempos atrás, entrou no Castelo da Lagoa, no Rio, exibindo uma camisa onde se via o rosto de Delfim Netto tendo embaixo a legenda Wanteã (Procurado)? Ou desejará apenas evitar confrontos que poderiam trazer à tona novas revelações?

Quem sabe não julga ele mais seguro ficar se esquivando, enquanto procura possíveis saídas para o seu ãay after, quando acabar o poder de que hoje desfruta? Afinal, faltam poucos meses para que este governo termine e com ele, assim esperamos, o mandarinato. Possivelmente tranquilizado de que não haveria "caça às bruxas" ou "revanchismos" no próximo governo, Delfim voltou à "arena dos ofendidos" e representou

junto à Procuradoria Geral da República contra o Deputado Eduardo Suplicy, por crimes de calúnia, injúria e difamação (sic) com base (assim o declara) na atitude desse parlamentar nas investigações sobre o escândalo da Coroa-Brastel. Por que não fez o mesmo em relação ao comportamento do Deputado Suplicy no inquérito sobre o "caso Saraiva"?

Mas saiba o Ministro da SEPLAN, seja ele inocente ou culpado do que lhe acusam, que nenhum governo que venha a se instalar neste país e que se preze poderá omitir-se em relação à apuração (para valer) de denúncias de crimes contra o patrimônio nacional ou de enriquecimento ilícito às custas do dinheiro público. Isso não é "caça às bruxas" ou "revanchismo", mas simplesmente o cumprimento de um dever ditado pela decência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos aspectos cruciais do "Relatório Saraiva" é a denúncia da transferência de seis milhões de dólares para uma conta bancária na Suíça. Se de fato o desejasse, o governo brasileiro poderia ter tentado esclarecer se essa conta realmente existe em nome de Delfim e/ou de seus assessores e como teria sido movimentada. Em entrevista ao jornal Estado de São Paulo, em 11-10-83, declarou o Deputado Herbert Levy ter sido informado pelo Embaixador da Suíça em Brasília, Sr. William Roch, que o sigilo bancário suíço poderia ser levantado em casos dessa natureza, desde que em atendimento à solicitação oficial do governo brasileiro e com base na existência de processo em que estivessem envolvidas ou indiciadas as pessoas objeto das investigações.

Isso confirma as declarações feitas pelo então Coronel Leo Etchegoyen ao Coronel Saraiva em 1976 e o que me foi declarado em 1979, pelo Sr. Max Feller, na ocasião Embaixador Suíço em nosso país. Recentemente, em resposta a um telex do Deputado Geraldo Menezes, o Sr. R. Baerfuss, primeiro secretário da Embaixada da Suíça em Brasília, enviou-lhe o seguinte ofício:

"Agradeço seu telex de 30 de maio último, no qual V. Exa. aborda o assunto do sigilo bancário e a suspensão do mesmo. A fim de o introduzir nesse tema, estou lhe remetendo em anexo uma exposição do professor H. Schultz. Baseando-se na legislação suíça o autor reconhece que o sigilo bancário pode ser levantado num processo de entreajuda judiciária internacional em matéria penal. A lei fixa as condições para este fim. Sirvo-me do ensejo para apresentar-lhe, Senhor Deputado, os protestos de minha elevada consideração".

Existe mesmo um exemplo recente de que o Governo da Suíça não protege, sob quaisquer circunstâncias, o sigilo bancário, nem confere imunidade absoluta aos que detêm contas cuja origem seja considerada criminosa. Em setembro de 1982, um importante membro da P2 (loja

maçônica italiana associada ao crime organizado), Lício Gelli, então atuando no mercado negro de armamentos (tentando adquirir mísseis "Exocet" para a Argentina durante a Guerra das Malvinas), teve sua conta bancária congelada pelas autoridades suíças por solicitação do governo italiano, sendo inclusive preso na ocasião em que tentava transferir para o Uruguai 55 milhões de dólares da referida conta.

Apesar disso tudo, o governo brasileiro, até onde se sabe, não deu um passo sequer para esclarecer o assunto. Será que prefere deixar impune um possível crime de corrupção a talvez expor à execração pública um poderoso Ministro de Estado? Ou será que teme abrir o que poderia se constituir num perigoso precedente para outras pessoas, também poderosas? O certo seria a Presidência da República requisitar ao Ministério do Exército ou ao SNI os documentos do "dossiê Saraiva" e, com base neles, dar início ao competente processo judicial. Aí então, o Ministério Público levaria às barras dos tribunais todos os envolvidos no caso, incluindo-se os que não atenderam à convocação da CPI. O depoimento do Sr. de Broissia poderá ser obtido através de carta rogatória e nessa situação é bem possível que ele se mostrasse mais propenso a contar o que sabe. Assim, e somente assim, toda a verdade poderia aflorar, uma vez que até aqueles tidos como muito poderosos ver-se-iam compelidos a se definirem.

Bem, esses são os fatos como os conheço e minhas considerações sobre o caso "Delfim-Saraiva". Agora, que cada um julgue e conclua segundo sua própria avaliação e os ditames da sua consciência.

O atentado do Riocentro

Terrorismo no Governo Figueiredo

1981

"Deus me livre de que, na conta à minha consciência, não pudesse arguir algum dia, a mim mesmo, da covardia de emudecer".

RUI BARBOSA

ANTECEDENTES

A partir de 1980, uma série de atentados a bomba foram registrados pela imprensa do país. Na quase totalidade os alvos eram a oposição ao governo, fossem os da extrema esquerda ou os moderados. Assim vejamos:

1980

18/01 — desativada bomba no Hotel Everest, no Rio, onde estava hospedado Leonel Brizola.

27/01 — bomba explode na quadra da Escola de Samba Acadêmicos do Salgueiro, no Rio, durante comício do PMDB.

13/03 — desativada bomba no escritório do advogado Sobral Pinto, no Rio.

22/03 — bomba interrompe palestra de Gregório Bezerra.

27/03 — bomba no aeroporto de Guararapes, no Recife.

30/03 — duas bombas explodem no jornal Hora do Povo, no Rio de Janeiro.

13/04 — coletoria federal de Resende, no Rio, é danificada por uma bomba de baixo poder explosivo.

26/04 — show 1º de maio 1980 — bomba explode em uma loja do Rio que vendia ingressos para o show.

30/04 — em Brasília, Rio, Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, Belém e São Paulo, bancas de jornal começam a ser atacadas, numa ação que durou até setembro.

23/05 — bomba destrói a redação do jornal Em Tempo, em Belo Horizonte.

29/05 — bomba explode na sede da Convergência Socialista, no Rio.

30/05 — explodem duas bombas na sede do jornal Hora do Povo, no Rio.

27/06 — bomba danifica a sede da Casa do Jornalista, em Belo Horizonte.

11/08 — bomba é encontrada em Santa Teresa, no Rio, num local conhecido por Chororó. Em São Paulo, localizada uma bomba no Tuca, horas antes da realização de um
ato público.

12/08 — bomba fere a estudante Rosane Mendes e mais dez estudantes na cantina do Colégio Social da Bahia, em Salvador.

27/08 — no Rio, explode bomba-carta enviada ao jornal Tribuna Operária. Outra bomba-carta é enviada à sede da OAB, no Rio, e na explosão morre a secretária da ordem, Lyda Monteiro. Ainda nesta data explode outra bomba-carta, desta vez no prédio da Câmara Municipal do

Rio.

28/08 — desativada bomba-carta enviada à sede da Delegacia Regional da Sunab, no Rio. Nesse mesmo dia explodem bombas no Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia, num terreno baldio em Barbacena e na sede da Junta de Alistamento Militar em Antônio Carlos, cidades do interior de Minas Gerais.

04/09 — desarmada bomba no Largo da Lapa, no Rio.

08/09 — explode bomba-relógio na garagem do prédio do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, em Viamão (RS).

12/09 — duas bombas em São Paulo: uma fere duas pessoas em um bar em Pinheiros e a outra danifica automóveis no pátio da 2ª Cia. de Policiamento de Trânsito no Tucuruvi.

14/09 — bomba explode no prédio da Receita Federal em Niterói.

14/11 — três bombas explodem em dois supermercados do Rio.

18/11 — bomba explode e danifica a Livraria Jinkings em Belém.

08/12 — o carro do filho do deputado Jinkings é destruído por uma bomba incendiária em Belém.

1981

05/01 — outro atentado a bomba em supermercado do Rio.

07/01 — na Cidade Universitária, no Rio, uma bomba explode em ônibus a serviço da Petrobrás.

16/01 — bomba danifica relógio público instalado no Humaitá, no Rio.

02/02 — é encontrada, antes de explodir, bomba colocada no aeroporto de Brasília.

26/03 — atentado às oficinas do jornal Tribuna da Imprensa, no Rio.

31/03 — bomba explode no posto do INPS, em Niterói.

02/04 — atentado a bomba na residência do deputado Marcelo Cerqueira, no Rio.

03/04 — parcialmente destruída, com a explosão de uma bomba, a Gráfica Americana, no Rio.

28/04 — o grupo Falange Pátria Nova destrói, com bombas, bancas de jornais de Belém.

Resumo: em menos de 16 meses, 40 atentados. Nenhum deles esclarecido, mas... "Tantas vezes vai o cântaro à fonte que um dia se quebra".

O FATO NOVO

Na noite de 30 de abril de 1981, durante um show de música popular para 20 mil jovens, uma bomba explode dentro de um automóvel que manobrava no estacionamento do Riocentro, na Barra da Tijuca. Morto no seu interior o Sargento Guilherme Pereira do Rosário; gravemente ferido abandona o veículo semidestruído o Capitão Wilson Luís Chaves Machado, ambos do Destacamento de Operações de Informações do 1º Exército sediado no Rio de Janeiro. Minutos depois outra bomba, mais poderosa, é lançada e explode próximo à casa de força do Riocentro. Como não atinge o seu alvo, não provoca a escuridão geral que certamente ocasionaria o pânico no recinto fechado do show, com consequências fáceis de se imaginar.

Roteiro dos acontecimentos

Como retrospecto dos acontecimentos, até o encaminhamento final do IPM (inquérito) à 3ª Auditoria do Exército, nada melhor do que o publicado na revista *ISTOÉ* de 22-7-81 elaborado com a ajuda do autor deste livro:

Dia 30 de abril: final da tarde

Os funcionários do restaurante Cabana da Serra, na estrada Grajaú-Jacarepaguá, suspeitam de um grupo de fregueses: eles estão armados e examinam um mapa. Os garçons acham que são assaltantes de bancos e chamam a polícia. Sem condições de enfrentá-los, os dois soldados da radiopatrulha anotam as chapas dos carros, entre eles o Puma OT-0279. Mais tarde o capitão Machado confirmaria ter encontrado o Sargento Rosário no restaurante. à tarde.

O Coronel Newton Cerqueira, comandante da PM carioca, telefona de Brasília ao chefe do seu Estado-Maior, Temente-Coronel Fernando Antônio Pott, ordenando-lhe que suspenda o policiamento do show daquela noite no Riocentro, mantendo, porém, 60 homens de prontidão para qualquer emergência. O Tenente-Coronel Pott, através de um bilhete manuscrito, retransmite a ordem ao Tenente-Coronel Homero Campos, que, por sua vez, a repassa ao Major Airton Sotto Maior Coresma. O Major Coresma lança a ordem no livro de ocorrências do QG e a retransmite ao Tenente Cirilo, oficial de dia no 18º Batalhão. O Tenente lança a ordem no livro de ocorrências do batalhão.

À tarde

A gerente de vendas do Riocentro, Maria Angela Lopes Capobiango, afasta o Tenente César Wachulec da chefia da segurança do "Show 1º de Maio", encarregando-o do controle das bilheterias. Em seu lugar assume um mecânico, sem nenhuma experiência em segurança. Um mês antes ela já havia obtido a demissão do Diretor Coronel Dickson Melges Grael, responsável também pela segurança.

À noite

Desde às 19 horas algumas placas indicativas do Riocentro estão

pichadas com a sigla VPR. Agora, a poucos minutos do início do show, "Passa-Fome", guarda do estacionamento de ônibus, vê um Chevette e um Fiat brancos e um Volkswagen bege atravessarem um canteiro e se dirigirem para a área onde, depois, explodiria o Puma.

20h58m

O Puma placa OT-0279, com o Capitão Wilson Luís Chaves Machado e o Sargento Guilherme Pereira do Rosário, chega à portaria do Riocentro. O capitão paga o bilhete nº 64.270 e dirige o carro para a área de estacionamento.

21 horas

Começa o "Show 1º de Maio" com a apresentação da cantora Elba Ramalho. O público é de 18 mil pessoas. Dos 30 portões do pavilhão, dois estão abertos. Os outros, contra todas as normas de segurança, foram fechados.

21h07m

O comerciário João de Deus Ferreira Ramos estaciona seu Volkswagen ao lado direito do Puma chapa OT-0279 e cumprimenta seus dois ocupantes, mas nem o Sargento Rosário nem o Capitão Machado respondem. Ferreira Ramos diz ter certeza da hora exata porque já estava atrasado para o show e se confessa "um maníaco por horários". No final do show, estarrecido ao saber da explosão, ele contaria seu encontro com os dois militares. Nos dias seguintes, porém, o comerciário passaria a fugir da imprensa para não falar do caso.

21hl5m/21h20m

O Capitão Wilson Luís Chaves Machado liga o motor do seu automóvel, engata a marcha a ré e começa a sair da vaga onde estivera estacionado. Dentro do pavilhão de espetáculos, a cantora Elba Ramalho ainda não terminou seu número; distante dali, na bilheteria do estacionamento, o Tenente César Wachulec está contrariado: além de ter sido afastado da chefia da segurança, ele constata que a Polícia Militar não enviou os soldados que havia solicitado. O pátio de estacionamento está despoliciado. O carro do Capitão Machado percorre poucos metros. Mal saiu da vaga e uma bomba explode em seu interior.

21hl6m/21h21m

O Capitão Machado sai do carro com o braço direito bastante ferido e segurando as vísceras, que ameaçam cair por um corte no lado direito da barriga. O Sargento Rosário teve morte instantânea e, com a explosão, um de seus dedos foi atirado sobre o capô de um automóvel a dezenas de metros de distância. Apesar dos ferimentos, o capitão caminha cerca de 150 metros até ser encontrado pelo Sargento Walter, do Corpo de Bombeiros. Sentado em uma cadeira, ele é examinado pelo médico de plantão no Riocentro, que nada pode fazer e recomenda sua imediata remoção para um hospital. Durante todo o tempo em que espera por socorro ele só responde às perguntas que lhe são feitas dizendo: "Estou

morrendo, me levem para o Hospital Central do Exército".

21hl7m/21h22m

Logo após a explosão, um Fiat branco foge do estacionamento do Riocentro, "cantando pneus", sem que sua placa seja anotada. Enquanto o Fiat foge, várias pessoas negam-se a remover o capitão em seus carros. Quem se oferece para socorrê-lo, quase 25 minutos depois, é a neta do Senador Tancredo Neves, Andréa Neves da Cunha, que chegava ao show com o noivo, Sérgio Valle. Andréa dirige o carro, o capitão, a seu lado, indica o caminho e atrás vão o Sargento Walter e o noivo da moça.

21h45m

Explode uma bomba na casa de força do Riocentro. A explosão não chega a afetar o equipamento e o show pode continuar, com o público ainda desconhecendo o que se passa lá fora.

21h50m

Ainda em seu posto, o funcionário "Passa-Fome" tenta parar um Opala branco que, trafegando pela via de acesso nº 5, invade o estacionamento reservado a ônibus e táxis. Um dos quatro ocupantes do Opala grita para o guarda: "Vocês ainda não viram nada. O pior vai acontecer lá dentro".

22 horas

Amaro Ribeiro Pereira, funcionário da segurança do Riocentro, aproxima-se do Puma acidentado e encontra dois homens — um mulato claro e um moreno — parados junto ao carro. Eles se identificam: "Somos capitães do Exército e precisamos dar um telefonema urgente".

22 horas

O Capitão Machado chega ao Hospital Lourenço Jorge, mas os médicos o levam para o Hospital Miguel Couto. No Miguel Couto, ele não se identifica, diz que o motor a álcool do carro explodiu e pede: "Avisem o Capitão Souza Pinto".

22h30m

A polícia chega ao estacionamento do Riocentro e isola o local da explosão. "Afastem-se, ainda existe o risco de outras bombas explodirem", explicam os policiais aos curiosos e repórteres que desejam aproximar-se do automóvel.

24 horas

O perito Humberto Guimarães, conhecido como "Cauby", conta aos repórteres que foram recolhidas outras duas bombas no Puma, uma delas desativada pela polícia. "Eu, se fosse vocês, iria embora", ele aconselha aos jornalistas. "Aconteceu algo de muito grave aqui esta noite".

Dia 1º de maio: 1 hora

Um homem que diz pertencer ao "Comando Delta" telefona para os jornais cariocas assumindo a responsabilidade pelas explosões. Enquanto isso, o Capitão Francisco de Paula Souza Pinto chega sem camisa ao hospital Miguel Couto e identifica o Capitão Wilson Luís Chaves Machado.

2 horas

Em vez de ser removido para o Hospital Central do Exército, o cadáver do Sargento Rosário é levado, por engano, ao Instituto Médico Legal, onde é necropsiado. Em seu corpo são encontradas peças de um mecanismo de relógio.

Manhã

O General Waldyr Muniz, Secretário da Segurança Pública fluminense, dá entrevista contando como ocorreu a explosão e um suposto diálogo entre as duas vítimas ouvido por uma testemunha que ele nunca identificaria. Segundo ele, os dois foram vítimas de atentado e "os terroristas fugiram em três carros".

À tarde

O General Gentil Marcondes e o Coronel Job Lorena de Sant'Anna comparecem ao enterro — com honras de herói — do Sargento Rosário e ajudam a carregar o ataúde. O Coronel Job lê nota oficial afirmando que o sargento e o capitão foram vítimas de atentado.

1º a 15 de maio

O General Gentil nomeia o Coronel Luís Antônio Ribeiro Prado Presidente do IPM para apurar as explosões. Cinco dias antes do fim do primeiro prazo para conclusão do IPM, o Coronel Prado renuncia "por motivos de saúde" e é substituído pelo Coronel Job.

Dia 30 de junho

Pela manhã, o Coronel Job apresenta o resultado de suas investigações para os coronéis sediados no Rio de Janeiro; à tarde, para a imprensa. Em nenhuma das duas sessões foram permitidas perguntas e em ambas a reação do público foi a mesma. "Foi ridículo", comentaria depois um coronel. Segundo o Coronel Job, o Capitão e o Sargento foram vítimas de um atentado e a bomba havia sido feita com um quinto de uma lata de 2,5 litros de óleo Havoline e colocada entre a porta e o banco direito do Puma. O Coronel Job apresenta as seguintes "informações":

1. A bomba não explodiu no colo do sargento.

Prova: "A genitália do sargento, se a bomba tivesse explodido em seu colo, teria sido destruída. Mas o exame médico legal constatou que o pênis estava preservado".

2. O sargento não estava regulando a bomba.

Prova: "O rosto não foi dilacerado".

3. O sargento não segurava a bomba.

Prova: "Versão combatida pelos mesmos argumentos da que dizia que o sargento carregava a bomba no colo".

Não havia outra bomba no Puma.

Prova: não havia outra bomba no Puma.

O Puma era do capitão.

Prova: ofício do Detran.

6. A chapa era fria, pertencia ao I Exército e os militares estavam a serviço, embora à paisana.

Prova: a 2ª Seção trabalha à paisana.

7. A PM não recusou policiamento.

Prova: "A PM decidira há tempos não policiar espetáculos com ingressos pagos em recinto fechado".

O sargento não carregava nenhuma bolsa.

Prova: o depoimento do Capitão Machado.

Dia 2 de julho

O *Jornal do Brasil* faz um simulacro da bomba nas proporções descritas pelo Coronel Job, coloca-o em uma bolsa semelhante à descrita pelo coronel e tenta alojá-lo entre o banco e a porta de um Puma. Com a bomba no lugar, a porta do carro não fecha. Reduzindo as proporções da bomba, a porta fecha, mas o pacote é tão visível que seria impossível ao sargento entrar no automóvel e fechar a porta sem perceber o objeto.

Dia 3 de julho

O Estado de São Paulo publica o auto de exame cadavérico do Sargento Rosário segundo o qual o rosto estava dilacerado e "a genitália externa é masculina e está dilacerada".

Dias 8, 9 e 14 de julho

O Coronel Dickson Melges Grael procura o Juiz Edmundo Franca de Oliveira e o Promotor Jorge Luiz Dodaro, da 3ª Auditoria do Exército no Rio de Janeiro, para relatar-lhes os resultados a que chegou nas investigações que desenvolveu paralelamente à do Coronel Job Lorena de Sant'Anna. No dia seguinte ele retorna à Auditoria para entregar um pedaço da porta do Puma recolhido no estacionamento do Riocentro, onde havia sido abandonado pelos peritos da polícia. Após uma reunião a portas fechadas com o juiz e o promotor, o Coronel Dickson se retira para preparar um relatório de oito páginas datilografadas com os resultados obtidos em seu IPM alternativo. Esse relatório foi entregue ao Juiz Franca de Oliveira na quarta-feira, dia 15.

O INQUÉRITO POLICIAL-MILITAR

Sem que houvesse tempo ou espaço para se discutir o tipo de crime a apurar se civil ou militar, e por onde deveria correr o processo, foi instaurado pelo Comandante do I Exército, em 1-5-81, o IPM para apurar os fatos que deram origem à morte do Sargento Rosário e ferimentos graves no Capitão Machado, ambos do I Exército. Quinze dias depois, o encarregado do IPM, Coronel Luiz Antônio do Prado Ribeiro, era substituído pelo Coronel Job Lorena de Sant'Anna por "motivos de saúde apresentados". Durante o desenrolar do inquérito foi mantido rigoroso sigilo, para frustração da imprensa e do grande público do país. Após dois meses de atividade foi encerrado o IPM, e suas conclusões apresentadas à

imprensa credenciada, com auxílios audiovisuais em auditório que foi mantido às escuras, proibindo-se os repórteres de apresentar perguntas.

Do texto do extenso relatório do Coronel Job, parte final do IPM e da sua apresentação à imprensa, foram pinçadas as seguintes conclusões:

— "As diversas pesquisas realizadas afastaram a hipótese de ter sido utilizado um explosivo militar".

— "À vista dos indícios já detectados por órgãos militares de contrainformação, examinou-se a possibilidade de o Capitão Machado e o Sargento Rosário terem sido alvos de um atentado. Esta possibilidade confirmou-se diante do exame pericial nos fragmentos encontrados no local de explosão".

— "Mediante diligências mandadas realizar no Puma GTE, verificou-se a cabal possibilidade de volume equivalente ao presumível da bomba ter-se acomodado na parte lateral inferior, à direita, entre o banco e a porta, sem estorvar a entrada de um passageiro, nem estorvar o fechamento da porta".

— "A armadilha deve ter sido preparada de modo que o acionamento da explosão fosse provocado, como de fato deve ter sido, pela própria vítima, através de um movimento imprevisível, após acomodar-se no carro".

— "Esta porta (explicando slides) foi recomposta pela perícia. É a porta da direita do Puma sinistrado. Os pedaços maiores foram encontrados com paciência e zelo".

— "...estamos apresentando que o pênis do sargento ficou preservado, o que certamente não aconteceria se a explosão fosse em qualquer plano acima da tangente ao nível superior das coxas da vítima".

— "A sequência de fotos da recomposição da porta direita combinada com as fotos que indicam os danos causados no encosto do banco permite caracterizar o local em que a bomba explodiu, entre a porta e o quadril do sargento".

— "É plausível, portanto, mediante todas essas provas periciais assinaladas, concluir que os dois militares foram vítimas de uma armadilha ardilosamente colocada, por terceiros, no carro do capitão".

— "Os promotores do show do CEBRADE tinham um esquema particular de segurança individual, especializado em dar segurança às lideranças de esquerda e, obviamente, hostilizar seus inimigos".

— "Conclui-se, então, que agentes e órgãos de segurança do Exército encontram-se sob a mira da contrainformação de diversos grupos radicais".

— "A vista das conclusões das diligências realizadas ao longo deste IPM, detalhadamente relatadas no item 3 anterior, não há como inculpar os militares ocupantes do carro sinistrado".

— "Diante do ocorrido, pode-se presumir que os organizadores da reunião aproveitaram para mostrar ao grande público a inocência do evento e o risco a que teriam estado expostos os promotores do espetáculo,

artistas, convidados, pagantes e todos os elementos da infraestrutura local".

— "É cabível e justificável situar-se a suspeição de autoria do atentado, no âmbito de grupos identificados como VPR, MR-8 e Comando Delta, os dois primeiros radicais de esquerda e o último agrupando radicais de direita".

— "Constatou-se que houve crime da competência da Justiça Militar e que por mais que se diligenciasse não foi possível encontrar indícios esclarecedores da autoria do delito".

Sobre a entrevista do Coronel Job, assim escreveu, para o *Jornal do Brasil*, o articulista Villas-Bôas Corrêa:

— "Aparatosa encenação montada para a divulgação dos resultados do IPM do Riocentro — desde o cenário armado com meticulosidade calculada, à exibição profusa de slides até a ingênua esperteza da escolha do dia e da hora, exatamente quando o Congresso mergulha na sonolência de um mês de recesso — não procurou colar a estampilha da credibilidade numa peça política, notória e quase confessadamente política, nos seus objetivos e na sua proposta".

"É isto que precisa ser entendido porque é o essencial. Inútil, embora compreensível e inevitável os arrancos de decepção por um documento que chega a ser constrangedor na sua fragilidade de porcelana, que não suporta o piparote de uma crítica, que não aguenta o tranco de uma análise".

A DIRETORIA DO RIOCENTRO, AS AUTORIDADES MUNICIPAIS E ESTADUAIS DO RIO DE JANEIRO

Em cumprimento à estranha determinação da Diretoria do Riocentro, já na tarde do próprio dia do show, o encarregado da segurança da empresa, Tenente César Wachulec, teve que entregar à funcionária Ângela Capobiango todo o planejamento de segurança do evento, recebendo ele outra incumbência. O planejamento, basicamente o mesmo do ano anterior, foi alterado a ponto de na hora das explosões não haver nenhum segurança na Casa de Força. Apesar da sensibilidade do "Show 1º de Maio" pelos seus antecedentes, de ameaças e efetivação de uma explosão no ano anterior (posto de venda de bilhetes), e, ainda, pela previsão de comparecimento de 30.000 pessoas, na noite de 30-4-81, na hora das explosões, não havia nenhum dos diretores presentes no local. O Riocentro, Centro Internacional Riotur S.A., é uma sociedade de economia mista sob controle acionário da Municipalidade do Rio de Janeiro. A funcionária mais graduada, em serviço, Ângela Capobiango, coordenadora geral do evento, não se fez presente nem sequer junto ao morto, no Puma,

enquanto outros funcionários fugiram do dever humanitário de prestar socorro e transporte para o atendimento médico ao oficial ferido.

No caso de Ricardo Lopez Geraldes, sua atitude foi ainda mais grave, pois era um dos auxiliares diretos de Ângela, e tinha uma Kombi à sua disposição. No vazio de providências após as bombas, Wachulec foi aos poucos reassumindo a segurança, no que foi apoiado pelo Diretor Técnico, Engenheiro Nilton Nepomuceno, que, informado das explosões, dirigiu-se ao Riocentro, afastou Ângela e lhe deu liberdade de ação. Quando Wachulec foi convocado ao I Exército para depor no IPM recebeu um apelo do Vice-Presidente do Riocentro, Geraldo Reis Carvalho, para "tomar cuidado e não fazer carga contra Ângela".

Os jornais da época exploraram bem o fato de que Ângela, não tendo obtido êxito em cativar as atenções da Sra. do Governador Chagas Freitas, foi contudo bem sucedida com D. Rosa Coutinho, esposa do Prefeito do Rio, Tenente-Coronel Júlio Coutinho, passando a explorar a amizade para influir em decisões relacionadas com o Riocentro. Tudo indica ter sido Ângela a responsável pelo afastamento do Diretor de Administração e Finanças, Coronel Dickson Melges Grael, de forma abrupta, sem qualquer explicação, menos de um mês antes do "Show 1º de Maio". Quem conhecesse, naquela época, os meandros do relacionamento entre algumas autoridades do Estado e Município do Rio de Janeiro com alguns órgãos federais, não estranharia o afastamento de Dickson, uma vez que, com ele ausente, o atentado teria maiores possibilidades de êxito. Isto porque, no ano anterior, diante de certas ameaças quando de um evento semelhante, Dickson adotara severas medidas de segurança.

A SECRETARIA DE SEGURANÇA PUBLICA E A POLICIA MILITAR

De acordo com legislação vigente à época dos acontecimentos, os secretários de segurança dos Estados, bem como os comandantes das suas polícias militares, tinham que ser escolhidos com o aval do governo federal, o que vale dizer, indicados por ele. Assim, em 1981 eram secretários de segurança e comandante da Polícia Militar do Estado do Rio, respectivamente, o General Waldyr Muniz, e o Coronel Cerqueira, ambos integrantes da "comunidade de informações". O General Muniz pertencera à Agência do SNI no Rio sob a chefia do General João Figueiredo e, já como general, voltou a ela para ser o seu chefe. O Coronel Cerqueira exercera a chefia na Agência do SNI, em Salvador, quando coordenou os militares que empreenderam a caçada ao comunista Carlos Lamarca no interior da Bahia.

De um funcionário graduado do Gabinete do Secretário de

Segurança transpirou na manhã de 30 de abril, ao prevenir seus parentes, que algo de grave e ameaçador estava para acontecer nas próximas horas, e que por isso evitassem se expor. Um deles, o informante, por intuição, proibiu que seus filhos comparecessem ao show do Riocentro. O mesmo funcionário disse ainda que entraria de prontidão até segunda-feira (três dias depois). Os jornais de 2 de maio publicaram a seguinte entrevista do Secretário de Segurança do Rio, General Muniz: "A única coisa certa que sabemos é que o capitão estava dando marcha a ré em seu carro, para deixar o estacionamento, quando o sargento que estava ao seu lado viu um objeto e falou: "Capitão, tem um petardo aqui"; o sargento então pegou o objeto, que explodiu.

Repórter: "O senhor relembrou o diálogo entre o capitão e o sargento pouco antes da explosão. O Capitão já foi ouvido?"

General: "Coitado do capitão, não pode nem falar".

Repórter: "Como se sabe deste diálogo?"

General: "Pessoas por perto ouviram e foi investigado".

Repórter: "Sabe-se que há testemunhas e que elas já prestaram depoimentos. O senhor tem alguma informação a dar?"

General: "Seria até uma incoerência avançar mais para os senhores, num momento em que repudiamos a violência e quando se procura dar maior segurança a cerca de 20 mil jovens que assistiam a um show. Após um telefonema de um Comando Delta uma hora antes, para lá acorreram os órgãos de segurança e, lamentavelmente, mais uma vez a irracionalidade surpreende um inocente que, quando dava marcha a ré, já o seu acompanhante vira um petardo que explodiu, matando um e ferindo gravemente outro".

Apesar de o Comandante do I Exército ter afirmado "O maior impacto é o da mentira", apesar das contradições entre as declarações das autoridades ligadas à segurança, as constatações da imprensa eram conflitantes com os pronunciamentos oficiais. Tais ocorrências levavam pois a prever o pior.

É bem o caso das outras duas bombas dentro do Puma que o mesmo perito policial, logo após a primeira explosão, declarou ter visto, alertando o próprio Wachulec para não se aproximar do Puma pelo risco de elas explodirem também. No dia seguinte negou que o houvesse afirmado.

É também o caso das duas fitas "cassete", uma encontrada no chão do Puma e a outra junto ao abdômen do sargento morto que não foram enviadas ao Instituto de Criminalística. Em relação à Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e seu comandante de então, o Coronel Cerqueira, não foram poucos seus envolvimentos no atentado do Riocentro. Vejamos alguns pontos essenciais.

Inicialmente há o ofício de rotina do Presidente do Riocentro ao Comandante do 18º Batalhão de Polícia Militar, solicitando policiamento interno e externo para o "Show 1º de Maio", com previsão de 30 mil

espectadores. Dez dias depois, 24 de abril, o 18º' Batalhão de Polícia Militar distribuiu sua Ordem de Serviço regulando o policiamento do "Show 1º de Maio" com um efetivo a empenhar de 43 homens a pé, mais uma Força de Choque, um Policiamento a Cavalo, uma Guarnição de PATAMO e uma Radiopatrulha (RP), tudo sob o comando de um capitão com dois outros oficiais.

O boletim diário da PM, nº 49 de 28-4-81, exonera do comando do 18º BPM o Coronel Sebastião Hélio Faria de Paula, nomeando para o seu lugar o Tenente-Coronel Ile Marlen Lobo Pereira Nunes. O mesmo boletim determina que a passagem de comando do 18" BPM se realize às 15 horas do dia 30-4-81. O boletim de 30-4-81 publica a viagem do Coronel Cerqueira, Comandante Geral, a Brasília, ficando em seu lugar o Coronel Fernando Antônio Pott, Chefe de Estado-Maior.

No mesmo dia o Coronel Cerqueira determina ao 18º' BPM — "... não forneça policiamento para o evento programado para o Riocentro, "hoje", dia 30 ABR. 81".

Cópias dos ofícios

INDISPONÍVEIS • IMAGENS EMPASTELADAS NO ARQUIVO ORIGINAL

Um oficial de Marinha ao passar pela Estrada dos Bandeirantes, acesso ao Riocentro, cerca de 19.30 horas, viu várias viaturas da PM e um "camburão" (transporte de presos), em "posição de espera", a cerca de um quilômetro do Riocentro.

A imprensa noticiou na época do atentado a criação dos Destacamentos de Operação de Informações (DOI) nas Polícias Militares, bem como a alteração do nome de destacamento para seção, na PM do Rio de Janeiro. A própria conclusão do IPM revelou o nome de um elemento da PMRJ, à disposição do DOI do I Exército, como tendo participado da "missão" no Riocentro.

AS PRIMEIRAS CONTRIBUIÇÕES DE DICKSON

Por que teria o Coronel Dickson Melges Grael se envolvido no esclarecimento do rumoroso caso, a ponto de se ter dito que fizera como que um inquérito paralelo? Qual afinal a sua contribuição diante da frustração resultante da divulgação do resultado do Inquérito Policial Militar?

Bem cedo, na manhã de 1º de maio de 81, ao mesmo tempo em que lia nos jornais as notícias dos acontecimentos da noite no Riocentro, recebia o Coronel Dickson os primeiros telefonemas de funcionários daquela empresa, passando então a ser procurado em sua residência, tanto por eles como por alguns amigos e repórteres de vários órgãos da imprensa. Os primeiros, desejosos de lhe informar o que lá se passara e trocar ideias a respeito dos delicados acontecimentos. Os repórteres, porque face ao impedimento superior de a administração do Riocentro dar qualquer declaração, e percebendo que o afastamento de Wachulec da segurança do show poderia ser uma pista, procuravam pelo seu antigo chefe, que o levara para a empresa.

Assim teve início, sem que Dickson o procurasse, o seu envolvimento na busca da verdade sobre os fatos. Recebia cópias de documentos, dados e declarações verbais e escritas dos funcionários; cotejava-os com outros tantos colhidos pela imprensa, numa verdadeira simbiose de versões e fatos, e até mesmo contatos pessoais com pessoas envolvidas no caso. O que na verdade se procurava era que as bombas do Riocentro não fossem mais um caso sem apuração, crime sem autores e como nos muitos, que o antecederam — a decepcionante impunidade! Já nos primeiros dias após as explosões, ao se aperceber a gravidade do fato, e do que a seu ver se objetivou com o atentado, passou Dickson a informar e trocar ideias com seus amigos militares da reserva e da ativa, a respeito dos acontecimentos. Em consequência decidiu procurar alguns destacados líderes políticos vinculados aos vários partidos então existentes e realmente engajados na redemocratização do país. A eles Dickson apresentou um resumo de como entendia os acontecimentos e uma sugestão de como via a atuação das lideranças democráticas diante das hipóteses levantadas. Durante o transcorrer do IPM recebeu Dickson vários telefonemas de um coronel, seu camarada, servindo no I Exército, que acompanhava o IPM e, espontaneamente, o punha a par do que lhe parecia ser a sua verdade na apuração dos acontecimentos e lhe informava ter proposto o seu nome para ser ouvido no IPM.

Já nas vésperas da revelação do resultado do IPM, convencido o coronel de que Dickson, pelas suas próprias conclusões, não concordaria com as que seriam tornadas públicas, fez um apelo ao seu *esprit de corps* a fim de que não formalizasse um protesto contra elas. Publicadas as notícias

da entrevista do Coronel Job, e as decepcionantes conclusões do inquérito, não tendo Dickson sido convocado para depor, nem no IPM nem na Comissão Parlamentar de Inquérito, decidiu Dickson que o seu dever era tornar pública a sua verdade, discutindo-a com a imprensa. Convocadas as agências de notícias para uma entrevista coletiva em sua residência de Niterói, com comparecimento de representantes de jornais do Rio e São Paulo, deu Dickson a entrevista cuja reconstituição é aqui transcrita: "Inicialmente devo declarar que não é sem um certo constrangimento que pela primeira vez na minha vida resolvi não me esquivar de atender à solicitação da imprensa e dar uma entrevista — o Atentado Terrorista do Riocentro.

Constrangimento, quer por razões de personalidade, quer por um natural condicionamento resultante de uma carreira militar completada após 38 anos de serviços prestados ao Exército. Durante esse longo período de tempo em que a Nação, e consequentemente suas PFAA, tiveram de enfrentar desde a guerra externa perturbações internas e crises de toda ordem, jamais me coloquei à margem dos acontecimentos ou me furtei de cumprir o dever militar e o de cidadão. Em razão de uma postura independente que não se flexiona diante do poder discricionário, tive que arrostar uma caudal de perseguições, ultrapassagens, transferências punitivas, prisões, esvaziamento no exercício de cargo internacional para o qual fora eleito, e acessos moralmente vedados à Escola Superior de Guerra e ao generalato. Por isso não seria agora, já na reserva do Exército, após ter exercido durante um ano o cargo de Diretor do Riocentro, que iria eu me acovardar diante do dever de contribuir para o esclarecimento do grande público, e de uma forma particular, ao laborioso quadro dos empregados do Riocentro. Já dizia um grande chefe militar brasileiro: "A farda não abafa o cidadão no peito do soldado". Assim é que estou à disposição dos senhores representantes das Agências de Notícias para as perguntas cujas respostas, vistas da posição do ex-Diretor da Sociedade, possam trazer uma contribuição para se prosseguir no esclarecimento de toda a verdade.

Perguntas e Respostas

P — Quando e como foi o Senhor para o Riocentro e até quando lá permaneceu?

R — Permaneci como Diretor do Riocentro pouco mais de um ano. Proposto por um velho amigo, então Presidente da Sociedade — o digno Embaixador Geraldo de Heráclito Lima, fui eleito Diretor pelo Conselho de Administração da Sociedade no dia 26 de março de 1980 e, afastado do cargo no dia 1º de abril de 1981, por ato de 30 do mês anterior.

P — Qual o seu envolvimento direto com o "Show 1º de Maio" em 1980?

R — Apesar de a segurança de eventos, naquela época, não ser atribuição do Departamento de Administração e Finanças que me cabia dirigir, acabei assumindo a responsabilidade direta daquele evento, incluindo a sua segurança. Tal fato se deu diante do zelo do então Diretor-Presidente face as ameaças que eram feitas por telefone, de explodirem bombas durante o espetáculo. Cumprida a primeira parte da ameaça, com a explosão de uma bomba em um dos postos de venda de ingressos em Madureira, a cargo da Financeira "Letra", resolveu o Diretor-Presidente que o "Show 1º de Maio" somente seria realizado no Riocentro, se eu me encarregasse de sua coordenação, particularmente a supervisão direta de sua segurança. Assumi assim aquelas responsabilidades, tomando as medidas acauteladoras, não só para desencorajar os que desejassem porventura perpetrar um atentado, como também para reprimi-lo, se o intentassem. Com os elementos da própria Sociedade, com os contratados, os da Polícia Civil e, sobretudo, com os da Polícia Militar, conseguimos montar um dispositivo de segurança que propiciou as condições necessárias para a realização do show.

P — É verdade o noticiado de que o senhor teria sido afastado do Riocentro de uma forma inteiramente incomum?

R — Sim. Com o afastamento do Embaixador Geraldo de Heráclito Lima da Presidência do Riocentro, decidi acompanhá-lo. Face a insistentes pedidos do Secretário de Planejamento da Prefeitura, Dr. Carlos Alberto Carvalho, também Presidente do Conselho de Administração do Riocentro, em nome do Sr. Prefeito Municipal, para que eu continuasse como Diretor, pois afirmava ter irrestrita confiança em minha atuação à frente da Administração e das Finanças da Sociedade, decidi aceitar. Eu o fiz como contribuição para assegurar a continuidade dos trabalhos na Sociedade, pois não pretendia ir além da Assembleia Geral Ordinária, prevista para 30 de abril de 1981. Também do novo Diretor-Presidente, Dr. João Roberto Kelly, passei a receber as mais expressivas demonstrações de confiança e apreço.

Não obstante o meu bom relacionamento com os dois polos de poder da Sociedade, e que nenhum fato novo a perturbá-lo tenha ocorrido, eis que no dia 1º de abril de 1981 recebo a informação do Diretor Comercial da Sociedade, que muito constrangido informou-me que, naquele dia, estava reunido extraordinariamente o Conselho de Administração para me afastar da Diretoria do Riocentro. Tratava-se de determinação superior do próprio Prefeito. Aguardei mais dois dias pela ata da reunião do Conselho e, estarrecido pela ausência de qualquer explicação, afastei-me da Sociedade. Com os acontecimentos do dia 30 daquele mesmo mês, comecei a pensar se a minha precipitada demissão não teria sido uma medida para assegurar o êxito do atentado.

P — Qual a sequência de fatos que marcaram a conivência da administração do Riocentro com o atentado?

R — O meu inesperado afastamento do Riocentro, dias antes do evento, cuja segurança não mais esteve sob a minha supervisão; a substituição do Tenente da Reserva César Wachulec na própria tarde do dia 30 de abril; a alteração do plano de segurança feito por Wachulec pela coordenadora do evento, deixando a casa de força exposta a atos de sabotagem; dos trinta portões de saída, há informações seguras de que somente dois foram mantidos abertos, daí um seguro risco de agravamento do pânico que poderia ter gerado a segunda bomba, seguida de escuridão, quando a multidão se dirigisse somente em direção àquelas aberturas; apesar da previsão do comparecimento de 30.000 pessoas não havia uma só ambulância no Riocentro naquela noite, tanto assim que o Capitão gravemente ferido teve que ser evacuado no automóvel de uma jovem que comparecera ao espetáculo; a PM só ter aparecido no local uma hora depois das explosões.

P — É verdade que havia um ofício do Riocentro à Polícia Militar solicitando policiamento para o "Show 1º de Maio"?

R — Sim, datado de 14 de abril de 1981 e assinado pelo Presidente do Riocentro. Esse ofício foi entregue em mãos do Comandante do 18º Batalhão da PM.

P — A PM esteve presente aos eventos anteriores ao do atentado?

R — Sim, a todos os eventos para os quais foi solicitada, como por exemplo o Baile de Aleluia, apenas 12 dias antes do "Show 1º de Maio".

P — Maria Ângela Capobiango alterou o planejamento de César Wachulec para a segurança do "Show 1º de Maio"?

R — Sim, na própria tarde do evento.

P — Foram vistos nas proximidades, na noite de 30 de abril, outros automóveis com pessoas supostamente ligadas aos ocupantes do Puma?

R — Sim, um empregado do Riocentro em serviço naquela noite, viu três automóveis ingressarem irregularmente no estacionamento e seguirem na direção do pavilhão central.

P — O que o senhor sabe sobre o fato de que outros oficiais do Exército teriam sido vistos no local da primeira explosão?

R — Um dos elementos contratados para trabalhar no evento informou que, logo após o embarque do Capitão Wilson Machado no automóvel particular que o conduziu ao hospital, rumou para onde estava o Puma e ali deparou com duas pessoas que davam instruções aos bombeiros lá presentes para que fizessem o isolamento do local. Externaram sua condição de oficiais do Exército, e perguntaram onde havia um telefone. Depois se afastaram.

P — A quem atribuir a explosão da segunda bomba?

R — Provavelmente ao mesmo esquema envolvido na explosão da bomba do Puma.

P — O senhor tinha conhecimento prévio do laudo cadavérico do Sargento Rosário? O que acha do fato de o mesmo não coincidir com as

conclusões apresentadas pelo encarregado do IPM?

R — Sim. Acho o mesmo que os senhores — o óbvio, pois tenho em meu poder uma cópia do laudo original e uma foto do cadáver logo após a explosão. Mas a palavra está com as autoridades e não comigo.

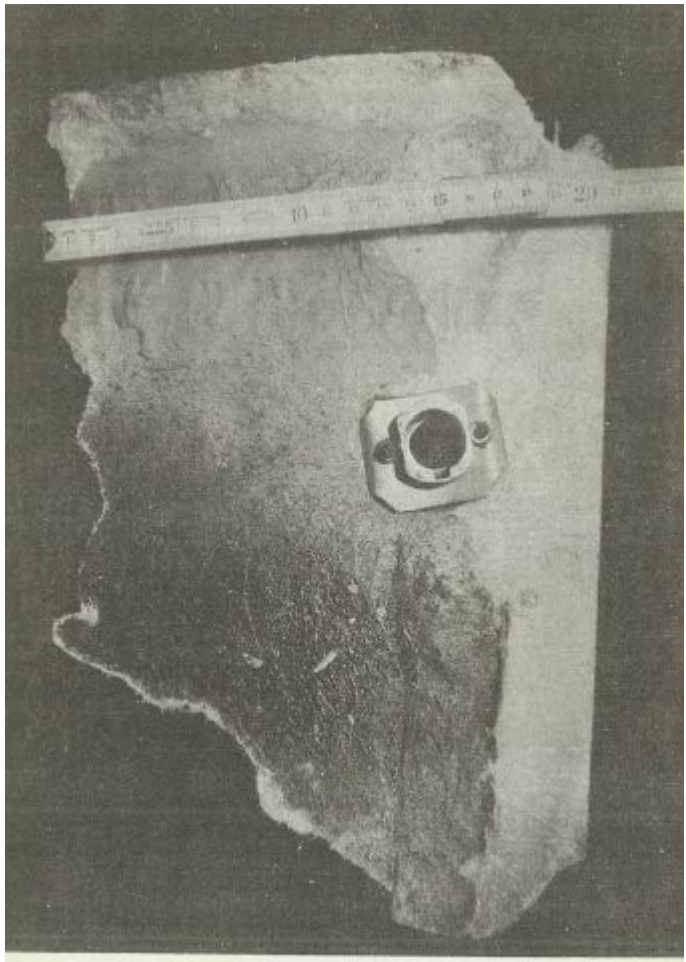
P — O senhor tem conhecimento da existência de um pedaço da porta direita do Puma lançada pela explosão e que pode levar a novas conclusões sobre onde teria explodido a bomba?

R — Sim, ele existe. Está comigo e é a parte superior de trás e externa da porta direita do Puma. Foi colhida no local, logo após a perícia policial. A peça inclui o fecho e o punho da porta e feita a devida reconstituição, pode levar à conclusão sobre o local exato em que se encontrava a bomba no momento em que explodiu".

O IPM NA AUDITORIA — OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DO CORONEL DICKSON GRAEL

Homologada a solução do IPM pelo comandante do I Exército, foram os autos remetidos à 3" Auditoria do Exército — Juiz-Auditor, Edmundo Franca de Oliveira, que os encaminhou ao Procurador Jorge Luiz Dodaro para dar parecer. O procurador destaca o inquérito como perfeito e pede seu arquivamento. O auditor desde os primeiros contatos com a imprensa mostra-se descontente com a solução do IPM e se manifesta favorável ao prosseguimento do processo.

Decepcionado com as conclusões do inquérito, face ao conhecimento que já tinha dos acontecimentos, decide Dickson, em companhia do General Hélio Duarte Lemos, entregar ao Juiz-Auditor um pedaço da porta do Puma acidentado. A referida peça, de autenticidade inquestionável, além de fornecer dados quanto à verdadeira cor das pinturas já feitas no carro, conflita com as declarações do encarregado do IPM, em sua entrevista com audiovisual: "Esta porta (explicando slide) foi recomposta pela própria perícia. É a porta da direita do Puma sinistrado. Os pedaços maiores foram encontrados com paciência e zelo. O impacto maior, o choque mais forte se deu nesta região em que os pedaços devem ter ficado diminutos, de modo que não puderam ser reconstituídos, recolhidos".



Pedaço da porta direita do Puma.

Da carta do Coronel Dickson Grael ao Juiz Auditor da 3ª Auditoria do Exército, encaminhando um pedaço da porta direita do Puma.

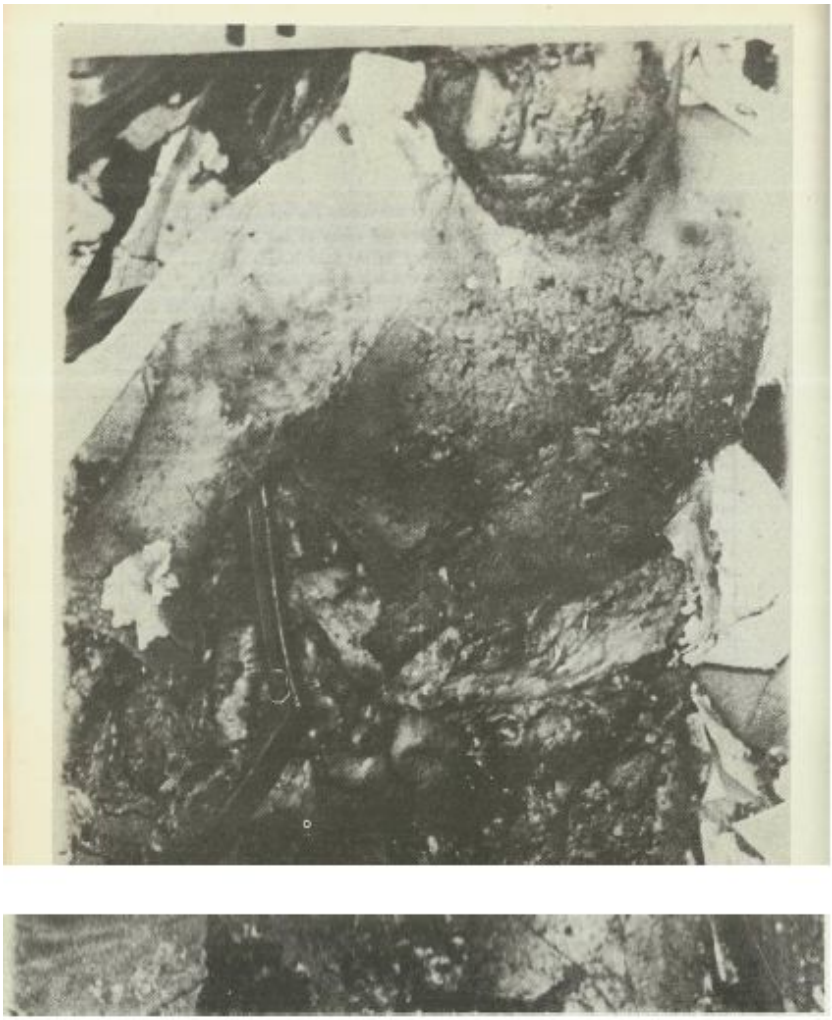


Foto colhida in loco logo após a explosão e entregue diretamente ao Coronel Dickson Grael. Demonstra que o artefato explodiu no colo do sargento, causando dilaceramento do abdômen, coxas e genitália.

É de se concluir de tais declarações o seguinte:

1) por não ter sido encontrado o pedaço levado à Auditoria por Dickson, julgou-se o mesmo perdido;

2) como interessava a versão oficial que a bomba tivesse explodido mais embaixo, à direita do banco, deve ter sido falseada a sua substituição, na recomposição da porta;

3) com base nisso e na afirmação de que os pedaços de baixo e

posteriores da porta não foram encontrados, deixou-se ali um buraco a tentar explicar a versão apresentada no IPM.

Em atendimento a uma solicitação do Procurador Dodaro, Dickson volta à Auditoria seis dias depois e entrega ao Juiz-Auditor um documento em que relata os aspectos do IPM que a seu ver mereceriam maiores esclarecimentos.

Contrariando parecer do procurador, que havia rejeitado os documentos e peça apresentados por Dickson, o auditor determina juntada aos autos do IPM do ofício encaminhando o pedaço da porta, bem como do documento que se seguiu. A partir daí já não são bons os entendimentos entre o auditor e o procurador no que concerne ao IPM do Riocentro.

O auditor devolve o IPM ao I Exército, que tem prazo de 20 dias para se pronunciar sobre as dúvidas levantadas pelo Coronel Dickson, quando declara à imprensa: "Estou dando oportunidade à autoridade que elaborou o inquérito para se pronunciar. Se quiser, realiza diligências para dirimir dúvidas; se não quiser, responde que não vê como investigar mais. Ou ainda fica em silêncio, até mesmo porque o silêncio é uma resposta".

Sem promover novas investigações, nem explicar convincentemente as "dúvidas", é encaminhado o IPM de volta à Auditoria: "Informações suplementares apresentadas pelo Coronel Job Lorena de Sant'Anna, que em nada modificam a solução apresentada no IPM, relativo ao Riocentro, homologada por este comando".

"Por oportuno lamento que o informante viesse tão tardiamente trazer o que julgava fosse útil ao IPM após transcorridos 60 dias das investigações, realizadas com o maior empenho e critério".

Convencido de não merecer a reprimenda, enviou o Coronel Dickson ao Juiz-Auditor um documento explicando não lhe caber pressupor que o IPM não iria apurar convenientemente aqueles importantes aspectos que mencionava em seu documento ao procurador, e que nada acrescentaria sobre o assunto além de um artigo do articulista Marcos Sá Corrêa citado no documento:

"Estranha ressalva. Protesta contra a inconveniência do Coronel Dickson, mas não explica como ele poderia apresentar dúvidas sobre as conclusões de um IPM secreto antes que esse IPM ficasse pronto. Em tais condições, só haveria um motivo para que o Coronel Dickson se antecipasse aos autores do inquérito: desconfiar de antemão dos resultados. Todo mundo desconfiava. Mas não fica bem uma nota oficial do I Exército admitir isso. Melhor é supor que o General Marcondes reclamasse de outra coisa — do fato de que o Coronel Dickson, um militar mesmo dissidente, venha incomodar uma situação arrumada graças à lealdade das Forças Armadas, convocadas a engolir em nome da farda uma versão mal explicada e inverossímil".

É de se aduzir ainda que o Coronel Dickson preparava-se para ser

ouvido no IPM, especialmente depois que recebera um telefonema de um coronel de suas relações pessoais, do quartel-general do I Exército, informando-lhe que propusera ao encarregado do inquérito que, se o ouvisse, muita coisa deveria ser esclarecida. Entre as "informações suplementares" de Job ao devolver o IPM à Auditoria, no tocante à explosão da segunda bomba no chão próximo à casa de força, ele contradiz uma nota oficial do I Exército, publicada no dia 3 de maio, onde se lê:

"A bomba que explodiu na instalação de força e luz do Riocentro, cerca de 10 minutos após a explosão destruidora do automóvel, foi acionada por engenho de percussão ou similar".

Naquelas "informações" lê-se:

"Não foram encontrados fragmentos ou indícios materiais da bomba que explodiu na casa de força".

Enquanto aguardava a oportunidade de se manifestar, face o certamente esperado pedido de arquivamento do IPM, de parte do procurador, recebeu o auditor demonstrações de solidariedade que muito o comoveram, como telefonemas do Coronel Hidelberto Fernandes de Melo e Reserva de 1ª Classe Amélio Ferreira Guimarães, carta do Tenente-Coronel Hermelito Cardoso Zuzart, do Comando Militar da Amazônia, e visitas dos Coronéis Serpa e Tarcísio. Ao Coronel Tarcísio, revelou o auditor diversas pressões e "promessas" que vinha recebendo, através de militares ligados aos altos escalões.

Ao agradecer por telefone a carta do Tenente-Coronel Zuzart mais uma vez reconheceu estar sob pressão. Nos primeiros dias de agosto, quando revelava o Juiz-Auditor sua irritação com o procurador e antecipava sua decisão de abrir novo inquérito para apurar sobre a segunda bomba, intensificaram-se as pressões. Em diferentes oportunidades declarou: "Se eu fosse político repetiria o que disse o Presidente Jânio Quadros, que efetivamente existem forças terríveis, como um rolo compressor, pressionando-me para que o caso do Riocentro não seja devidamente apurado".

— "... O Ministério Público foi omisso em relação ao segundo crime do Riocentro. São dois fatos criminosos, dois ilícitos penais e o procurador só falou em fato, no singular".

— "... Fiz um juramento.de cumprir com as minhas funções e delas não vou fugir".

— "... Não basta dizer — como o procurador e o Coronel Job — que não houve vítimas e por isso nada se faz. Se aquela bomba alcança o efeito desejado — ou seja, interromper o fornecimento de energia elétrica — iria criar uma situação de pânico e não poderemos avaliar as consequências para aquelas pessoas que estavam no anfiteatro".

Tendo o Juiz-Auditor solicitado ao procurador para que se pronunciasse a respeito da segunda explosão, que não mereceu investigações aprofundadas no IPM, dele obteve a resposta: "O fato foi

minuciosamente apreciado".

Em consequência, em longo e bem circunstanciado despacho, acolhe a pretensão do procurador para o efeito de determinar o arquivamento do IPM que investigou a explosão no "Puma", lamentando que o "IPM fracassou no que concerne à descoberta de sua autoria, mas determina que cópias dos autos referentes à segunda explosão sejam remetidas ao procurador geral da Justiça Militar (Superior Tribunal Militar), visto que o procurador junto à Auditoria não trouxe a exame deste magistrado o segundo fato delituoso, materializado na explosão verificada na casa de força do Riocentro, cuja ilicitude é objeto da incidência das normas incriminadoras penais, pela situação de perigo iminente que criou".

Cumpridas as formalidades de praxe, foram os autos encaminhados à Corregedoria da Justiça Militar, também no STM em Brasília.

Encerra-se assim a fase da Auditoria, com os autos do IPM arquivado enviados ao corregedor, e cópias do relativo à segunda explosão, para o procurador geral da Justiça Militar. O artigo do jornalista Carlos Chagas no *O Estado de São Paulo*, de 5-8-81, retratou bem a razão das pressões sobre o juiz da 3ª Auditoria do Exército:

"Dentro da esotérica realidade nacional, é possível que não se verifiquem consequências, mas como admitir, sem elas, o que disse há dois dias o Juiz da 3ª Auditoria do Exército, Edmundo Franca de Oliveira, responsável pelo julgamento dos episódios do Riocentro? Diante da imprensa escrita, câmaras e microfones, ele revelou estar sofrendo terríveis pressões para dar o caso por encerrado. Em outras palavras, no mínimo o ameaçam. Mas quem? Como? Onde? Quando? Das cinco perguntas clássicas de Aristóteles, pode-se por enquanto tentar responder apenas 'por quê'. Porque, evidentemente, ele deseja maiores apurações do ocorrido na véspera do 1º de maio, no Rio de Janeiro".

A ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SE PRONUNCIA

A Ordem dos Advogados do Brasil, através da Seccional Rio, aprovou por unanimidade o relatório do conselheiro Nilo Batista sobre o chamado caso Riocentro. Dr. Nilo Batista foi o relator de uma comissão constituída por ele próprio e pelos conselheiros Lino Machado Filho (presidente), Carlos Maurício Martins Rodrigues, Paulo Goldrajch e Fábio de Souza Coutinho.

A comissão contando com a cortesia do Juiz-Auditor, Dr. Edmundo Franca de Oliveira, examinou os autos do inquérito, copiou algumas peças, colheu observações escritas de todos os seus membros e, após debater a matéria, apresentou excelente trabalho do qual transcreve-se aqui apenas o extrato que

se segue:

"Aparece um personagem totalmente novo, sem precedente no Direito Romano: o procurador. Este curioso personagem, que aparece na Europa por volta do século XII, vai se apresentar como o representante do soberano, do rei ou do senhor. Havendo crime, delito ou contravenção, ele se apresenta como representante de um poder lesado pelo único fato de ter havido uma infração. (...) O soberano, o poder político vem, desta forma, dublar e, pouco a pouco, substituir a vítima. Este fenômeno, absolutamente novo, vai permitir ao poder político apossar-se dos procedimentos judiciários" (Foucault).

"O Primeiro aspecto do caso diz com a legalidade da instauração de inquérito policial militar para sua apuração. Segundo a vigente lei de segurança nacional (lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978), as investigações desta classe de ilícito são feitas, de regra, através de inquérito policial de atribuição da Polícia Federal (art. 54), cabendo, entretanto, instauração de inquérito policial militar nas hipóteses em que o autor ou a vítima sejam militares (em se tratando de vítima, militar em serviço), ou quando o fato lese patrimônio sob administração militar, ou seja praticado em lugar sujeito a administração militar, ou ainda quando decretado estado de sítio ou de emergência (art. 54, § 3º e seus incisos). Vê-se que, das hipóteses legais, apenas duas interessariam ao caso: a qualidade militar de autor do crime, ou de vítima dele (neste último caso, desde que estivesse em serviço). A Portaria nº 01-CPJ, do Sr. Comandante do I Exército, de 1º de maio de 1981, tem o seguinte teor: 'Tendo tomado conhecimento de fatos que deram origem à morte do Sargento Guilherme Pereira do Rosário e ferimentos graves no Capitão Wilson Luiz Chaves Machado, ambos deste Exército, no momento em que se encontravam em missão de serviço no Riocentro, determino seja com a possível urgência instaurado a respeito o devido Inquérito Policial Militar' (...)" (fls. 5, IPM).

"Por certo, o inquérito policial militar só seria devido se e enquanto estivessem em serviço e houvessem sido vitimados pelo delito ou fossem os autores do delito... "

"O tema da influência do esprit de corps no afazer investigatório — sempre pressuposto tenha ele operado por vias inconscientes — retorna numa apreciação global que se faça dos rumos do inquérito. Depreende-se que, arrancando da premissa infranqueável de que o oficial sobrevivente era vítima e não podia ser outra coisa, o Sr. Encarregado do inquérito policial militar, de um lado, sobrepõe à investigação histórica dos fatos uma investigação mecânica e física (cedendo quiçá à sua formação de engenharia), e, de outro lado, aplica-se à proposta embrionariamente contida na Portaria 01-CPJ não como quem inquire uma forma desconhecida, mas como quem deseja demonstrar um t e o r e m a... "

"Não há, entre os profissionais da justiça criminal, quem não conheça casos nos quais a autoridade, previamente convencida de certa versão, passe a alinhar os elementos da prova, influenciada pela própria convicção, desprezando aqueles que contradiriam sua inclinação, e prestigiando os d e m a

i s... "

"Ao regressar o Sargento Rosário, o Capitão Machado pode perceber 'um gesto a indicar que não havia encontrado o grupo de amigos' (fls. 225, IPM). Já no depoimento prestado em 30 de maio, 'Wagner fez um sinal indicando que o pessoal que havia chegado não era o grupo que ele, Wagner, esperava e que Wagner explicou que não era o pessoal mas que o carro era igual ao do pessoal' (fls. 345, IPM). Se se levar em conta que no depoimento de 23 de maio, 'perguntado o que o agente Wagner lhe falara quando da última entrada no carro, respondeu que não se lembra de terem falado alguma coisa entre o momento da última entrada no carro e a explosão' (fls. 271, IPM), fica extremamente difícil estabelecer uma coerência entre tais declarações. Talvez por isso o Dr. Auditor Corregedor da Justiça Militar tenha registrado que 'o depoimento do Capitão Wilson não resiste a uma análise crítica'..."

"Muitos filões investigatórios não foram aprofundados à conta de estar a autoridade fechada para qualquer raciocínio que alterasse a posição dos militares no caso. Tal espírito contaminou também alguns peritos militares, e somos tentados a efetuar uma análise de um desses laudos".

"O laudo de local da explosão elaborado pelo Capitão Márcio Nasser e pelo Sargento Horácio Nelson Mendonça, que consta de fls. 104 a 109, em primeiro lugar desatende à regra do art. 48 do Código de Processo Penal, pois quer a lei que, de preferência, o encargo de perito recaia sobre oficial da ativa, não sendo crível que em cidade sede de Exército não se encontrasse um oficial com especialidade para substituir o Sargento Horácio Nelson Mendonça. Em segundo lugar, observa-se que foram eles designados pelo Sr. Comandante do Batalhão de Polícia do Exército, e não pelo Sr. Encarregado do Inquérito Policial, este sim com atribuições policiais militares delegadas, no caso, pelo Sr. Comandante do I Exército; como consequência, não prestaram o compromisso legal a que alude o parágrafo único do artigo 48, CPPM, e seu trabalho nem pode, a rigor da técnica processual, designar-se como perícia oficial.

Fechando os olhos a tudo isso, empreendamos uma análise da forma pela qual o laudo relaciona os elementos observados pelos peritos, no tópico por eles designado "de outros elementos" (fls. 108, IPM). Observe-se o caráter argumentativo desse relacionamento: Laudo: "Os locais em apreço achavam-se acautelados por policiais militares do 18º BPM e policiais civis do DGIE". Observação: Informe que circunscreve prova testemunhal futura a depoimento de policiais, e os valida.

Laudo: "Por ocasião dos exames, nenhum artefato explosivo foi encontrado no interior do veículo sinistrado, ou em suas proximidades, nem sequer (ilegível) aos peritos como se o fossem".

Observação: Os peritos não fizeram idêntica pesquisa no local nº 2 (subestação de força) nem pesquisaram, no Puma, outros objetos; sabendo-se que os peritos não encontraram "fragmentos dos artefatos explosivos por ocasião dos exames nos locais" (o que só pode ser explicado por seu prévio recolhimento pelas equipes do DGIE e ICE, uma vez que tais fragmentos foram

arrecadados, examinados e fotografados), que valor pericial pode ter a afirmação de que não encontraram outro artefato explosivo no Puma?

Laudo: "Por ocasião dos exames, os peritos não tiveram conhecimento de nenhuma testemunha da ocorrência".

Observação: Informe que desacredita eventual prova testemunhal futura, absolutamente deslocado, pois não corresponde a peritos tratar de localizar testemunhas. Observa-se que, por força do mecanismo psicológico ao qual tantas vezes já nos referimos, o laudo intercala informes objetivos inquestionáveis e informes de segurança técnica duvidosa; o resultado é uma estrutura visivelmente argumentativa que tende a minimizar o que eventualmente pudesse provir de fontes testemunhais, em favor da prova pericial, cujo universo é incomensuravelmente mais controlável. O desenvolvimento do inquérito policial militar, com suas inumeráveis perícias e esclarecimentos, confirmaria essa inclinação.

"A testemunha João de Deus Ferreira Ramos prestou depoimento no dia 29 de maio; trata-se daquela pessoa que viu dois homens no interior do Puma estacionado, aos quais dirigiu um cumprimento não respondido. No dia seguinte, 30 de maio, o Capitão Machado era reinquirido e, num 'esforço de memória', recordava-se de algumas circunstâncias que tinham o condão de neutralizar os efeitos das declarações da testemunha..."

"Tais indagações atendem a uma única e visível finalidade: tornar compatíveis as declarações da abelhuda testemunha que vira o Puma estacionado com duas pessoas dentro, e as próprias declarações do Capitão Machado".

"Há nos autos do inquérito policial militar um documento que não foi suficientemente valorizado: trata-se do rascunho do relatório de missão que agentes do DOI teriam elaborado (fls. 35). A peça foi entregue em 5 de maio pelo Sr. Coronel Júlio Miguel Molinas Dias ao Sr. Encarregado do Inquérito. No item Policiamento, registra o documento: 'Corpo de Bombeiros e PM', o que é singular, haja vista que, como fartamente consta do IPM, a Polícia Militar não compareceu para policiamento, só se apresentando após a explosão. No item 'Ocorrências Anormais', foi visivelmente riscada a expressão 'Não houve', e substituída por: 'Durante o show explodiram 2 bombas na parte externa do Riocentro '... "

"Para que a versão do Capitão Machado pudesse ser aceita, era preciso admitir que alguém estivesse vigiando o Sargento Rosário ou o próprio capitão com tanto empenho, que da tarde do dia 30 de abril (quando eles concertavam sua ida ao Riocentro) até a noite, preparasse o atentado, contando inclusive com a saída simultânea de ambos do veículo (Sargento Rosário para encontrar seu 'pessoal', e Capitão Machado por incontinência fisiológica), para nele predispor o engenho mortal, tudo isso num estacionamento bem iluminado, com milhares de veículos, e elegendo o pior horário possível: o início do Show, com os retardatários afluindo, e inúmeros carros buscando vagas... "

"Uma passagem especialmente ilustrativa do Relatório está na apreciação

das lesões sofridas pelo Sargento Rosário nas mãos. Empenhado na demonstração de que a bomba se encontrava entre o banco e a porta direita, consigna o Relatório: 'A falta de espaço só permitiu que o sargento, sem o empolgar completamente, puxasse o volume por uma alça; isso justifica que a explosão tivesse mutilado a mão direita, ficando, porém, preservado o dedo polegar' (fls. 661). Ocorre também que a mão esquerda sofrera dilaceração! O Relatório não se perturba: 'Deve ter sido no justo momento em que o sargento aproximava a mão esquerda para auxiliar na ação de segurar a bolsa ou a sacola que se deu a explosão; isso justifica a dilaceração da mão esquerda' (fls. 662).

O Relatório é prenhe de conclusões dadas como verdadeiras baseadas inteiramente numa premissa apenas provável, o que é logicamente inadmissível..."

"O fracasso do inquérito policial militar instaurado para apurar o ato de terrorismo da noite de 30 de abril de 1981 concita a algumas reflexões, e desde logo ganha corpo a ideia de que só uma investigação que procure relacionar os diversos atos de terrorismo será capaz de conduzir a resultados satisfatórios, pois a interpretação da prova poderá complementar quadros que, individualmente considerados, seriam inconcludentes. A contribuição da imprensa deve ser avaliada, e o caso Riocentro dá uma demonstração: o detetive Geraldo C. Magalhães velou o filme de um repórter, tomado poucos minutos após o fato. Este filme poderia informar mais do que duas centenas de conjecturas sobre a forma das lesões em relação à posição das bombas.

Entende a comissão que não se faz mister qualquer legislação especial antiterror, e que bastaria a aplicação pura e simples da legislação existente, a qual, não obstante, em razão de suas notórias vicissitudes técnicas e de sua inspiração totalitarista, continua merecedora de reforma. O episódio sugere que a legislação só deveria consentir no sigilo dos inquéritos quando o indiciado pudesse beneficiar-se das informações para lançar o benefício da crítica inspirada pelo interesse público. Fatos criminais não devem ter o inquérito conduzido por colegas de corporação à qual pertença o suspeito, porque a convicção de sua inocência bloqueia linhas investigatórias. O arquivamento de inquéritos relativos a crimes de certa gravidade deveria submeter-se a uma instância de controle, a exemplo do que preveem os artigos 234 e seguintes do Anteprojeto do Código de Processo Penal, ora em fase de estudo e sugestões. A controvérsia na prova pode dissimular a disponibilidade da ação penal pública..."

"A independência dos três poderes da República, particularmente em países cuja tradição registra hipertrofias do Executivo, deve contar com instrumentos que autenticamente protejam a autonomia do Judiciário. Constitui um valor político inestimável a possibilidade que tenham os órgãos do Judiciário de decidir sem a interferência de qualquer outro poder, e a reforma penal ora em curso deveria considerar a oportunidade de tutelar penalmente certas formas sob as quais possa apresentar-se essa interferência. O Ministério

Público, tal como concebido pelas leis brasileiras, vive em certos momentos uma dualidade angustiosa.

Esses momentos se colocam sempre que o Estado, por seus mais elevados quadros, pode ser responsabilizado por um delito, ou, mesmo sem poder ser responsabilizado, não deseja sua apuração. Estabelece-se uma ambivalência de impossibilidades entre a função de órgão fiscal da lei e de órgão de confiança do governo concreto.

É preciso caminhar no sentido de comprometer o Ministério Público com os interesses da comunidade, enquanto fiscal da execução das leis, e normativizar suas relações com o Poder Executivo de sorte a garantir-lhe independência e condições de realização de suas tarefas. É inconcebível que, tendo o poder político, pelo monopólio da jurisdição penal, se apropriado dos procedimentos criminais, o órgão que veio historicamente a substituir a vítima possa alienar os seus interesses; não há razão de estado que valha o alarma social que pode resultar de tal frustração.

O episódio concita igualmente a todos os que pretendem um Poder Judiciário ativo e independente, capaz de exercer sua função insubstituível de órgão de conciliação social através do tratamento de conflitos, e de entidade com aptidão para influenciar o processo de mudança social, a desconfiar da reificação dos procedimentos legais, e da neutralidade das formas jurídicas. Muitas vezes o procedimento se limita àquela função, anotada por Luhmann, de 'especificação do descontentamento e fracionamento e absorção dos protestos', através da qual se busca legitimar uma decisão que, em verdade, antecede o próprio procedimento.

Os advogados do Estado do Rio de Janeiro extraem do chamado caso Riocentro realimentação abundante para suas convicções legalistas e sua fé no estado de direito democrático".

— Sala das Sessões, 2 de setembro de 1981

— Conselheiro Nilo Batista, Relator.

DESCONTENTAMENTO DE MILITARES

Entre atitudes, as mais variadas, destacamos:

— O Tenente-Coronel Nivaldo Mello de Oliveira Dias, oficial muito destacado pelo seu caráter, coragem e lucidez, comandante do 2º' Batalhão de Infantaria de Selva, em Belém, Pará, já 5 dias após as bombas, revoltado contra as perspectivas de mais uma impunidade, criticou, durante reunião com os oficiais sob seu comando, o comportamento das autoridades encarregadas de apurar o atentado do Riocentro.

— O Coronel Reserva de 1ª, Luiz Gonzaga de Andrada Serpa, em ofício ao comandante do I Exército (11-6-81): — "A Nação não pode assistir atônita à desunião de suas Forças Armadas. Não pode perder a confiança em seu Exército. Os homens passam, a Instituição permanece.

Não pode ser denegrida pela nódoa que mancha alguns de seus integrantes" e: "É preciso, portanto, ter coragem de correr riscos na busca de objetivos nobres. Amar o bom combate, a peito aberto" e ainda: "Qualquer transigência, por menor que seja, acarretará concessões sempre crescentes, que culminarão atingindo o próprio cerne do Regime Democrático — a dignidade da pessoa humana".

— O General de Exército Reserva de 1ª Antônio Carlos de Andrada Serpa, em declaração pública (30-6-81): "Agora, tudo é possível. Cumpre resistir e lutar para a restauração da fé e confiança do povo brasileiro em seu Exército".

— O Coronel Reserva de 1ª, Francisco Boaventura Cavalcanti Júnior, em entrevista à imprensa (4-7-81): "E, com a punição exemplar dos criminosos, não importa quem sejam eles, a ação nefasta do terrorismo será desencorajada em nosso País. Só assim, este deplorável acontecimento estará definitivamente encerrado".

— O Coronel Tarcísio Nunes Ferreira na oportunidade de sua passagem para a reserva: "É inaceitável, em qualquer hipótese, que se coloquem a verdade e a justiça no balcão das conveniências", e, citando um chefe militar cujo nome não revelou: "Quando o Estado perde o sentido da ordem objetiva da lei e da justiça, e os laços universais e precisos do direito são substituídos por laços pessoais derivados do comprometimento ou cumplicidade, decorrentes da solidariedade de classe, a Nação estará em perigo".

— O General Diogo de Oliveira Figueiredo, comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, ao receber de seus superiores hierárquicos o relatório do IPM do Riocentro, declarou, em reunião do Conselho de Ensino daquela Escola, que não cumpriria a ordem de mandar lê-la para os seus oficiais, por não estar de acordo com as conclusões do IPM.

O IPM NO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

O inquérito ainda estava na Auditoria e já o Ministro Ruy de Lima Pessoa, Vice-Presidente do STM, tornava público a sua preocupação com a não apuração dos responsáveis pelos fatos criminosos das bombas do Riocentro. O mesmo se passava com vários outros ministros daquele Tribunal Superior, sendo que o Almirante Júlio de Sá Bierrenbach chegou mesmo a visitar, no Rio, o Juiz-Auditor, a quem fez ver o seu desassossego face aos rumos que poderiam tomar o inquérito, em consequência do não esclarecimento da verdade.

O Procurador Geral da Justiça Militar, Dr. Milton Menezes da Costa Filho, manifesta-se favorável ao arquivamento de todo o inquérito. O Corregedor da Justiça Militar, Dr. Célio de Jesus Lobão Ferreira, cuja função é corrigir erros ou abusos das autoridades judiciárias, promovendo-lhes a responsabilidade funcional, envia documento ao presidente do STM (26-8-81) solicitando o desarquivamento do IPM do Riocentro, e o seu encaminhamento ao procurador geral, para que ele instaure uma ação penal contra os autores da explosão da bomba do Puma.

Ao corregedor, o Capitão Machado é, por várias razões, um dos autores da explosão. Do seu despacho ao STM, e de posterior declaração à imprensa, selecionou-se o seguinte:

— "Só a deliberada má-fé procura confundir a instituição com os indivíduos que a integram. Nenhuma instituição civil, militar, judiciária, religiosa, será atingida pelo fato de o comportamento de seu integrante estar sendo objeto de investigação".

— "Não existe nenhuma dúvida sobre a materialidade do fato delituoso, presente nos autos dos diversos laudos periciais. Tudo se resume na autoria".

— "O telefonema pedido pelo Capitão Machado, após a explosão, para pessoa fora da cadeia de comando, teve o propósito de fazer com que a ocorrência chegasse ao conhecimento de quem sabia da existência da bomba no interior do Puma".

— "Os peritos criminais do Instituto Carlos Éboli realizaram a perícia às 23h30m. Referindo-se ao local da explosão no veículo retroidentificado, foi determinado como sendo no interior do mesmo e sobre o banco dianteiro direito, decorrendo essa determinação do estudo das lesões constatadas no cadáver. Vinte e seis dias depois, ouvido como testemunha, apesar da qualidade de perito, um dos peritos declarou, depois de ver algumas fotos e ser inteirado de novos elementos, que o local mais provável do epicentro da explosão foi junto à porta direita, próximo ao encosto do banco". Lobão ressalta que quase todos os peritos retificaram algumas partes do laudo.

— "O rosto do Sargento Rosário não ficou dilacerado, ressalta

Lobão, porque o graduado estava sentado com o corpo inclinado para trás, como se pode ver claramente na fotografia... que mostra o encosto do banco inclinado para trás, cerca de 45 graus, em relação ao assento. Se estivesse procurando retirar o engenho da lateral direita do veículo, com as duas mãos, deveria obrigatoriamente inclinar o corpo para frente, girando-o para direita, resultando, inevitavelmente, maior impacto da explosão no lado direito do rosto, do tórax, e da coxa direita, além de outras partes do corpo".

O corregedor considerou "... estranho o fato de o capitão não conhecer o sargento. Na realidade, o depoimento do capitão foi tomado em três ocasiões e esse desconhecimento não se manteve". Sorteado para relator do processo, o Ministro Antônio Carlos Seixas Telles abre vistas do processo para o procurador geral. Empossado no STM 12 dias após o atentado do Riocentro, Seixas Telles passou a ocupar vaga para a qual havia sido preterido o Corregedor Lobão.

Em declaração à imprensa de 3-9-81, o Corregedor Lobão, entre outras coisas, afirma:

— "Por ter sido considerado pelo procurador geral sucinto na sua representação".

— "Se fomos sucintos é porque aprendemos que, quando não se quer dizer nada, fala-se muito".

— "Ocorre que o Dr. Procurador Geral junto à Justiça Militar... em parecer anterior e declaração à imprensa, não desmentida, vem se colocando na posição de censor dos magistrados da Justiça Militar. No parecer agora divulgado pela imprensa, ao lado de elogios ao corregedor, que mais parecem restrições do que enaltecimentos, pretende desagravar quem não foi criticado pelo Juiz-Auditor Corregedor".

Na opinião do corregedor, o procurador geral não deveria ser ouvido sobre a representação que encaminhou, antes de o STM examiná-la, pois o tribunal, ao apreciar o pedido de desarquivamento do IPM do Riocentro, já saberá qual a posição do procurador geral. O Almirante de Esquadra, Ministro Júlio de Sá Bierrenbach, apresentou voto, pedindo a reabertura do inquérito, por insuficiência de razões para o arquivamento. Tratava-se de o STM julgar a representação do corregedor da Justiça Militar contra o despacho do Juiz-Auditor da 3ª Auditoria do Exército que, deferindo requerimento do procurador militar, determinou o arquivamento do IPM do Riocentro. Do seu voto não deve deixar de ser destacado o que se segue: — "O próprio e eminente procurador geral da Justiça Militar opinou em despacho, que não se pode deixar de admitir como evidente que as duas explosões foram acionadas por um só grupo, ou, hipótese não aceitável, uma só pessoa, com um só escopo.

Esclareça-se, *en passant*, que o diligente coronel encarregado do IPM, com toda essa evidência focalizada pelo Dr. Procurador Geral, em dois meses, nada diligenciou sobre a segunda explosão.

Com tudo o que houve e com as suspeitas que elas próprias levantaram, as autoridades responsáveis pelo IPM, após um inusitado show para a imprensa, conformaram-se em remeter os autos à auditoria competente, declarando que, por mais que se diligenciasse, não foi possível encontrar indícios esclarecedores da autoria do delito. Acresça-se que o IPM foi acompanhado por um procurador militar. É principalmente com isso, Sr. Presidente e Srs. Ministros, que não posso concordar".

— "Se fossem legítimas as conclusões do inquérito, tenho a absoluta convicção de que o próprio Exército não se conformaria enquanto não entregasse os terroristas responsáveis à Justiça".

— "Pedi vista dos presentes autos, por não me sentir suficientemente esclarecido".

— "O eminente ministro relator, em seu relatório, limitou-se à leitura da representação do corregedor e ao parecer da procuradoria geral da Justiça Militar".

— "... As luzes da ocorrência já tinham penetrado no IPM, no dia 15 de maio de 1981, quando seu Encarregado, Coronel Prado Ribeiro, foi substituído, por razões de saúde".

Do auto de exame cadavérico:

— "... ambos os membros superiores estão dilacerados especialmente as mãos onde há depósito de substância negra em todas as áreas dilaceradas; o membro inferior esquerdo tem ferida que compromete o terço superior da coxa fazendo parte com a ferida abdominal e que tem dilaceração de todas as partes moles; o dorso do cadáver está íntegro".

— "E respondendo ao quesito sobre qual a causa da morte, acrescentam os peritos ferimento dilacerante da parede abdominal com dilaceração polivisceral".

— "Se a bomba tivesse explodido na posição pretendida pelo Encarregado do IPM, não havia possibilidade de terem sido encontrados e retirados tantos fragmentos misturados com as vísceras dilaceradas, e o lado direito do cadáver estaria muito mais comprometido que o esquerdo".

— "... A foto nº 6 mostra a parte externa da porta, reconstituída pelos peritos sobre o chão e colocada na lateral do carro em posição correspondente à sua original em relação à carroceria do veículo. Nota-se a região que provavelmente recebeu o maior impacto oriundo da explosão (seta indicativa na foto 5)".

— "O que não se pode negar é que a explosão ocorreu quando o Sargento Guilherme Pereira do Rosário, sentado no banco direito do Puma, manuseava o artefato que se encontrava em seu colo. Era ele "um elemento bastante experiente, com muito tempo de atuação em missões desta natureza" (missões de cobertura de eventos), como declarou o Comandante do DOI/IEx. na inquirição de fls. 30, acrescentando que, quando da explosão do carro do Deputado Marcelo Cerqueira, entre vários peritos que opinavam tratar-se de acidente com tanque de gasolina do automóvel,

"expressou opinião pessoal de que se tratava de explosão provocada pela colocação de uma bomba no carro". Era, portanto, um entendido em bombas. Manuseava o Sargento Rosário o petardo, em seu colo, possivelmente em acima de sua coxa direita e, provavelmente, graduando-o para funcionar dentro de um determinado prazo, quando houve a eclosão. Cerca de 20 a 30 minutos depois desta detonação, explodiu a outra bomba na subestação de energia elétrica, fato que não mereceu maior atenção das autoridades do IPM nem do Ministério Público Militar, apesar do eminente Dr. Procurador Geral da Justiça Militar admitir que "as duas explosões foram acionadas por um só grupo, ou, hipótese não aceitável, uma só pessoa, com um só escopo".

— "O que não resta dúvida é que a bomba explodiu no colo do Sargento Rosário. O estado em que ficou seu ventre, consignado no auto de exame cadavérico (fls. 86-87), por dois médicos legistas, e pela fotografia constante dos autos, cuja cópia distribuo neste julgamento aos Srs. Ministros, desfazem qualquer dúvida que poderia haver a esse respeito. Lamentável é que, na exposição feita aos jornalistas, pelo I Exército, quando da conclusão do inquérito, a fotografia do corpo do sargento tenha sido projetada com uma faixa preta cobrindo seu abdome. Para que a tarja? Para cobrir órgãos genitais que teriam sido 'preservados', dando a entender que o baixo ventre estava perfeito e que não era apresentado por uma questão de moral? Não! A fotografia foi coberta justamente para que não fosse mostrada a 'genitália externa dilacerada' e a 'perda da parede abdominal anterior e das laterais, com evisceração de todo o conteúdo abdominal que se apresenta inteiramente dilacerado' como consta do auto mencionado, e como qualquer leigo constata pela fotografia descoberta. A hipótese que apresento está mais de acordo com o contido nos autos do que as conclusões do IPM tão elogiadas pelo MPM. Resta apurar o que, de fato, estavam fazendo o capitão e o sargento no Riocentro, com aquela bomba nas mãos. O sargento morreu e o oficial sobrevive. Se o morto fosse o oficial e sobrevivente o sargento, este ainda poderia alegar que cumpria ordens daquele, isto é, do mais antigo, sem dar maiores esclarecimentos. O Capitão Wilson Luiz Chaves Machado, entretanto, está vivo, e não pode deixar de ser ouvido em uma auditoria como acusado, a menos que o Ministério Público Militar seja levado ao descrédito perante toda a Nação. Lamento muito, mas estamos diante de um crime dos mais nefastos, terrorismo, à beira da impunidade. Por muito menos, este egrégio Tribunal já condenou muitos mais".

— "Nada se apurou, durante o IPM, acerca do telefonema dado pelo Cabo Bombeiro Jomair de Oliveira, a pedido do Capitão Wilson Machado, quando era transportado para o hospital, a certa pessoa que se identificou como sendo um agente de nome Aloísio Reis (fls. 137). O número do telefone contatado: 208-7742, encontra-se no Relatório apresentado pelo Grupamento do Corpo de Bombeiros que esteve no local e que consta dos

autos. A testemunha Andréa Neves da Cunha, às fls. 325, menciona a mesma ligação telefônica feita pelo Cabo Bombeiro, informando: 'por intermédio de um telefonema cujo teor não consegue lembrar, mas que lembra que o interlocutor era alguém no Comando do I Exército'. Como se percebe, tal depoimento não se choca com a assertiva do ilustre corregedor da Justiça Militar, no sentido de que se prova a existência de ligações fora da cadeia de comando a que estava subordinado o Capitão Machado".

— "Às fls. 334, encontra-se ofício do Coronel Job ao Comandante do 18º Batalhão de Polícia Militar, onde consta que, 'o Detetive Geraldo, no cumprimento de sua missão, teve de tomar, momentaneamente, a máquina e velar o filme de um fotógrafo que desrespeitara o cordão de isolamento e fizera fotos não permitidas, o que gerou um movimento de solidariedade, protestos e ameaças por parte de outros elementos da Imprensa'. Pois bem, o testemunho deste fotógrafo, que considero da maior importância para a apuração dos fatos, jamais foi produzido".

— "... A testemunha Onofre da Silva Cardoso, ouvida acerca do carro do sargento, que ficou no posto de gasolina Carbat, perguntada 'quando foi o Passat retirado do Posto e quem o retirou, respondeu que foi retirado no dia primeiro de maio, sexta-feira, feriado, depois das 10 horas da noite por um reboque. Perguntado quem estava no reboque, respondeu que viu dois homens com uniforme verde e que não sabe se havia outros'. Apesar do inusitado destas declarações nada foi feito para esclarecê-las. Inusitado porque apenas duas pessoas sabiam do paradeiro do Passat do sargento: este, que estava morto, e o capitão que se encontrava na U T I do Hospital Miguel Couto. Ninguém procurou apurar por que forma sobrenatural alguém conseguiu descobrir o carro do graduado e rebocá-lo!"

— "Do primeiro depoimento do Capitão Machado, consta expressamente": "Perguntado: Quem é Wagner, respondeu que é o codinome de um agente que ele só conhece como tal". Pois bem, no terceiro depoimento, lemos: "Perguntado se conhece o carro do agente Wagner, respondeu que sim e acrescentou que conhece muito bem". "Perguntado quantos relatórios recebeu do agente Wagner ao longo do tempo em que atuaram no mesmo órgão, respondeu que recebeu vários mas que não se lembra quantos".

Agora, pergunto eu:

— Como pode um oficial não conhecer um sargento pelo nome, ao tempo em que conhece muito bem seu carro?

— Será comum, no Exército Brasileiro, um superior desconhecer o verdadeiro nome do inferior hierárquico, com quem serve em missões especiais como a que lhes foi atribuída?

— É usual que, em relatórios trocados dentro de OM, os graduados os assinem com codinomes? Apesar de o Capitão Machado afirmar que só conhecia o sargento pelo codinome, no depoimento do Primeiro Sargento

da Aeronáutica Carlos Alberto Henrique de Mello, servindo no DOI do I Exército, de serviço no Riocentro, na malfadada noite de 30 de abril, às fls. 143, consta, textualmente: "Perguntado se conhece o Sargento Guilherme e sabe de algo que possa caracterizar a sua personalidade, respondeu que conhecia o Sargento Guilherme como colega de trabalho". Do depoimento do Soldado da Polícia Militar Hiroíto Peres Ferreira, servindo também no DOI e de serviço no Riocentro, extraímos, às fls. 169/70: "Perguntado se conheceu o Sargento Rosário, respondeu que sim, pois tratava-se de um companheiro de trabalho".

Como se percebe, só o Capitão Machado, que chefiava a missão, desconhecia o verdadeiro nome do sargento".

— "Confrontando-se os depoimentos do Capitão Machado e de João de Deus Ferreira Ramos, ouvido às fls. 342, temos de chegar à mesma conclusão a que chegou o auditor corregedor. O primeiro depoimento não resiste a qualquer análise. Assim é que o capitão afirma não ter permanecido estacionado dentro do Puma, junto com o sargento. No entanto, João de Deus estacionou à direita do Puma, desligou o carro, freou-o, fechou os vidros, saltou, cumprimentou os dois ocupantes com um 'boa noite', deu as costas, foi ver o show sem sequer mencionar ter ouvido o barulho da explosão. Apesar da valia desta prova testemunhai, parece que o encarregado do inquérito achou mais importante indagar se o relógio de João de Deus era do tipo digital do que explorar o testemunho, em busca de maiores esclarecimentos. Esta, que, sem dúvida, é até agora uma das mais importantes testemunhas ouvidas no IPM, não voltou a depor. Nem tampouco procedeu-se à devida acareação entre ela e o Capitão Machado, como era necessário, tendo em vista as declarações de ambos".

— "Dois pontos obscuros a serem devidamente esclarecidos: O afastamento do primeiro Encarregado do IPM, cujo ato seguinte, programado, seria ouvir o Capitão Wilson Machado.

As informações constantes do documento assinado pelo Coronel (R J) Dickson Melges Grael, que sugeriu diligências consideradas desnecessárias pelo procurador que requereu o arquivamento".

— "A simples análise do documento nos autos do IPM demonstra a sua importância. No entanto, o procurador, em promoção de fls. 2, entendeu que 'seria uma redundância mandar apurar o que já foi rigorosamente apurado.' Melhor sorte não mereceu o referido documento, quando enviado pelo Juiz-Auditor ao conhecimento da autoridade militar de origem".

— "Inicialmente o encarregado do inquérito se contentava em retirar a bomba do colo do sargento, a nível para a direita, como se verifica nas perguntas feitas aos peritos quando foram chamados a depor como testemunhas. No final do inquérito isso já não bastava, a bomba não poderia estar suspensa no ar, então foi rebaixada para a posição

conveniente: 'entre a porta e o quadril do sargento'. As folhas mencionadas não são relativas às perícias e sim aos depoimentos de 'peritos testemunhas' e nenhum deles afirmou que a bomba explodiu 'entre a porta e o quadril do sargento'".

— "No que tange a esta conclusão, basta que se analise a fotografia distribuída, para se concluir no sentido inverso. Não há como se negar a evidência. Quanto aos pêlos 'crestados e chamuscados', importante que se ressalte que ocorreu um impacto de explosivo e não por fogo, o que explica o estado dos pelos pubianos e torácicos".

— "Estamos diante de dois fatos que considero da maior gravidade para o crédito e responsabilidade das instituições militares e do egrégio Superior Tribunal Militar. O primeiro se prende ao malfadado IPM, em si, em tudo o que se contém, desde as duas portarias de nomeação de seus encarregados até o Relatório e a Solução. O procedimento de uns poucos militares não pode comprometer a grandeza de uma Força Armada do porte do Exército de Caxias".

— "Porventura a declaração de indignidade para oficialato que por vezes decidimos, com perda de posto e patente de oficiais corruptos e peculatários, dos mais elevados postos, tem abalado o prestígio de suas Forças Armadas de origem?

— Não! A impunidade, sim, levaria suas Forças à desgraça. O segundo fato, bem mais grave no meu entendimento, é o que poderá suceder com o referido inquérito, depois de ter transposto os umbrais desta sala, sob o mote 'Deus é o teu direito', que, em cada sessão a que comparecemos, nos avisa à consciência, o cumprimento do dever. Não podemos e nem devemos aceitar e percorrer os caminhos tortuosos traçados na fase do inquérito. Neste momento, a responsabilidade pelo andamento dos autos cabe à Justiça Militar, onde não é lícito procurarmos filigranas jurídicas para encobrirmos fatos e nos desviarmos da reta da verdade. A simples leitura do IPM, com suas inúmeras falhas, omissões, contradições e torceduras, nos leva à convicção de que o mesmo foi montado no sentido de que a verdade não flutuasse. Ela, a verdade, permaneceu submersa ao transpor as áreas do Ministério Público Militar. Em todas as manifestações do órgão que tem o direito da ação como representante da lei e fiscal de sua execução, tanto em primeira como em segunda instância, observa-se, claramente, a preocupação de obscurecer a verdade e colocar uma pedra em cima do IPM. É necessário que esta egrégia Corte mantenha sua reconhecida independência e possibilite a retirada das poitas que até agora não deixaram flutuar a verdade neste lamentável caso. O Ministério Público Militar é o dono da ação penal mas não é o dono da verdade. Não estamos aqui para fazer um julgamento de conveniência".

"Em matéria de revisão, provas novas são também aquelas que, embora já produzidas no processo em que foi condenado o requerente, não

foram antes avaliadas pela sentença". Pelo exposto e considerando como novas provas na acepção agasalhada por todos os eminentes juristas citados:

1. Aquelas que, apesar de já existentes nos autos, não foram devidamente valorizadas pelo Juiz-Auditor:

a) Laudo de exame de local de explosão com morte do Instituto Carlos Éboli (fls. 63/67). Do qual consta, expressamente, que a bomba explodiu sobre o banco dianteiro do Puma.

b) Auto de exame cadavérico do Instituto Afrânio Peixoto (fls. 86/87). Do qual exsurge, a toda evidência, a impossibilidade de o epicentro da explosão situar-se onde pretende o encarregado do inquérito e, sim, sobre o colo do Sargento Rosário,

c) Laudo pericial do Pelotão de Investigações Criminais do 1º BPE (fls. 106/109). Do qual constam fotografias de nº 9, 11 e 12, de nitidez impressionante, que nos dão absolutamente convicção acerca do epicentro da explosão. Este laudo conclui, expressamente, que a explosão se deu "de encontro ao corpo da vítima fatal",

d) Auto de exame de corpo de delito do Capitão Machado, realizado no HCE (fls. 353/355). Que torna inválida, pelas lesões descritas, a tese defendida pelo encarregado do IPM.

2. As que não foram produzidas no curso do inquérito,

a) Boletim de Socorro e Prontuário Clínico referente ao Capitão Machado e solicitados ao HMC.

b) Apurações, a fim de serem identificados o telefone de nº 208-7742 bem como o agente Aloísio Reis, com a consequente tomada de depoimento deste, c) Oitiva, como testemunha, do fotógrafo que teve os filmes velados pelo Detetive Geraldo,

d) Acareação entre o mesmo Detetive e o Comandante do 18º BPM, Coronel PM lle Marlen Lobo Pereira Nunes, tendo em vista a divergência entre as declarações de ambos,

e) Esclarecer o paradeiro do Sargento Guilherme do Rosário entre as 17 e 20.30h do dia 30-4-81.

f) Esclarecer a retirada do Passat do sargento do Posto de Gasolina Carbat.

g) Acareação entre o Capitão Machado e a testemunha João de Deus.

h) Esclarecer acerca do policiamento do Riocentro, bem como os pontos apontados pelo Coronel Dickson Melges Grael, que fazem parte integrante do IPM do Riocentro. Por todo o exposto, meu voto é no sentido de, conhecendo a presente Representação, deferi-la, a fim de que se instaure novo Inquérito Policial Militar, de acordo com o artigo 10, "d do CPPM.

O STM, no dia 2-10-81, por dez votos a quatro, manteve o arquivamento definitivo do IPM do Riocentro, ao contrariar o voto do

Ministro Bierrenbach que pediu a abertura de novo inquérito para que o Capitão Machado fosse ouvido em uma auditoria como acusado, "a menos que o Ministério Público Militar seja levado ao descrédito".

O Almirante Andersen Cavalcante acompanhou integralmente o voto do Almirante Bierrenbach. Os Ministros Gualter Godinho (civil) e Deoclésio Lima de Siqueira (Brigadeiro) pediram ao STM para que o reabrisse ou determinasse a abertura de outro inquérito.

Votaram pela manutenção do arquivamento do IPM os Generais Reinaldo Mello de Almeida, José Fragomeni, Carlos Alberto Cabral Ribeiro e Dilermando Monteiro, o Almirante Sampaio Fernandes, o Brigadeiro Antônio Geraldo Peixoto, e os civis Jaci Guimarães, Seixas Teles, Rui de Lima Pessoa e Jorge Romeiro.

Não votou o Brigadeiro Faber Cintra por ser o Presidente do STM. Os quatro ministros generais repudiaram os termos do voto proferido pelo Almirante Bierrenbach. Foi convocada, por iniciativa do General Reinaldo Mello de Almeida, uma sessão secreta, onde, segundo a imprensa, pretendiam os ministros representantes do Exército manifestar seu protesto pelo modo como se julgaram atingidos, almejando assim a retratação do Almirante Bierrenbach, o que não foi conseguido.

O Almirante Bierrenbach distribuiu nota à imprensa divulgando seu voto. É publicada também uma declaração assinada pelo General Carlos Alberto Cabral Ribeiro, acompanhado pelo General José Fragomeni, de onde destaca-se: "Nosso silêncio poderá parecer uma aceitação de que seja posta em dúvida a instituição de Caxias, a honradez de seus mais altos chefes, ensejando que a Nação sinta-se insegura e os militares menos graduados do Exército, perplexos, tornem-se presas fáceis de envolvimento, por aqueles maus brasileiros interessados na quebra da hierarquia e da disciplina militares".

— "Resta-me, ainda, e finalmente, tornar bem claro que nesta Egrégia Corte castrense, continuo como General de Exército da ativa e nesta condição, com este protesto, tomo o meu efetivo lugar junto à instituição ofendida injustamente, formando ao lado daqueles que merecem a confiança irrestrita da Nação, mantendo a crença inabalável nessa instituição, com o apoio de nossos pares e de nossos subordinados".

No dia 9-10-81 o Almirante Bierrenbach divulga nota em que repudia as críticas que recebeu do General Cabral Ribeiro e do Ministro do Exército General Walter Pires. Afirmou que o General Cabral Ribeiro "pretendeu carrear para si uma espécie de solidariedade, ou apoio, de membros do Exército brasileiro, desconhecedores do conteúdo do IPM ", e, mais adiante: "Como é fácil verificar, já disponho de elementos suficientes para chamar à responsabilidade o Exmo. Sr. Ministro General de Exército Carlos Alberto Cabral Ribeiro e poderia fazê-lo também com seu colega que, ocupando elevado cargo no Poder Executivo, indevidamente manifestou-se". Já encerrando sua nota: — "Finalmente, como Juiz Militar,

jamais admitirei que quaisquer discussões, no curso de julgamento do STM, sejam interpretadas como supostas posições antagônicas das Forças Armadas de meu país que estão e devem sempre estar irmanadas".

— "Portanto, mantenho *in totum* os termos do voto por mim proferido em sessão aberta do STM e repudio, com veemência, a nota lida, isoladamente, fora de voto, em sessão aberta, pelo Ministro General Carlos Alberto Cabral Ribeiro, no plenário do Egrégio Superior Tribunal Militar, bem como os termos da mensagem a S. Exa. dirigida pelo Exmo. Sr. General de Exército Walter Pires de Carvalho e Albuquerque, Ministro do Exército, que deixou de ser correspondência particular no momento em que foi divulgada pelo Ministro do Exército a toda a imprensa".

Já em outubro de 1982 é aprovado por decurso de prazo o projeto de lei do Governo que extingue o cargo de auditor corregedor da Justiça Militar, após ter permanecido na pauta por dez sessões consecutivas sem obter aprovação. É o primeiro projeto aprovado por decurso de prazo em consonância com as novas normas constitucionais.

A decisão de extinguir o cargo, entretanto, surgiu após o Auditor Corregedor Célio Lobão pedir que fossem desarquivados os inquéritos referentes ao atentado a bomba ocorrido no Riocentro, no Rio de Janeiro, e ao sequestro do jurista Dalmo Dallari, em São Paulo. Declara Lobão que com base na inconstitucionalidade que sustenta da lei recém-aprovada, oportunamente pedirá a sua anulação ao Supremo Tribunal Federal.

No dia 30-4-84, exatamente três anos após as bombas do Riocentro, o Supremo Tribunal Federal decide por unanimidade pela recondução do Juiz Célio Lobão ao Superior Tribunal Militar face a mandado de segurança por ele impetrado.

MANIFESTAÇÕES NO CONGRESSO NACIONAL

Mesmo antes da conclusão do IPM, já havia entre os parlamentares, especialmente os da Oposição, uma conscientização de que algo teriam de fazer, face à gravidade dos acontecimentos e à incerteza quanto aos propósitos de apuração de toda a verdade sobre os mesmos. Os documentos que integram o Caderno Iconográfico, elaborado pelo Coronel Dickson, expressando a sua verdade sobre os acon tecimentos e suas sugestões, foram lidos, ou o seu conteúdo apresentado, a partir de 9-5-84, a vários políticos, entre eles Severo Gomes, do PMDB, Roberto Saturnino, do PDT, Teotônio Vilela, do PMDB, Magalhães Pinto, do PP, Jorge Vargas, do PP, Rafael de Almeida Magalhães, do PMDB, e Modesto da Silveira, do PMDB.

A Herbert Levy, do PP e Luiz Cavalcanti, do PDS, diligenciou Dickson que fossem informados por um amigo comum. A reação desses parlamentares às primeiras atitudes oficiais face ao "caso", já eram de desagradável surpresa, e a partir das novas informações e suspeições trazidas pelo Coronel Dickson, passavam às raias da estupefação.

Sentiu Dickson que a grande maioria dos parlamentares, e de outras entidades contatadas, concordavam que realmente algo deveria ser feito, porém junto à própria Presidência da República. Em Brasília, a partir de um perfeito entendimento entre Roberto Saturnino e Nilo Coelho, líderes, respectivamente, do PMDB, e do Governo no Senado, teve início o que veio a ser um fato político inédito, na história recente do país — a articulação dos partidos da Oposição e do Governo, da Ordem dos Advogados do Brasil, e da Associação Brasileira de Imprensa.

Poucos dias depois, o Presidente João Baptista Figueiredo passou a contar com um apoio inestimável — a solidariedade do Congresso e da Sociedade civil, para que o mais alto mandatário resolvesse de vez o problema do Riocentro, e, com ele, o do terrorismo no Brasil.

Com tal frente nacional contra o terror, o projeto de abertura do Presidente ganhou legitimidade; os partidos e o Congresso voltaram a ocupar o lugar que lhes competia no seio da Nação. Roberto Saturnino em um memorável discurso, no Senado Nacional, disse:

"A Nação, que repudiou a loucura da guerrilha esquerdista, agora exige um paradeiro à insanidade desses desesperados que anteveem o clarão da liberdade despertando neste País. E todo este Brasil se volta naturalmente para a figura de seu Presidente, que jurou fazer dele uma democracia. O Presidente tem na mão a ponta do fio de Ariadne, que lhe possibilita desvendar todo o sinistro labirinto. Se o fizer, terá o respeito da história e o aplauso da Nação. De nós, da Oposição, também terá o aplauso, o aperto de mão, a mão estendida no reconhecimento. Se precisar de nós, o Presidente, a qualquer momento, que nos convoque, que conte

conosco para esta tarefa específica. Se não o puder, e, vejam bem, não digo se não o quiser, porque sei que ele quer, mas, se não o puder, a escalada do terror prosseguirá no inexorável rumo da tragédia nacional".

Na mesma oportunidade ocupa a tribuna o líder do Governo e afirma:

"... Não estava ali para comentar ou defender notas apressadas de autoridades que não deviam ter falado".

Liquidava ele, assim, as versões apresentadas, desde os primeiros momentos, pelas autoridades militares.

Jarbas Passarinho, Presidente do Senado, é encarregado pelas bancadas do PDS, PMDB e PP de levar ao Presidente o apoio geral para encetar a luta contra o terrorismo. Em contrapartida, traz do Presidente a garantia de que tudo seria apurado.

No dia 7-5-81 os presidentes dos quatro partidos de Oposição e seus líderes parlamentares convidaram o Presidente do PDS, Senador José Sarney, e seus líderes parlamentares, para um encontro, sob a presidência de Bernardo Cabral, da OAB, e Barbosa Lima Sobrinho, da A B I (Associação Brasileira de Imprensa), no qual se passou um cheque em branco ao Presidente Figueiredo para que o utilizasse para aniquilar o terror. Sarney foi credenciado pelos partidos de Oposição para levar o "cheque em branco" ao Presidente. No fim da tarde de 30-6-81, pela liderança do PDS, coube ao Deputado Carlos Alberto revelar o relatório da conclusão do IPM do Riocentro, presentes 22 deputados oposicionistas e 11 da situação.

Cinco minutos depois de iniciada a leitura, os oposicionistas começaram a pedir apartes que não lhes eram concedidos: como insistiam, a presidência mandou cortar o som dos microfones de apartes. Frustrados e revoltados com o que ouviam, os oposicionistas alegaram que não era preciso prosseguir na leitura, pois o relatório "é uma farsa". Ato contínuo, retiraram-se da sessão.

Depois de não aceitar proposta do Deputado Francisco Pinto de se processar o Presidente Figueiredo por crime de responsabilidade, a exemplo do promovido por Rui Barbosa contra o Presidente Hermes da Fonseca, no caso da morte de oito pessoas em Recife, decide, no entanto, a Comissão Executiva do PMDB, externar a sua desconfiança, na nota que se segue:

"Consumou-se o que a Nação angustiada receava: o inquérito sigiloso realizado sob atmosfera de apreensão e suspeita, não identificou culpados, não esclareceu os fatos, não revelou a verdade. Compromete-se a autoridade do Governo com a omissão em mais um grave episódio que se vem somar a uma centena de atentados terroristas, vitimando personalidades e entidades as mais respeitáveis, enquanto investigações comuns de assaltos a bancos ou a pessoas de projeção social ligadas ao atual sistema de governo se processam rapidamente, com a prisão dos responsáveis. O Governo declara repudiar o

terrorismo mas o alimenta de duas formas: primeiro, quando foge à realidade, escapa da responsabilidade da apuração clara e rigorosa, multiplica a impunidade. Segundo, quando utiliza implicitamente as ações terroristas para tentar impor a deformação do pleito eleitoral através de casuísmos, conformando-o aos seus interesses e não à vontade popular. A punição dos atos terroristas incumbe ao Governo, que sequer pode alegar lhe falte a necessária sustentação da sociedade para o indispensável cumprimento desse dever. Frustrado foi o apoio que as oposições lhe deram em hora dramática de nossa história, unicamente para proceder com rigor às investigações do atentado do Riocentro. Seria ingênuo, e até mesmo insultuoso, supor que o povo possa esquecer os crimes e não mais exigir as punições. A Nação não aceita a versão anunciada, que contraria as evidências mais claras levantadas pela imprensa e pela opinião pública, comprometendo a imagem das Forças Armadas. Não dispomos de força policial nem órgãos de investigação. Nossa responsabilidade, nossa obrigação é de denunciar, em consonância com o sentimento de todo o país, o encobrimento da verdade. A inconformidade, nossa e da sociedade, se manifesta no completo repúdio às conclusões do inquérito hoje divulgadas. A resposta da nação é a indignação. Ao Presidente da República cabe a responsabilidade pelos fatos e pela tranquilidade e segurança dos cidadãos e instituições. A nação aguarda que o Chefe do Governo não aceite as conclusões divulgadas, para não se tornar por elas responsável. O PMDB, sintonizado com a opinião pública, continuará promovendo, além das denúncias, medidas definidoras das responsabilidades procuradas".

O PT fez publicar a seguinte nota:

"A liderança do Partido dos Trabalhadores entende que o relatório divulgado pela autoridade encarregada do IPM Riocentro apresenta deformações quanto às conclusões e vícios com relação à forma. Em nenhum momento se explicou o porquê da incomunicabilidade do Capitão Wilson Machado, principalmente agora que se conclui que esse militar foi vítima. Não se entenderam as honras militares post mortem conferidas ao Sargento Guilherme Pereira do Rosário, uma vez que até então não se sabia o resultado do inquérito. A liderança do PT gostaria de saber por que não foi feita a reconstituição dos fatos, conforme estabelece o Artigo 13, parágrafo único, do Código de Processo Penal Militar. Também não entende por que não foi ouvida uma das principais testemunhas, a estudante Andréa Neves Cunha, que transportou o ferido para o Hospital Miguel Couto, conforme estabelece o mesmo Artigo 13, letra D, do CPPM.

É de se lembrar que a 'autoria desconhecida' tem sido a conclusão de todos os inquéritos constituídos para apurar os últimos atentados praticados desde o sequestro do bispo de Nova Iguaçu, passando pelas bombas na A B I e na OAB com vítima fatal, às bancas de revista e ao jornal Tribuna da Imprensa, fatos que revelam no mínimo a incompetência das autoridades policiais militares no nosso país. Todavia, quando apuravam ações políticas de grupos políticos de esquerda e contrários ao Governo, nunca remeteram um

IPIvI à Justiça Militar sem apontar os autores. Por fim, é deformadora da verdade a conclusão de que os fatos tipificam crime militar, isto porque mesmo na hipótese do relatório, em que os militares são apresentados como vítimas, não estamos diante de crime militar, porque o animus teria sido o de atingir militares no cumprimento de missão de segurança, ou o bem jurídico atingido teria sido a instituição militar, visando denegri-la. Nas duas hipóteses, que são as soluções do relatório do IPM, estamos diante de crime contra a segurança nacional. Porém, a definição mais clara seria a de crime praticado contra multidão, que se reúne em próprio estatal, quando então mais típica está a infração à Lei de Segurança Nacional. Portanto, se o Comandante do I Exército não avocou o inquérito para dar-lhe solução diferente, esperamos que o representante do Ministério Público, com base no Artigo 26 do CPPM, requeira a devolução do inquérito à autoridade policial militar para que o refaça".

Da nota do Partido Democrático Trabalhista extraiu-se:

"A nação brasileira tomou conhecimento, estarrecida, da explosão das bombas no Riocentro, onde se realizava um espetáculo artístico, assistido por mais de 15 mil pessoas. A confusão gerada pelas várias versões dadas ao fato envolvendo os militares que ali se encontravam foi tanta que os Partidos de Oposição, a OAB e a ABI, inclusive, com uma nota da CNBB, reunira-se, pela primeira vez, para hipotecar solidariedade ao Presidente da República, em nome da sociedade brasileira. Essa reunião, acontecimento histórico, procurava estimular o Presidente da República a apurar devidamente o fato até às últimas consequências. As interpretações sobre o acontecimento alimentaram a opinião pública durante todo esse tempo. Agora, é anunciado o resultado do Inquérito Policial Militar, informando que os militares envolvidos teriam sido vítimas de um atentado cujos autores não foram identificados. O resultado a todos surpreendeu, principalmente àqueles que tinham conhecimento dos indícios e das circunstâncias em que o fato ocorreu.

A bancada do Partido Democrático Trabalhista (PDT) acha que assim como os partidos, através de seus presidentes, a OAB e a ABI se reuniram para, em nome do País, solidarizarem-se com o Presidente da República apoiando a apuração do fato, devem, em nome dessa sociedade, também, reunir-se imediatamente para examinar com detalhes o resultado do IPM e dizer à Nação se estão ou não de acordo com o resultado".

No Partido Popular, o seu presidente, Senador Tancredo Neves, cauteloso, declara não estar em condições de avaliar o fato sem antes examinar "peça por peça" o relatório do I Exército. Já o Secretário-Geral do Partido, Deputado Miro Teixeira, embora também tenha evitado comentar o relatório, foi enfático:

"O que ouve no Riocentro foi um acidente de trabalho. Não acredito na possibilidade de o sargento e o capitão terem sido atingidos por terceiros". Depois de opinar que os políticos não se devem calar sobre o episódio, como forma de assegurar o pleito de 1982, volta a declarar: "O episódio do Riocentro trans-porta-nos para um período negro de nossa história, o qual já julgávamos

superado. A repulsa a conclusões equivocadas e desrespeitosas deve ser manifestada para que não paguemos no futuro pelo crime do nosso silêncio".

Quanto ao partido da situação, o PDS, seu líder na Câmara, Deputado Cantídio Sampaio, afirmou:

"O inquérito pode até não ser aceito, se de fato à Justiça parecer que suas conclusões não se afinam com a verdade".

A época dos acontecimentos do Riocentro funcionava no Congresso a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para a ação terrorista no país. Interrompidos os seus trabalhos nos primeiros dias de maio de 1981, a CPI somente voltou no dia 6-8-84. Os Deputados Euclides Scalco e Modesto da Silveira, ambos do PMDB, eram de parecer que a CPI deveria requisitar as peças do IPM, convocar o Coronel Job, o Capitão Machado e o Coronel Dickson. O Deputado ítalo Conti do PDS, relator da Comissão, descartou a possibilidade de se admitir a convocação de Dickson, alegando ser provocação a convocação de qualquer militar.

Quatro dos integrantes da CPI, o Senador Franco Montoro, e os Deputados Euclides Scalco, Modesto da Silveira e Péricles Gonçalves, requerem que sejam solicitadas todas as peças do IPM do Riocentro e no seu requerimento afirmam que "se reservam o direito de requerer a presença de todas as pessoas e autoridades que possam prestar esclarecimentos complementares à CPI". A bancada do PDS na CPI coloca-se contra. Durante a discussão que seguiu, Modesto da Silveira, respondendo ao Deputado Erasmo Dias, disse: "Um inquérito nunca é terminado ou fechado, podendo ser aberto na hora em que se fizer necessário para complementação de investigações. O conhecimento do IPM, e talvez convocações de pessoas envolvidas nele, poderiam levar a CPI a um efetivo conhecimento do atentado do Riocentro".

Conseguindo o Presidente da CPI, Senador Mendes Canale, a prorrogação por mais sessenta dias do prazo de encerramento dos trabalhos da CPI, voltou a ser possível a convocação de Dickson, do primeiro encarregado do inquérito, Coronel Prado Ribeiro, Coronel Job e outros elementos. Mesmo assim a CPI do Terror não conseguiu a sua oportunidade de penetrar na intimidade dos fatos e de procurar contribuir para que toda a verdade fosse conhecida. Cogitou-se da criação de uma CPI específica para tratar dos acontecimentos do Riocentro, o que, naquela oportunidade, concluiu-se ser impossível, pela reação contrária do partido do Governo em maioria no Congresso.

OUTRAS IMPRESSÕES SOBRE O ATENTADO

O autor alinha cronologicamente pronunciamentos, notícias, declarações, publicadas pela imprensa e que segundo lhe consta não foram desmentidas:

— General Gentil Marcondes, General do I Exército.

Ao ser indagado sobre se o Capitão Machado era vítima ou autor das explosões, respondeu: "É vítima, óbvio, até que se possa provar o contrário". Disse ainda que "se tratou de um atentado, intencional ou não". Em entrevista, no hospital, afirmou que o "impacto maior é o da mentira" e prometeu: "O que for apurado será divulgado; temos interesse nisso" (JB, 2-5-81).

— Ibrahim Abi-Ackel, Ministro da Justiça:

"Esta bomba explodiu dentro do Governo" (JB, 2-5-81).

— Uma fonte do Palácio do Planalto: "Surgiu o primeiro fio da meada que poderá permitir um levantamento completo do esquema do terror" (JB, 2-5-81).

— Em resposta à missão do Presidente do PDS, Senador José Sarney, de levar um "cheque em branco" dos partidos de Oposição, da OAB e da A B I (7-5-81) ao Presidente Figueiredo, distribuiu-se a seguinte nota:

"O Presidente da República recebeu, através do Senador José Sarney, a mensagem de solidariedade e apoio de todos os partidos ao seu projeto de abertura política, na luta contra a violên cia tipificada no terrorismo. O Presidente da República reconheceu que o combate ao terrorismo, doença que assola a maioria das nações, é uma luta difícil, principalmente devido às diferentes formas e razões de suas manifestações. O Presidente da República acentuou que a melhor maneira de atender aos objetivos da manifestação dos partidos políticos é reiterar que seu governo cumprirá o dever de manter a nação em paz, para o que sempre contou com o apoio das Forças Armadas, mantenedoras da ordem e guardiãs das instituições". As explicações colhidas pelos jornais, junto a fontes ligadas ao governo, para a decepcionante nota do Presidente incidiam no sentido de atribuir à nota a intenção de evitar que se estabelecesse um confronto entre a elite política, representativa da sociedade civil, e as Forças Armadas. Diante de uma clara ameaça de radicalização, provocada pelas bombas do Riocentro, o governo preferiu o caminho da conciliação, logo que sentiu a ameaça de se estabelecer um confronto entre as Forças Armadas e a sociedade civil, representada pelos dirigentes e líderes partidários que se solidarizaram com o governo para combater o terrorismo. Dentro do quadro de decepção em que se viram envolvidos os dirigentes e líderes oposicionistas destacam-se alguns pronunciamentos: Barbosa Lima Sobrinho, Presidente da ABI, considera que a nota do Palácio do Planalto "revela as dificuldades que o Presidente Figueiredo encontra para ser mais explícito". Bernardo Cabral, Presidente da OAB, considera natural a "cautela" do Palácio do Planalto diante do atentado do Riocentro, "mas é importante também que o povo não fique frustrado no seu desejo de saber como anda a coisa". Leonel Brizola, Presidente do PDT: "A nota ficou aquém das expectativas"; "... a nação está escandalizada e perplexa". " H á uma suspeita generalizada: primeiro de que vem funcionando um aparato terrorista dentro da estrutura do Estado, agindo

portanto à custa do dinheiro público, quando a população vive privações; segundo, que se venha a encobrir, como até agora, este episódio chocante do Riocentro, envolvendo militares do DOI-CODI". Ivete Vargas, Presidente do PTB: "Fazer declarações violentas, nesse momento, não seria prova de coragem, mas de temeridade".

— Tancredo Neves, Presidente do PP:

"A nota decepciona porque não está à altura da grandeza e das elevadas inspirações patrió ticas que uniram os partidos de Oposição para o respaldo que deram ao Presidente na luta contra o terrorismo".

— Luiz Inácio da Silva, Presidente do PT:

"Não me admiro de seu conteúdo vago, porque, na verdade, o governo não fez nada para conter o terror e é uma ingenuidade das oposições solidarizarem-se com este regime"; "... o regime está mesmo sustentado no poderio das Forças Armadas e não do povo". Observou que "o governo militar pós-64 empenhou-se na implantação de um 'vasto aparato' repressivo e, agora, mesmo que pretenda desativá-lo não tem forças para isto".

— Marcos Freire, líder do PMDB no Senado:

"É uma das notas mais anódinas que se tem notícia neste país"; "... não se define qual é a paz que o governo manterá. Houve um período na História recente desse país em que o Executivo mantinha a paz, mas isso se dava, se é que se dava, à custa da liberdade, quando nas prisões políticas se praticavam terríveis violações dos direitos humanos".

— Odacir Klein, líder do PMDB na Câmara:

"A nota parece demonstrar até que não há interesse maior em aprofundar as investigações, pois o Presidente diz que é difícil a descoberta dos culpados. Infelizmente o gesto dos presidentes dos partidos não teve de parte do Presidente da República a devida correspondência".

— Thales Ramalho, líder do PP na Câmara dos Deputados:

"A nota do Presidente se presta a muitas interpretações. É meio obscura. No meu entendimento, o ponto principal é onde ele procura separar as Forças Armadas, como instituições permanentes, dos resíduos radicais".

— Alceu Colares, líder do PDT na Câmara:

"... a posição dos partidos oposicionistas implica também uma cobrança pública no sentido de que o governo tanto quanto possível ultime as investigações e aponte à nação os responsáveis pelos atentados terroristas que vêm intranquilizando toda a sociedade".

— Airton Soares, líder do PT na Câmara:

"Fomos ludibriados porque queríamos uma ação da sociedade em repúdio contra o terrorismo".

— Finalmente, da nota de IJlysses Guimarães, Presidente do PMDB:

"O que a OAB, a ABI, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e os partidos políticos autorizaram o Senador José Sarney dizer ao

Presidente João Baptista Figueiredo, sobre o nefando atentado verificado no Riocentro, não foi qualquer apoio ao projeto de abertura, sequer referido. Foi insofismável, inclusive pelo relato imparcial da imprensa, do rádio e da televisão, que as referidas entidades apoiaram o Presidente da República estritamente para o cumprimento de seu dever fundamental de apurar o crime cometido no Riocentro e punir os responsáveis. A nação não aguardava da esperada fala presidencial o diagnóstico óbvio de que a luta contra o terrorismo é difícil. Governo existe para enfrentar e resolver problemas difíceis, como, por exemplo, vencer uma guerra, punir o terrorismo, eliminar a inflação, conter o custo de vida. Num regime democrático, o governo derrotado pelos problemas é substituído por outro, como acaba de acontecer na França, em que seu Presidente Valéry Giscard perdeu o emprego porque seu governo desempregou milhões de trabalhadores. Em outros países há o terrorismo, mas como regra há punição. No Brasil, em quase 100 atentados, coincidentemente e como agravantes direcionados somente contra a Oposição e setores que lutam contra a injustiça social, como a Igreja, nada se apurou, muito menos puniu. O governo é o responsável por essa clamorosa impunidade. E a impunidade encoraja novos crimes. A escalada terrorista no Brasil comprova isso. Iniciou-se com telefonemas, cartas e bombas de efeito intimidativo, ousando a seguir, porque não foi contida, através de incêndios em bancas de jornais, ataques a sedes partidárias, a residências e a pessoas, como o bárbaro assassinato ocorrido na OAB, culminando no vergonhoso episódio do Riocentro, que poderia atingir a multidão que assistia pacificamente a um espetáculo musical, com trágicas consequências. Se o Presidente da República quer manter a nação em paz, como diz sua nota, deve determinar a efetiva e rápida apuração e punição dos que atentam escandalosamente contra sua segurança, como já há 10 dias o fizeram no Rio de Janeiro. A expectativa da nação era de que o Presidente da República anunciasse providências concretas. O pronunciamento frustrou essa confiança, o que é muito grave, quando se trata de segurança e ordem públicas".

— Em sua coluna do JB de 6-6-81, o jornalista Carlos Castello Branco declara:

"O homem-chave para esclarecer os fatos ocorridos no Riocentro não é o Capitão Wilson Chaves Machado. É o Presidente Figueiredo... O problema do DOI-CODI, da sua sobrevivência, da sua missão especial, das suas prerrogativas — ele mantém prerrogativas que foram negadas ao Congresso Nacional — e que é crucial dentro do processo de democratização a que se devota o Presidente da República. Organismos de emergência, criados para articular as diversas forças empenhadas na repressão à subversão esquerdista e unificar o seu comando, eles sobreviveram à subversão a ponto de abrigar em seus quadros agentes de uma nova subversão, a que pretende impugnar a democratização do país e

criar problemas ao Presidente da República e à nação".

Em nota oficial (5-6-81), do Gabinete do Ministro do Exército, informa-se que o Coronel Luiz Antônio de Prado Ribeiro, que foi inicialmente designado para encarregado do IPM, encontra-se baixado ao Hospital Central do Exército desde o dia 18 de maio para observação e, submetido à junta de saúde, foram-lhe recomendados 30 dias de licença para tratamento de saúde. "O Sr. Ministro recomenda, outrossim, a todos os comandos e elementos subordinados que, a respeito do atentado ocorrido no Riocentro, só devem ser acolhidas as informações procedentes dos órgãos oficiais, especialmente do Comando do I Exército e da cadeia de comando, a fim de evitar deturpações forjadas por elementos infiltrados em órgãos de divulgação, interessados tão somente em confundir a opinião pública e em instilar a desarmonia no seio da instituição".

Logo após ter sido o Presidente Figueiredo informado sobre as conclusões do IPM, tarde de 30-6-81, é divulgada a palavra do porta-voz do Planalto: "... compete ao Executivo a apuração da autoria do atentado: mas há a barreira do possível. Apurou-se aquilo que as evidências indicam. Agora, se você não tem indicação testemunhal e nem fatual, o crime permanece insolúvel, como há milhares na Terra".

O jornal Folha de São Paulo, de 3-7-81, publicou, sem comentar, o seguinte: "O Deputado Airton Soares, líder do PT na Câmara Federal, recebeu ontem em seu gabinete um estranho telefonema: 'Deputado, aqui é o Coronel Amauri, do gabinete do Ministério do Exército. Um momento que o Ministro Pires quer falar com o senhor', disse uma voz. Logo em seguida, outra voz se fez ouvir: 'Recebi um ofício seu. Foi o senhor que mandou?' — perguntou o novo interlocutor, referindo-se ao manifesto 'A Nação Contra o Terrorismo' em que 63 parlamentares hipotecam solidariedade ao Tenente-Coronel Nivaldo Melo de Oliveira Dias, preso por ter se manifestado contra o encaminhamento do IPM do Riocentro, protocolado anteontem por Airon Soares no Ministério do Exército.

O deputado confirmou, e ouviu então um sonoro e impublicável palavrão, seguindo-se o desligar do aparelho. Soares, perplexo, ligou em seguida para o Ministério do Exército, onde foi informado que, efetivamente, ali existe um Coronel Amauri Sá Freire, Assistente-Secretário do Ministro Walter Pires. Naquele momento, contudo, o coronel não podia falar com o deputado porque estava despachando com o ministro em seu gabinete. À noite o Coronel Amauri recusou-se a comentar o fato, enviando os jornalistas para o Centro de Relações Públicas do Exército onde os encarregados pelo órgão limitaram-se a informar que o episódio é 'desconhecido'".

No dia 6-10-81, o Ministro do Exército, General Walter Pires, enviou telegrama ao Ministro do STM, General Carlos Alberto Cabral Ribeiro, no qual, sem citar o nome do Ministro Júlio de Sá Bierrenbach, agradeceu ao primeiro por haver defendido o Exército das acusações do autor do voto

contrário ao arquivamento do IPM do Riocentro. Foi distribuído pelo Centro de Comunicação Social do Exército à imprensa o telegrama do Ministro Walter Pires ao Ministro Cabral Ribeiro:

"Condição Comt. Superior Exército, tenho honra dirigir-me V Exa a fim manifestar profundo reconhecimento sua atitude digna e desassombrada ao assumir defesa nossa instituição, vítima graves e descabidas ofensas, que causaram todos seus componentes justa indignação. Gesto V Exa que constitui expressiva e nobre demonstração solidariedade Exército, cujos quadros V Exa honra e dignifica, representa justa reparação insultos proferidos de maneira insólita, fazendo crer busca evidência e promoção pessoal por quem deveria ter isenção e seriedade. Em respeito independência e harmonia poderes constituídos, somente agora, após pronunciamento viril V Exa, julguei oportuno tornar pública repulsa gratuitas acusações Exército, cuja grandeza moral toda nação reconhece". Walter Pires — Ministro do Exército.

O Ministro interino da Marinha, Almirante Albano de Aratanha, entrevistado sobre o episódio, disse que, na democracia que o país procura, deve haver independência de poderes. Disse mais: "O Ministro Bierrenbach é meu juiz e tem o direito de divergir. Se o Judiciário acha que ele está se excedendo, é ele que deve tomar providências e não o Executivo, senão voltaremos a épocas a que não queremos jamais retornar. Não deve haver interferência de um poder no outro".

Indagado sobre o telex, o Presidente do STM, Brigadeiro Faber Cintra, comentou que se trata de correspondência particular, que não atinge a independência do Tribunal. "É mensagem de general para general, e por isso eu não vou me manifestar".

Sob o título de "Divergências no Governo", o jornalista Castello Branco publicou no *Jornal do Brasil* de 8-10-81:

"Assim como houve votos divergentes no Superior Tribunal Militar quanto ao arquivamento do inquérito do Riocentro, também no governo há opiniões divergentes a tal ponto que não se sabe quem está interpretando com nitidez o pensamento desse mesmo governo, tecnicamente uno, na realidade múltiplo". Após o jornalista resumir o que tornaram público os Ministros do Exército e da Marinha, continua: "O Ministro da Justiça, intérprete do Presidente que está formalmente no governo, resumiu de modo magistral sua opinião: 'Nos órgãos colegiados do Poder Judiciário nunca há crise. Há votos vencedores e votos vencidos. Não há corrente dissidente na Justiça'. Crise, se há, é portanto no Poder Executivo, cujos expoentes divergem em questão institucional. Ao Ministro do Exército não lhe bastou ter ganho no Superior Tribunal Militar. Ele queria ganhar sem que houvesse críticas ao inquérito".

Sobre o incidente, a edição da revista Veja, de 14-10-81, publicou: "A solidariedade do ministro do Exército ao general, ainda que teoricamente pessoal, interferiu no equilíbrio entre os poderes, pois

Bierrenbach votou como juiz. A atitude do General Pires foi identificada entre almirantes e generais de Brasília como a estreia de seu chefe de gabinete, General José Luiz Coelho Netto, hoje o principal expoente da 'linha dura' no Exército".

Ainda na mesma edição da revista Veja, sob o título: "Golbery avisou que o IPM ressuscitaria":

"O retumbante arquivamento do IPM do Riocentro no STM reforçou uma profecia formulada pelo General Golbery do Couto e Silva no início de agosto, durante a reunião em que comunicou ao Presidente João Figueiredo e aos Generais Danilo Venturini e Octávio Aguiar de Medeiros sua disposição de deixar o Gabinete Civil da Presidência da República. 'E esse IPM vai ser desenterrado contra vocês durante a campanha eleitoral', avisou Golbery. Dado o recado, o general que saía foi particularmente enérgico com o chefe do SNI, General Medeiros. 'Vou passar o resto dos meus dias trabalhando para que você não seja o presidente da República, porque você não tem preparo para o cargo', disse Golbery a Medeiros, segundo uma versão obtida junto a dois ministros do governo Figueiredo. Golbery, por seu lado, recusa-se a discutir ou comentar os detalhes de sua saída, apesar de confirmar as divergências com Medeiros e sua oposição a ele. Desde a explosão da bomba envolvendo dois militares, Golbery defendeu no interior do governo a tese de que os responsáveis poderiam ser exemplarmente punidos porque nenhuma reação surgiria.

Depois do Riocentro, porém, o segundo homem na hierarquia do SNI, General Newton Cruz, chefe da agência central do organismo em Brasília, numa conferência reservada para oficiais das três Forças, afirmou que 'estão muito enganados os que pensam que permitiremos a instalação dos nossos no banco dos réus'. Durante a constrangedora conversa de despedida no terceiro andar do Palácio do Planalto, quando o SNI já havia encaminhado a Figueiredo denúncias contra amigos de Golbery, este também advertiu seus interlocutores para o perigo de se desvirtuar a imagem do Exército diante da opinião pública com o desfecho suspeito do IPM do Riocentro. Seu voto foi vencido, o que levaria semanas depois a repudiar o SNI durante o diálogo com um parlamentar: 'Criei um monstro, afirmou Golbery, que não só fundou o órgão, do qual foi o primeiro chefe, entre 1964 e 1967, como inventou-lhe o próprio nome'".

NOVAS REVELAÇÕES

O Coronel Luiz Antônio do Prado Ribeiro, o primeiro encarregado do inquérito do Riocentro, em visita ao Coronel Dickson, no dia 1-8-84, contou-lhe que era o chefe da 4ª Seção do Comando do I Exército, e se encontrava em dispensa de serviço quando explodiram as bombas no Riocentro. Prestava assistência à sua filha que, na maternidade, acabara de dar à luz, quando, no dia 2-5-81, foi chamado ao Quartel-General e recebeu a incumbência do Comandante do I Exército através do General Armando Patrício, seu chefe de Estado-Maior, de presidir o IPM do Riocentro, ocasião em que foi alertado da importância da missão, pois o fato iria repercutir internacionalmente. Durante a sua curta permanência à frente do IPM, somente recebeu certidões originais. As forjadas, como se noticiou na imprensa, não são da sua gestão. Nas várias vezes que esteve com seus chefes imediatos — General Patrício e o Comandante do I Exército, Gentil Marcondes Filho — as instruções que recebia eram para que "investisse" na linha de um atentado perpetrado por terrorista de esquerda. Disse que na Rua Barão de Mesquita, sede do DOI, atuavam militares das três Forças Armadas, da Polícia Militar e Civis.

Disse ainda que, durante sua gestão no IPM, considerou devidamente a explosão junto à casa de força, e que investigava duas alternativas para a bomba que explodiu no Puma: atentado (de direita ou de esquerda) e acidente de trabalho. Prado já tinha ouvido os depoimentos de Wachulec, do chefe do DOI, de dois elementos do DOI em serviço no Riocentro, de um soldado da PM e de um sargento da Aeronáutica. Na sequência que planejara, passaria a ouvir Ângela Capobiango e José Geraldo de Jesus, vulgo "Candonga". A 2ª Seção do QuartelGeneral do I Exército, segundo Prado, encaminhara-lhe o nome de "Candonga", e de várias outras pessoas presentes ao "Show 1º de Maio", que deveriam ser ouvidas como suspeitas de participação no "atentado de esquerda".

Esclareceu Prado que a hipótese de a bomba ter sido colocada por terrorista de esquerda, ao lado do banco do Puma, não foi cogitada na sua fase do IPM. No entanto, já no seu tempo, a 2ª Seção havia levantado a possibilidade de a bomba ter sido presa com ímã, sob o porta-luvas do carro. Com o crescimento da pressão no sentido de conduzir as diligências para o "atentado por terrorista de esquerda", decidiu Prado que deveria deixar o IPM e, por isso, solicitou o seu afastamento, voltando a propor que tal inquérito deveria ser dado a um oficial-general. A partir daí, decidiu não mais atuar no IPM.

O General Gentil Marcondes disse ao Coronel Prado que a sua dispensa de encarregado do IPM dependeria de consulta ao Gabinete do Ministro do Exército, o que foi feito. A resposta de Brasília aconselhava Prado a pedir licença. Aceitando a proposta de um oficial-general que

ocupava importante função de comando na área do I Exército, Prado concordou, entrou em licença para tratamento de saúde e baixou ao Hospital Central do Exército. Na realidade, o Coronel Prado encontrava-se apenas sob intenso stress emocional em consequência das pressões que sobre ele vinham sendo exercidas. Cinco meses depois solicitou transferência para a reserva.

O Sr. Hamilton Gonçalves, concessionário do serviço de refeições para os empregados do Riocentro, em companhia de sua esposa, D. Alice Gonçalves e de outra testemunha, declarou ao Coronel Dickson ter presenciado a explosão da bomba junto à casa de força, como se segue:

"Na noite de 30-4-81 servia no seu restaurante o jantar para os trabalhadores empenhados no apoio ao 'Show 1º de Maio', auxiliado por Míriam, Isa e Tereza (Tereza Costa da Silva), quando, cerca de 9hl5m, é informado que acabava de explodir uma bomba no estacionamento público e que 'havia um morto dentro de um carro'. Apesar de não ter ouvido a explosão devido ao grande pavilhão, que ficava entre o restaurante e o local do estouro, impressionou-se com o fato e, lembrando-se das ameaças ao Riocentro e a explosão de uma banca de venda de bilhetes, para o mesmo show, no ano anterior, decidiu, como medida de segurança, fechar o restaurante e retirar-se do local. Ofereceu transporte em sua Kombi Volkswagen, mas somente Tereza o aceitou. Já em início de deslocamento para o portão de serviço, parou sua Kombi para dar passagem a três viaturas do Corpo de Bombeiros que chegavam. Quando já retomava o deslocamento ouviu um 'barulho ensurdecedor, muito violento'; ele e sua senhora, ao seu lado, 'sentiram como se a Kombi tivesse saltado do chão', e viu mais à frente, e à direita, 'uma fumaceira alta e densa', junto à casa de força. Poucos segundos após, divisou duas pessoas correndo pela Via 5, a que passa ao lado da casa de força, para alcançarem um automóvel parado um pouco adiante, com as lanternas acesas e sua frente voltada para o local onde, mais adiante, se encontrava a entrada para ônibus e táxis controlada por Nilson (Passa-Fome)". Hamilton, pelo nervosismo do momento, não se lembra bem da cor e modelo do carro, que aparentava ser de tamanho médio, e estava entre a altura da casa de força e do restaurante, a 1/3 da distância deste, e a 2/3 daquela. Imprimiu velocidade ao seu veículo, e, ao passar pelos guardas do portão, informou-lhes das duas pessoas que vira correndo do local da explosão.

De uma entidade militar, de grande responsabilidade funcional na Comunidade de Informações, obteve o Coronel Dickson uma série de dados do maior valor para a elucidação da verdade sobre o atentado do Riocentro, dentre os quais, que não são poucos, citam-se aqui:

— Durante uma semana antes do evento, a Equipe Falcão, sob o comando do "Dr. Charles" (Capitão Wilson Machado), treinou as fases da operação no sítio do "Manuel Português", localizado na confluência da Estrada Velha de Jacarepaguá com a Estrada do Engenho d'Água. O sítio

era utilizado sempre que as equipes iam participar de ações envolvendo garra, explosivos, sequestros etc. Por ser um lugar ermo e bastante extenso, era ideal para os exercícios. "Wagner" (Sargento Rosário) era o encarregado de espoletar as cargas, pois era especializado em explosivos na Escola de Instrução Especializada. Foram constituídas quatro turmas para a execução da "operação", cada uma com três homens, usando quatro automóveis: um Opala branco, um Chevette bege, um Volkswagen verde e uma Brasília branca. O chefe da equipe e o espoletador usariam um carro Puma. As chapas dos carros foram trocadas minutos antes da saída para o local do evento. Havia ainda o pessoal de cobertura, que se dirigiria para o Riocentro antes do início do show, sob o comando de "Dr. Sidney" (Capitão Souza Pinto — chefe da Seção de Levantamentos Sigilosos). Entre vários outros, participaram da "operação" os agentes "Soares" (Sargento Henrique), "Hélio" (Soldado PM Hiroíto Ferreira), Dr. Navarro (Tenente PM Sá), Lima (Sargento Pedro), e Luiz (Cabo Diogo). O chefe do órgão era o Coronel Júlio Miguel Molina (DOI-CODI), cujo superior imediato era o Coronel Leo Cinelli (chefe da 2ª Seção do I Exército). A agente "Cíntia" foi encarregada de "bloquear" os portões do pavilhão do Riocentro onde se realizaria o show. Após os acontecimentos de 30-4-81, todos os agentes que participaram da "operação" foram removidos do órgão, exceto os que, mesmo tendo feito o treinamento, nela não tomaram parte.

— Em novo contato com César Wachulec (em 26-8-84), após informá-lo das declarações de Hamilton, ambos acordaram que o mesmo carro em que embarcaram os dois elementos que colocaram a bomba na casa de força em seguida forçou a entrada do estacionamento para táxis. Seus ocupantes então ameaçaram o guarda com a frase: "O pior ainda vai acontecer lá dentro do pavilhão".

— Quanto à Agente "Cíntia", Wachulec disse não ter dúvida que se trata de Ângela Capobiango, não só pelo tipo de relacionamento externo que sempre procurou manter, como pelo fato de ter tido sob seu controle, no dia do evento, as chaves dos cadeados com os quais foram bloqueados os portões "antipânico".

O Engenheiro Nílton Nepomuceno, Diretor Técnico do Riocentro na época das bombas, no dia 1-9-84, visitou o Coronel Dikson e lhe fez, entre outras, as seguintes revelações: Havia ordem superior para que a viatura patrulha da PM, que cobria a área onde se localiza o Riocentro, não circulasse na periferia das suas instalações.

— Mesmo residindo a 4 km do Riocentro, ouviu a forte explosão da segunda bomba.

— Minutos depois, ao chegar ao pavilhão de administração da empresa, não permitiu que um elemento em traje civil, armado de metralhadora, entrasse no pavilhão para telefonar. Tem condições de identificar o "tipo", e gravou o codinome pelo qual foi chamado, naquele ato, por um seu companheiro.

— Tão logo chegou à sua sala esboçou um plano de emergência e de vistoria dos pontos vulneráveis das instalações, determinando que Wachulec reassumisse a segurança do Riocentro e retirasse os cadeados e as trancas dos 28 portões antipânico, o que foi executado sem perda de tempo, posto que Wachulec os havia encontrado com tranca e cadeado.

— Ângela Capobiango entra na sala de Nílton e, ao iniciar seu protesto pela intervenção que ele fazia na segurança do evento, recebe dele ordem para que se retire. Alguns minutos depois, Nílton acompanhado por Wachulec e pelo Engenheiro Roberto Hashimoto, se dirigem ao local onde estava o Puma sinistrado.

— Declarou ao Coronel Dickson não ter dúvida de ter visto, na retaguarda dos bancos daquele carro, dois volumes que seguramente seriam as bombas do tipo caseiro, que, depois de reconhecidas como tais por Humberto Guimarães (Tatá), foram retiradas do local. Segundo noticiado na imprensa da época, foram exibidos pela TV Globo, no dia 20 ou 21-6-81, dois tubos de gás lacrimogêneo no mesmo local em que as bombas tinham sido vistas por Humberto Guimarães (Tatá), Wachulec, e por ele próprio (Nílton).

— Cerca de 40 minutos após as bombas, Nílton foi procurado por outro elemento que se dizia capitão do Exército, com uma pistola 45 na mão, o qual, tendo acabado de chegar ao local, queria saber como e onde estava o Capitão Machado. Chamado por um colega — o de codinome "Bahia", ainda com a metralhadora na mão — conversaram baixinho e se afastaram. Nílton os seguiu. Minutos depois, eles voltaram-se para Nílton e disseram: "Tudo o que viu e ouviu da gente, esquece!" Em seguida dirigiram-se a um Passat cinza claro, com cartão de credenciamento para o Riocentro e se deslocaram para o local onde se encontrava o Puma.

— Finalizando, disse Nílton Nepomuceno que encontrando-se casualmente com José Geraldo de Jesus, o "Candonga", encarregado da segurança dos artistas que tomaram parte no "Show 1º de Maio", teve oportunidade de ouvir-lo dizer: "Havia mais bombas lá no palanque dos artistas, que foram retiradas após as explosões".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quatro meses após o atentado do Riocentro, durante um baile no Clube Independente, em Belford Roxo, no Rio de Janeiro, alguém acionou um tubo de gás lacrimogêneo no salão. No pânico que se seguiu, 400 pessoas se precipitaram para a única saída. Quatro moças morreram pisoteadas e cerca de 40 pessoas ficaram feridas. Considerando-se esses dados e extrapolando-os para o atentado do Riocentro, não parece absurdo afirmar que — tivesse ele se consumado — logo nos primeiros minutos ocorreria cerca de duas mil vítimas, entre mortos e feridos.

Afinal de contas, a quem realmente cabe a responsabilidade pelo

atentado do Riocentro?

Conquanto não se possa afirmar que a concepção do ato em si, tal como foi planejado, tenha partido dos escalões mais elevados, insulta a inteligência negar que alguma ordem para que se promovesse uma condição anormal — visando desestabilizar o processo de abertura política — não tenha partido desses escalões. Os encarregados da execução não ousariam agir como fizeram sem algum tipo de determinação superior. Dita a razão que alguém, provavelmente em Brasília, tenha imaginado criar uma situação de impacto, para depois lançar a responsabilidade pelo que eventualmente acontecesse sobre organizações de esquerda e assim justificar o "fechamento" do regime.

Na verdade, essa tática, já usada pelos seguidores de Hitler ao provocarem em 1933 o incêndio do Reichstag e também no "Plano Cohen" — prelúdio do golpe que originou o Estado Novo em 1937 — é sobejamente conhecida. Mas talvez seus idealizadores tenham também se inspirado em fato mais recente: a explosão de bomba na estação ferroviária de Bolonha, em 1980, por membros da extrema direita italiana, visando comprometer o Partido Comunista daquele país.

O que não é possível negar, contudo, é que o Riocentro foi deliberadamente escolhido por agentes do DOI-CODI do Rio de Janeiro com a possível cumplicidade do Secretário de Segurança do Estado e quase certamente de elementos do próprio Riocentro, sendo a maior suspeita D. Ângela Capobiango (Cíntia). Esta senhora, por não ter determinado que se destrancassem os portões "antipânico" do local do show, criou condições para que uma terrível tragédia viesse a ocorrer, caso o atentado se concretizasse em toda sua extensão, o que só não sucedeu pela incompetência dos executores em geral, por força da imprudência do sargento Rosário ou, quem sabe, pela graça do destino.

No entanto, se não é possível garantir que aos escalões superiores coube o planejamento do atentado em si, pode-se afirmar que eles agiram inescrupulosamente ao utilizarem todos os meios possíveis para evitar o conhecimento da verdade, chegando ao extremo de promoverem um inquérito espúrio, cujas conclusões, pelo seu absurdo, foram veementemente contestadas até pelo Ministro do Superior Tribunal Militar, Almirante Júlio de Sá Bierrenbach (hoje Presidente daquela alta corte de justiça).

E nessa trama de obscurecimento dos fatos compactuaram muitos, talvez partindo do princípio que preservar o DOI-CODI e a comunidade de informações era mais importante do que a divulgação da verdade.

Mas, importante para quem?

Certamente não para a Nação e sim para eles próprios. Porém de tal forma se confundiram que acabaram por se expor. E foi o que se viu: O Comandante do I Exército carregando o caixão do sargento em pública demonstração de desconhecimento ou apoio à malfadada ação do DOI-

CODI sub sua jurisdição. O Secretário de Segurança fazendo declarações as mais absurdas à imprensa. O General Domingues (Chefe da Agência-Rio do SNI) confidenciando a verdade a antigos companheiros, e concitando-os a apoiarem a farsa que se montava. As pressões exercidas sobre o Coronel Prado. O General Geraldo de Araújo F. Braga do CIE instruindo, com o óbvio conhecimento superior, o Coronel Job, sobre como conduzir o inquérito. O evidente desgaste sofrido pelo Presidente da República, talvez o grande perdedor nesse triste incidente. E, finalmente, o clímax na sucessão de desavenças entre o Ministro-Chefe do SNI General Octávio Aguiar de Medeiros e o Chefe da Casa Civil da Presidência, General Golbery do Couto e Silva, com o consequente afastamento deste último da esfera do poder.

Porém, apesar de todos os esforços para se sonegar a veracidade dos fatos, a Nação não se deixou ludibriar: todos estão bem conscientes de que a bomba explodiu mesmo no colo do sargento e aquele que seria um dos criminosos acabaria por se tornar a única vítima fatal do atentado.

Mas, e quanto aos outros envolvidos no caso? O Capitão Wilson Machado foi promovido.

O Coronel Job foi promovido a General e, tempos depois, agraciado pelo Ministério das Relações Exteriores com a medalha de Rio Branco por serviços relevantes. O Comandante do I Exército veio a falecer. Porém os demais continuam vicejando como se nada de anormal houvesse acontecido.

Não clamamos por vingança, ainda porque, felizmente, o atentado fracassou e não há de que se vingar.

O que sugerimos é um novo inquérito, decente, e uma CPI que apure as responsabilidades, a fim de que a impunidade não sirva de estímulo a futuros crimes dessa natureza. Se os fatos tivessem sido devidamente esclarecidos na ocasião e os culpados pelo menos afastados dos altos cargos que ocupavam, talvez outras violências como o assassinato de Baumgarten jamais tivessem acontecido. No entanto, há sempre tempo para se trazer à luz a verdade e reconquistar-se a confiança nas instituições.

Como exemplo histórico de regeneração do prestígio do Exército e da Justiça Militar na revisão de processos falhos, cuja sentença a Nação repudiou, nada melhor que rememorar o famoso Caso Dreyfuss, que abalou profundamente a opinião pública francesa no início do século. Esse oficial durante muito tempo foi injustiçado, com a cumplicidade do próprio Estado-Maior do Exército Francês, na apresentação de um documento falso que o comprometera. Mas, finalmente, a Corte de Apelação da França chamou a si a revisão do processo e absolveu Dreyfuss, reafirmando dessa forma a dignidade do Exército e da Justiça daquele país.

Por que, entre nós, não poderia ocorrer o mesmo em relação ao

Riocentro?

CONCLUSÃO

Conquanto os três episódios relatados neste livro sejam diferentes em suas essências, têm, a meu ver, um denominador comum — a impunidade. A Ameaça Militar contra o Uruguai foi uma perigosa aventura, concebida ou permitida por pessoas situadas em alto nível nos escalões do Governo. O Caso Delfim-Saraiva é um exemplo de corrupção que não mereceu do Poder Executivo nenhuma ação no sentido de apurar responsabilidades. Antes pelo contrário. E o Atentado do Riocentro representou um ato de terrorismo que motivou, de parte das mais altas autoridades, toda sorte de medidas para esconder, sem sucesso, a identidade dos verdadeiros responsáveis.

Não configurariam esses três acontecimentos crimes de responsabilidade?

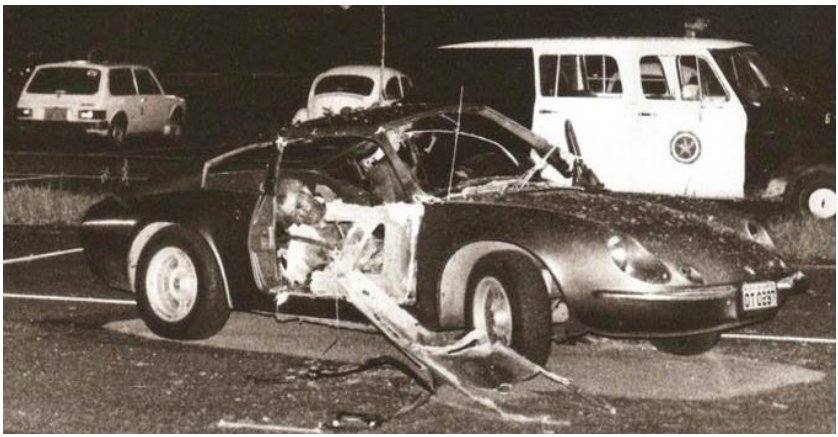
Parece-me que sim. Se não para alguns dos que os julgaram, de certo para a consciência da Nação!

FIM

Imagens

Nota: Algumas imagens do livro estão em pedaços no ePub disponível.

(Imagens abaixo: capturadas na web)



Fonte: Prof. Raphael Garcez - JB 30/04/1981

Digitalização/.ePub
Lucia Garcia
Revisão/Reformatação

2013